

ANTÓNIO
DE ALMEIDA SANTOS



O DIREITO DE ACORDO COM A JUSTIÇA

MINISTRO DA JUSTIÇA . 1976 -1978



REPÚBLICA
PORTUGUESA
JUSTIÇA

ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Salvador de Alameda

Proposta de lei orgânica do Conselho Superior da Magistratura (nota justificativa)

O artigo 223º da Constituição remete para a Lei ordinária a ^{determinação} ~~estabelecimento~~ das regras de composição do Conselho Superior da Magistratura, de modo que o nº 2 do artigo 301º estabelece que ~~as~~ a ~~Lei~~ ~~que~~ deva ser publicada até 31 de Dezembro de 1976 a lei que as determine.

Tendo, no seu programa, chamado a si a incumbência de elaborar a correspondente proposta de lei, o Grémio, ~~de cumprimento~~ ~~deveria~~ ~~se~~ ~~de~~ ~~se~~ ~~encargo~~ pelo presente instrumento, des-

O DIREITO DE ACORDO COM A JUSTIÇA

MINISTRO DA JUSTIÇA . 1976 -1978

ÍNDICE

Nota Introdutória	5
Discurso pronunciado aquando da discussão do programa do I Governo Constitucional na Assembleia da República, em 6 de Agosto de 1976	16
Comunicação ao País de 12 de Outubro de 1976	27
Discurso no acto de posse dos Presidentes das Comissões encarregadas de preparar a revisão dos códigos Civil, de Processo Civil, Penal, de Processo Penal e Comercial, em 10 de Janeiro de 1977 ¹	43
Discurso no acto de posse do novo Procurador-Geral da República, Conselheiro Eduardo Augusto Arala Chaves, em 2 de Abril de 1977	59
Discurso proferido na inauguração das instalações do Centro de Investigação e Controle da Droga, em 13 de Abril de 1977	67
Discurso no acto de posse dos Senhores Director e Directores-Adjuntos da Polícia Judiciária, em 18 de Abril de 1977	77
Exposição dos Motivos da Proposta de Lei de Adaptação do Código Civil à Constituição da República em Matéria de Direitos, Liberdades e Garantias, e Matérias Conexas	87
Discurso pronunciado, em 18 de Outubro de 1977, aquando da sessão inaugural do Congresso Internacional para a Problemática da Droga	112
Relatório relativo ao primeiro ano da acção governativa do Ministério da Justiça no I Governo Constitucional	120

¹ Identificação dos membros integrantes das respectivas Comissões.

Exercício de
Projeto de

Despacho ministerial:

Constituindo:

- a) Que ~~a~~ ^{anteriormente} o artigo 293º da Constituição da República estipula que "a adaptação das normas anteriores ao exercício do direito, liberdade e garantia consignadas na Constituição estão unidas ao fim da primeira sessão legislativa" (15 de junho de 1974)
- b) Que o Governo Constitucional iniciou no seu programa ~~constitucional~~ a primeira sistematização do direito português, a nomear pelos diplomas vários, nomeadamente o Código Civil, de Direito Civil, Penal, de Direito Penal e Comercial, explicando-se de todos os volumes de um promissório com o regime de direito em 25 de Abril de 1974 e adequando-o à estrutura política atual da Constituição da República;
- c) Que pelo despacho de 14.4.77, publicado em 22.4.77, o Governo Constitucional firmou

NOTA INTRODUTÓRIA

“O efeito da memória é levar-nos aos ausentes, para que estejamos com eles, e trazê-los a nós, para que estejam connosco”

Sermões; Padre António Vieira

Todo o tributo a António de Almeida Santos sucumbirá por exíguo, face uma personalidade transbordante de inteligência, plúrima em aptidões e vastíssima em experiências.

Com a presente publicação pretende-se tão-só resgatar do passado e trazer à memória uma das mais importantes vertentes do seu percurso profissional – a de Ministro da Justiça do I Governo Constitucional – que se confunde com a recente memória de um país em reconstrução, perante a nova experiência democrática, com inelutáveis reflexos no ordenamento jurídico nacional e, naturalmente, na história do próprio Ministério da Justiça.

Divulga-se assim uma seleção de textos originalmente publicados em diversos números do Boletim do Ministério da Justiça, na sua maioria discursos proferidos nas mais diversas efemérides pelo, então, Ministro da Justiça em exercício.

Desde logo, o discurso pronunciado na Assembleia da República, em 6 de agosto de 1976, aquando da discussão do programa do I Governo Constitucional.

Testemunha viva da notável retórica que usava Almeida Santos, a elocução transporta-nos ao ambiente fervilhante de uma assembleia entusiasta dos recém-experimentados ditames da nova ordem constitucional, mas muito divergente (ou não fora essa a casa do pluralismo democrático e o momento, o mais possível, o de fazer vincar a heterogeneidade do ideário político ali representado) no modo de os concretizar.

E a ironia, nesta como em outras dissertações, é uma arma de que o orador não abdica, com regozijo para o leitor: *“É certo que estamos aqui um pouco na posição de examinandos, de tal sorte que até podemos apanhar um chumbo.”*

Especial referência merece o contraditório exercido relativamente a intervenção crítica do líder de um dos partidos com assento parlamentar sobre o funcionamento do “aparelho judicial”, em que Almeida Santos sai em defesa da magistratura portuguesa, argumentando que esta *“atravessou com dignidade a noite fascista, onde não raro foi único farol, e que não merece de modo nenhum, como regra, a suspeita de juízos prejudiciais, parciais ou discriminatórios”* e chamando à pedra os valores constitucionalmente protegidos da *“soberania do poder judicial”*, da *“independência dos tribunais, da ir-*

responsabilidade e da inamovibilidade dos juízes”, para culminar na “sujeição do Estado ao direito”.

De resto, uma temática que há-de ser recorrente em várias outras intervenções, como é o caso daquela a que de seguida se há-de aludir:

“(…)Mas é eminentemente preciso que encaremos os juízes como árbitros supremos do justo e do injusto, de tal sorte que as suas decisões se impõem, sem por elas serem julgados, a todas as entidades públicas e privadas, prevalecendo sobre as de quaisquer outras autoridades. Assim o querem a Constituição da República Portuguesa e a natureza das coisas. Que uma ou outra das suas decisões sejam injustas, é apenas o tributo que temos de pagar ao facto mesmo de serem homens e não deuses.”¹

Divulga-se também o discurso proferido, em 10 de janeiro de 1977, aquando do ato de tomada de posse dos presidentes das Comissões encarregadas de preparar a revisão dos Códigos Civil, de Processo Civil, Penal, de Processo Penal e Comercial, em concretização do desígnio que o então Ministro da Justiça descreveu como *“ádua «empreitada» de normativizarmos o nosso quotidiano”,* depois da *“constituição”* e da *“experiência vivida da sua leitura”*.

Dirigindo-se especialmente ao *“lote de juristas de eleição”* que liderariam os trabalhos das reformas normativas anunciadas, descreve uma tarefa a executar em duas fases: Uma primeira, com o limite temporal da primeira sessão legislativa², na qual se haveria de *“cumprir a tarefa de adaptar as normas anteriores à entrada em vigor da actual Constituição, atinentes ao exercício dos direitos, liberdades e garantias nela consignados.”* E *“uma segunda, essa sem dies ad quem, destinada a compatibilizar a lei ordinária com a letra e o espírito da lei constitucional.”*

São então apresentadas, as linhas matrizes que, nos vários ramos do direito, haveriam de inspirar as reformas, designadamente:

No Código Civil, nas palavras do orador, *“aquele em que mais fielmente há-de espelhar-se a sociedade em que escolhemos viver”,* haveria de repensar-se os *“princípios da liberdade contratual e da imutabilidade das convenções”,* para que o contratante não faça uso *“até à injustiça, do direito que lhe dá o contrato”*.

No que à propriedade respeita, haveria que equacionar *“adequadas medidas de emparcelamento agrário (...) através da constituição de cooperativas de produção, numa base de voluntariedade”* em ordem a

¹ Discurso proferido, em 10 de janeiro de 1977, aquando do ato de tomada de posse dos presidentes das Comissões encarregadas de preparar a revisão dos Códigos Civil, de Processo Civil, Penal, de Processo Penal e Comercial.

² Reportava-se a 15 de junho de 1977.

concretizar a função social que a Constituição enfatizara.

No âmbito do direito da família, profundas e ambiciosas adaptações se impunham, em concretização, designadamente do princípio da igualdade: *“Dentro e fora do matrimónio, o homem e a mulher têm de passar a disfrutar, sem ambiguidades, de um estatuto de igualdade civil, salvaguardada que seja a unidade da família.”*

Por outro lado, antecipava *“a revisão da idade condicionante da maioridade civil”*, como coerente consequência da concessão de capacidade eleitoral aos maiores de dezoito anos de idade, ponderado, bem assim *“o fenómeno de antecipação psíquica de que é reflexo”*.

Ainda, porque também o impunha a Constituição, *“que se passe a esponja do esquecimento sobre a ignominiosa distinção entre filhos legítimos e ilegítimos”* e que *“o poder paternal passe a ser exercido sem excesso de paternalismo, antes com audiência dos filhos, de acordo com a respectiva maturidade, nos mais importantes assuntos que a estes digam directamente respeito”*.

Por fim, o instituto da adoção deveria ser *“reestruturado, por forma a que, com o alargamento das bases de adopção plena, possa desempenhar o papel que moral e socialmente lhe cabe”*³.

No domínio das sucessões, também apontava para a ponderação de uma *“mais justa posição sucessória do cônjuge sobrevivente, e porque não o reconhecimento de efeitos jurídicos sucessórios aos casamentos de facto de longa duração”*.

Estas e outras linhas que presidiram aos trabalhos de revisão do Código Civil, bem como a fundamentação para as opções de normatização que vieram a ser assumidas no Decreto-Lei n.º 496/77, de 25 de novembro, poderão encontrar-se no texto da *Exposição de Motivos constante da proposta de lei de adaptação do Código Civil à Constituição da República em matéria de direitos, liberdades e garantias*, da autoria de Almeida Santos, que também se publica.

Também o Direito Penal, nas suas vertentes substantiva e adjectiva haveria de ser reequacionado à luz da hierarquia de valores constitucionalmente tutelada. Havia que *“lavar a face penal do País”*.

³ Vale a pena notar, a propósito, que é com a reforma operada em 1977 que se opera a ampliação da adoção plena, designadamente facultando-a a adotantes com descendentes.

Cumpre, pois, recordar que até então e nas palavras de Pires de Lima, autor do primeiro anteprojeto que haveria de informar significativamente o instituto, tal como desenhado no código civil de 1966, *«Em princípio, procurámos afastar a concorrência da família natural com a adoptiva, só permitindo a adopção por parte de pessoas casadas há mais de dez anos e sem descendentes»*.

Era então como se a adoção fosse um “bem menor”, por comparação com a filiação natural e não resistisse a tal coexistência, impondo-se ao legislador eliminar os riscos da sua mais que certa sucumbência em tal quadro...

Nas palavras do então Ministro da Justiça, identificavam-se algumas *“assimetrias valorativas, a ilustrar a necessidade de um esforço de adequação dos tipos legais de crimes e da nova escala penal aos novos valores por que se rege a sociedade portuguesa”*, apontando o facto de o regime deposto conviver bem com *“o pouco relevo dos crimes contra a liberdade das pessoas, dado que a liberdade era coisa que não tínhamos. E não se pode ofender o que não existe”*. Assim, a nova *“fase de habituação à liberdade”*, enquadrada pelas exigências da Constituição, demandava, com inelutáveis reflexos no plano penal e processual penal, a devida ênfase ao *“direito à liberdade e à segurança”*, assumindo-se, entre outras, as directivas da imposição de rígidas limitações *“à prisão preventiva e sem culpa formada”*, da *“dependência de decisão judicial da prorrogação das medidas de segurança privativas de liberdade”*, da *“instituição da providência de habeas corpus contra a prisão ou detenção ilícitas ou abusivas”*, ou das *“garantias de defesa dos arguidos, nomeadamente o seu direito à assistência de defensor em todos os actos do processo e a nulidade das provas obtidas mediante tortura, coacção, ofensa de integridade física ou moral, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações”*. Propugnava-se, ainda, num outro plano, expurgar o novo Código Penal de *“delitos de conjuntura política, ou de meras infracções administrativas sem dignidade criminal”* cuja criminalização se imputava a *“uma sociedade voltada para a repressão”*, que tinha *“progressivamente passado a punir tudo e mais alguma coisa”*, devendo os ilícitos administrativos *“socialmente reprováveis”*, mas *“sem natureza infamante”*, encontrar mais adequado enquadramento *“num esquema de simples reordenação social”*.

A defesa interna e externa da segurança do Estado mereceu cautelosas considerações, advertindo António Almeida Santos para o difícil equilíbrio a conseguir entre excessivas tolerância e ingenuidade, ambas igualmente perigosas.

E assim, se por um lado e de forma lapidar considerou não ser *“... lícita a liberdade de destruição da liberdade”*, por outro, não deixou de aduzir: *“não pode permitir-se aos inimigos da democracia, por meios violentos, o que o Povo Português não permite ao legislador por meio de reformas”*.

Em 12 de outubro de 1976 o Ministro da Justiça dirigiu-se ao país, em comunicação cuja relevância ditou a sua inclusão no presente acervo documental.

Sendo um texto incontornavelmente marcado pelos acontecimentos históricos então vividos, a escolha dos temas nele abor-

dados, concretamente no que respeita à “*actividade terrorista*”⁴ e ao “*combate à droga*” não deixa de revestir crucial atualidade, pela preponderância que assume na preocupação das sociedades e na intervenção programática dos governantes hodiernos.

No que à “*Actividade Terrorista*” se reporta, Almeida Santos debate-se então com o árduo desígnio de esclarecer a opinião pública quanto ao enquadramento processualmente adequado às atividades “bombistas”, ao mesmo tempo que pugna pela defesa da independência da Polícia Judiciária, da integridade das investigações por si prosseguidas e da absoluta necessidade de manutenção do caráter sigiloso das mesmas.

É assim que, perante a proposta tornada pública no sentido de que os órgãos de comunicação social e as organizações partidárias passassem “*a acompanhar o processo investigatório*” manifesta-se em termos que não abrem espaço a dúvidas: “*substituiríamos o sigilo da investigação – que tem fundamentos éticos e pragmáticos – pela sua devassa, e politizariamos a investigação judiciária que passaria a ser, mais do que infelizmente já é, uma arena de paixões partidárias. Apaixonados já o somos demais*”.

Assume ainda o orador posição expressa face a outra das propostas que lhe teriam sido apresentadas, com eco público: a de criação de uma “*Brigada Especial Mista da Polícia Judiciária e da Polícia Judiciária Militar*”, especializada no combate ao terrorismo.

Assim, reconhece as fragilidades do modelo dualista então vigente, particularmente no que ao combate ao terrorismo respeitaria, e designadamente, a ocorrência de legítimas dúvidas sobre os limites de intervenção de cada um daqueles organismos, potenciadoras de conflitos de competência comprometedores do domínio da investigação, a par de falhas na eficiente cooperação entre polícias, com prejuízos visíveis, também para a imagem do Ministério da Justiça: “*não raro se tem responsabilizado a Polícia Judiciária civil e indirectamente o Ministério da Justiça e o Governo por fases da investigação que efectivamente escapam ao seu controle e ao seu domínio*”.

Razões que enquadram a apresentação de um modelo de superação da “*dicotomia Polícia Judiciária civil – Polícia Judiciária Militar*”, que “*permita a plena conjugação dos esforços e meios de uma e outra na investigação global deste tipo de crimes*”.

Em coerência com esse pensamento anuncia a preparação de um

⁴ A ameaça terrorista era então e como se sabe, intestina, mas o seu ignóbil efeito nas populações e o desafio que representa o seu combate afiguram-se absolutamente comuns aos da ameaça internacional, tão mais premente nos tempos em que vivemos.

projeto de diploma que crie, “no âmbito da Polícia Judiciária civil, uma secção especializada com elementos e meios oriundos também da Polícia Judiciária Militar”, ditando a adequada revisão das competências dos dois organismos, a par de medidas de reforço dos meios que permitam àquela unidade policial, na dependência do Ministério da Justiça, “o cabal desempenho das suas importantes e vastas funções”.

Num exercício de lucidez paradigmático, o Ministro da Justiça ajuíza: “*Todos queremos que se faça justiça. Infelizmente parece que nem todos estamos de acordo sobre o que seja a justiça*”. E termina prestando contas à nação vigilante:

“O Governo divulgará em detalhe os resultados das investigações em curso quando deixem de estar sob segredo de justiça. O Governo cumprirá a lei e exigirá que por todos seja cumprida.

Foram tomadas medidas, e outras serão, das quais sairá reforçada a eficiência da investigação judiciária deste e outros tipos de criminalidade.”

O “Combate à Droga” é também (como se vê pela pequena seleção de textos ora publicada) um assunto que ocupa intensamente as prioridades do estadista:

Acérrimo defensor da liberdade, Almeida Santos não se furta ao diagnóstico dos danos colaterais que o processo a ela conducente possa ter importado: “O clima de generalizada permissibilidade posterior ao nosso reencontro com a liberdade propiciou o incremento do seu tráfico e do seu consumo”⁵; ...Nem, à responsabilidade inerente: “*Temos agora de recuperar o tempo perdido e de travar uma árdua batalha em todas as frentes*”, assumindo, por delegação do Primeiro-Ministro, “a coordenação de um conjunto de medidas tendentes a criar meios de acção preventiva do consumo e repressiva do tráfico ilícito de drogas.”

Nesse contexto, informa, se insere a aprovação pelo Governo da estrutura orgânica e administrativa do Centro de Estudos da Profilaxia da Droga, dirigido à prevenção do consumo de drogas, do Centro de Investigação e Controlo da Droga, destinado à investigação do seu tráfico, bem como de um organismo aglutinador da coordenação da atividade entre os referidos organismos – o Gabinete Coordenador do Combate à Droga - e todos os demais (escolas,

⁵ Noutra intervenção também aqui publicada – o discurso proferido em 18 de outubro de 1977, na sessão inaugural do Congresso Internacional para a Problemática da Droga - Almeida Santos mostra-se mais preciso na identificação dos fenómenos sociológico-políticos que possam ter contribuído para o incremento do flagelo: “*Há-de no entanto reconhecer-se que o fim das guerras coloniais, a descolonização, a crise económica, e a descompressão psicológica e social possibilitada pela queda de uma ditadura semi-secular, podem de algum modo ter contribuído para a aceleração do fenómeno ocorrido nos últimos anos.*”

polícias, entidades parapoliciais e comunicação social) que possam contribuir para uma *“acção planificada e conjugada em termos de cobertura do fenómeno a nível nacional”*.

Dá conta, ainda, da iminente criação de centros clínicos de tratamento e recuperação de consumidores de drogas, sedeados nas principais capitais, de norte a sul do país.

Paralelamente, anuncia a *“revisão da legislação penal relativa ao tráfico ilícito e ao consumo de drogas em ordem a torná-la adequada e eficaz”*. E programaticamente aduz: *“a generalizada indignação contra o drogado (...)deve ser gradualmente transferida para o traficante (...)O consumidor, esse começa em regra por ser culpado apenas ao nível de uma ocasional busca de novas sensações. Cativo incauto de uma necessidade incontrolável, em breve deixa de ser culpado para ser doente. Como tal, precisa de ajuda, não de castigo.*

Onde acaba a vontade acaba a culpa.

Carcereira, pois, de sentido, prender um doente. Já é discutível, mas não vejo como fugir a isso em alguns casos, a vantagem do tratamento compulsivo, sempre que falhe o apelo ao tratamento voluntário”.

A temática é retomada no discurso proferido, em 13 de abril de 1977, aquando da inauguração das instalações do Centro de Investigação e Controle da Droga, também consultável na presente publicação.

Nessa ocasião se anuncia a iminente apresentação pelo Governo, à Assembleia da República, de uma proposta de lei contendo *“a revisão dos aspectos penais do tráfico e consumo de drogas”*, partilhando o Ministro da Justiça algumas das orientações que no seu entendimento deverão informar o diploma, como sejam: *“que se dêem ao consumidor mais amplas possibilidades de evitar, de uma só vez ou por etapas sucessivas, o julgamento, a condenação e o cumprimento da pena, desde que, antes de cada um desses momentos, se sujeite, voluntariamente, ao tratamento”*, ou ainda *que seja “conferida ao Juiz, ao menos depois de esgotadas as esperanças da colaboração voluntária do doente, a faculdade de substituição da pena pela medida de sujeição ao tratamento(...)”*.

Ciente da transversalidade do desafio, merece realce, ainda, o repeto que o Ministro da Justiça dirige, nesta ocasião, aos órgãos de comunicação social:

“Não se imagina facilmente um combate global ao tráfico e ao consumo de drogas divorciado do seu empenhamento e do seu concurso. A sua acção informativa e pedagógica é insuprível. Em contacto com as realidades e familiarizado com meios predisponentes ao consumo de drogas, o jornalista, sobretudo o repórter, pode caracterizar uma situação, definir

uma tendência, lançar um alarme.

Convém que o faça sem espírito sensacionalista (...) Se apenas tactear no escuro em busca do sabor da notícia ou do ribombar do escândalo, arrisque-se a fazer promoção onde cabe fazer profilaxia.”

Noutro momento e sobre esta mesma matéria⁶ o estadista, que é por definição um perseguidor de ideais, mostra-se cruamente subjugado à realidade, desafiando os demais atores sociais à efetiva assunção dos seus papéis num combate que, lucidamente constata, em muito ultrapassa o domínio da justiça:

“Isto nos dá a sensação frustrante de que continuaremos a travar uma batalha perdida – e eu não sei de lugar em que tenha sido ganha – enquanto não vencermos as batalhas do trabalho, do ensino, da saúde, das frustrações individuais e familiares, enquanto, enfim, não recriarmos o homem apto a viver sem resistência anímica na sociedade fria, desumana e alienante que é a nossa (...)

Isto dizendo, não estou a ser pessimista. Apenas a ser humilde perante um fenómeno que parece pôr em causa valores que ultrapassam a sua mera aparência”.

De particular interesse se reveste a comunicação assumida pelo Ministro da Justiça, em 18 de abril de 1977, no ato de posse de quadros dirigentes da Polícia Judiciária, em que aborda com minúcia as linhas informadoras do projeto de diploma - então a aguardar apreciação do Conselho de Ministros -, que procedia à reestruturação da Polícia Judiciária, à luz de um novo paradigma – o de serviço de prevenção e investigação criminal e auxiliar da administração da Justiça – e de um novo espírito reclamado pela Constituição: “o de que as suas funções são exercidas na defesa da legalidade democrática e no respeito pelos direitos dos cidadãos”.

Incluem-se designadamente, entre as principais inovações previstas no projeto, a ampliação da competência investigatória da Polícia Judiciária, atribuindo-se-lhe “exclusivamente investigação dos crimes mais graves, puníveis com pena maior fixa, do crime organizado e do crime cuja investigação exija alto grau de especialização”, bem como a investigação de crimes até então reservada ao foro militar, como o caso dos “crimes contra a segurança interior e exterior do Estado e dos executados com bombas, granadas, explosivos, armas de fogo proibidas e cartas ou encomendas armadilhadas, bem como dos abrangidos pelas Convenções relativas à repressão de actos de terrorismo”.

Ao nível orgânico-operacional, outras inovações irá anunciar,

⁶ Discurso proferido em 18 de outubro de 1977, na sessão inaugural do Congresso Internacional para a Problemática da Droga.

como a “*ampliação e melhoria dos quadros*”, a “*institucionalização de formas concretas de cooperação inter-polícias*”, a “*possibilidade da criação de delegações do laboratório de Polícia Científica em departamentos da Polícia Judiciária distanciados da sua sede*”, ou a “*possibilidade de reverterem a favor da Polícia Judiciária os objectos apreendidos e declarados perdidos a favor do Estado que possam ter interesse criminalístico ou sejam veículos automóveis, armas ou munições pelos quais aquela manifeste interesse*”.

O discurso pronunciado pelo Ministro da Justiça, em 2 de abril de 1977, aquando da tomada de posse do Procurador-Geral da República Arala Chaves, é bem ilustrativo do contexto e das premissas fundamentalmente inspiradoras dos trabalhos de reforma estatutária do Ministério Público, preparada no Gabinete Ministerial por Cunha Rodrigues, então em fase final e para os quais Almeida Santos convoca o recém-empossado, a fim de prover a “*responsabilizante leitura final, o doloroso sétimo dia de toda a criação legislativa*”. Recordando a parte da missão cumprida – a recente reestruturação do órgão superior da magistratura do Ministério Público – propugnava “*um Ministério Público todo outro, desvinculado das tradicionais sujeições ao Executivo, ainda que sem prejuízo de um certo grau de vinculação mitigada, que a própria Constituição pressupõe e a experiência universal consagra*”, esclarecendo deste passo que “*mal se compreenderia (...) que ao representar o Estado o Ministério Público fosse indiferente à vontade do representado*”.

É então sublinhada a complexa e relevante missão do Ministério Público tal como a desenhou o legislador constituinte e da qual se imporia fazer adequado reflexo no estatuto em preparação. Muito para além da representação do Estado, também a representação das “*peças e entidades a quem o Estado deva protecção*”, a defesa da “*legalidade democrática*”, o “*velar para que a função jurisdicional se exerça em conformidade com as leis*”, o “*dirigir a investigação e exercer a acção penal*”, quer diretamente, quer através da fiscalização da Polícia Judiciária.

E daqui derivam novas preocupações, que o Ministro partilha: Desde logo a preocupação com a formação da magistratura, em particular do Ministério Público e, de um modo geral, com a qualificação específica desta magistratura: “*temos que nos preocupar também com formar mais e melhores magistrados. O sistema actual das carreiras, com a magistratura do Ministério Público na posição de afluente da magistratura judicial, não serve a qualidade daquela. O Ministério Público não deverá continuar a ser, ou a ser apenas uma espécie de tirocínio para judicatura.*”

E é neste contexto que assume já, como projeto, um “*Centro de Estudos Judiciários, que ministre ensinamentos «post» graduação, não dirigidos à preparação académica mas à função.*”

Conclui-se a presente compilação com a divulgação, a título inédito, de texto da autoria de Almeida Santos em que o próprio revisita, em jeito de balanço, a ação governativa do Ministério da Justiça, na vigência do respetivo mandato.

Aí se percebe, designadamente, o vulto e a heterogeneidade das iniciativas legislativas assumidas⁷, bem como o exíguo calendário em que se terão forjado.

Almeida Santos foi por formação, um Homem do Direito, por escolha e competência, um Homem de Estado, e estamos em crer, em qualquer caso e por vocação inata, um Homem da Justiça. Bem-haja por isso.

Francisca Van Dunem
Ministra da Justiça

⁷ (E que não se esgotam de forma alguma nas referências a que supra aludimos).

O Ministro da Justiça,

Antônio de Almeida Lima

Discurso pronunciado por Sua Excelência o Ministro da Justiça, Dr. Almeida Santos, aquando da discussão do programa do I Governo Constitucional na Assembleia da República, em 6 de Agosto de 1976.

Ao usar da palavra pela primeira vez nesta Assembleia, cumprimento em V. S.as os legítimos representantes da vontade popular. Vejo em V. S.as, para o efeito do respeito e das homenagens que nos são devidas, o próprio Povo.

Começarei, se isso me é permitido, por formular dois protestos. O primeiro prende-se com o que o Sr. Deputado Freitas do Amaral denominou a «Topografia do debate». Não me sinto bem, Senhor Presidente, a usar da palavra de costas voltadas para V. S.a, eu que sempre na vida me encontrei a seu lado, irmanados ambos na mesma luta.

Dirige-se o segundo contra estes inquisitoriais holofotes, a fazerem lembrar outros que não deixaram boa lembrança. Não garanto que, no decurso da minha intervenção, eu não acabe por confessar que o programa do Governo tem todos os defeitos que nele achou o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

Compreendo agora o que quis dizer Bertrand Russel, quando afirmou que a democracia devia imunizar-se contra a eloquência.

Disse também - decerto com menor propriedade - que a eloquência está na ordem inversa da clara razão.

Ouvi, deslumbrado, as intervenções dos senhores deputados, qual delas a mais eloquente.

Desde a concessão de algumas virtudes até à afirmação de todos os defeitos, de tudo aqui ouvimos um pouco. Desde a filigrana política do Sr. Deputado Barbosa de Melo, que por momentos nos fez esquecer o programa, até à cega investida contra ele do Sr. Deputado Acácio Barreiros, fez-se aqui a demonstração controversial de que a homogeneidade política é uma ficção, e de que a natural aceitação do pluralismo das opiniões - que não é senão uma forma menos sincopada de dizer democracia - é a única terapêutica contra a tirania e a opressão.

O discurso niilista do Sr. Deputado Acácio Barreiros divertiu-nos mais do que nos molestou.

É certo que cometeu imperdoáveis excessos de linguagem.

Mas, aparte essa nota fora de tom, ele tem o direito de entender que o Senhor Kissinger é o responsável de todos os nossos males e que os Ministros, pelo simples facto de sê-lo, são agentes do imperialismo americano. Pessoalmente não gosto nada de assim ser chamado. Mas, como diria Voltaire, dava a minha vida para que o Sr. Deputado Acácio Barreiros continuasse a ter o direito de assim me poder chamar.

Vendo bem, é fácil a resposta ao seu discurso: o Sol existe, a água corre, e há mais gente boa sobre a terra além do Sr. Major Otel Saraiva de Carvalho. Nem nós somos tão maus como nos pinta,

nem o Sr. Major Oteló é o «Ungido do Senhor». Fica-se no entanto a pensar se foi a pontos de vista como estes que o Povo Português dispensou o sufrágio de oitocentos mil votos.

Nos termos da Constituição devem constar do programa do Governo «as principais medidas políticas e legislativas a adoptar ou a propor ao Presidente da República ou à Assembleia da República para execução da Constituição».

Essas e nenhuma outras. A Constituição, eis o grande programa. Assim o devem ter entendido os Srs. Deputados visto que, após terem parturejado um texto constitucional invulgarmente programático, concederam ao Governo - incluindo pois os Ministros que pela primeira vez tomaram contacto com as respectivas pastas - apenas dez dias para elaborar e apresentar o seu programa.

Corajosa e denodadamente, o Sr. Primeiro Ministro e o seu Governo - cujos Secretários e Subsecretários de Estado apenas tomaram posse cinco dias antes da data limite para a apresentação do programa - esforçaram-se por apresentar um programa algo menos lacónico do que o sugerido pelo texto constitucional. Não os poupou isso ao reparo de que amontoaram um catálogo de desejos, e não de projectos viáveis, (nessa medida a insinuar excesso) nem à censura de que faltam nele os mais sofisticados pormenores (aqui, pretensamente, a pecar por defeito).

Se tivéssemos de explicitar - como se pretende que devíamos - o sentido e o conteúdo de cada diploma ou projecto de diploma programado, não teríamos apresentado um programa, mas um tratado de sensaboria, ao mesmo tempo que concentraríamos nos dez dias mais mal informados do Gabinete as opções do que, em princípio, pode vir a caber em quatro anos de governação!

Ao ouvir mencionar alguns dos defeitos achados no programa, não pude deixar de considerar dois aspectos:

O primeiro é o de que, sendo tão variado o leque das concepções políticas representadas nesta Assembleia, só por milagre o programa do Governo - qualquer programa de qualquer Governo - poderia deixar de ter defeitos à luz de algumas delas. A utopia de um programa basicamente socialista, e simultaneamente comunista, social democrata e pluralista cristão, só se realiza nas mantas de retalhos.

O segundo há-de consistir num pressuposto que, a meu ver, está longe de ser correcto. É ele o de que o Governo age e esta Assembleia assiste.

Algumas das intervenções dos Srs. Deputados atingiram a extrema ficção de pedir contas ao Governo por, no seu programa, não esclarecer o que pensa e vai fazer em matérias incluídas na com-

petência reservada desta Assembleia! É certo que o programa do Governo alimenta essa atitude, ao prever largamente iniciativas legislativas sobre matérias incluídas naquela competência ou ao admitir autorizações legislativas a respeito delas. Não seria, no entanto, por demais aberrante, se igualmente não fosse irrespeitoso, que o Governo, ao ser inquirido sobre o que pensa fazer em domínios de acção reservada a esta Assembleia, respondesse perguntando aos Srs. Deputados o que é que por seu lado a esse respeito pensam.

A verdade é que esta Assembleia não pode - nem ninguém deseja que o faça - eximir-se à responsabilidade de ter reservado para si competência exclusiva para legislar sobre tão vastas matérias que cobrem os aspectos essenciais da vida da Nação. Bastará mencionar o vasto âmbito dos direitos, liberdades e garantias, tal como o define o artigo 17.º da Constituição da República, de tal sorte que com ele se prende a quase totalidade das interpelações feitas e dos reparos formulados.

Por outro lado, o Governo retira uma enorme tranquilidade da circunstância de, mesmo em relação aos diplomas que pode aprovar no uso de competência própria, e não delegada, esta Assembleia poder, através do instituto da ratificação, pôr termo à sua vigência.

Assim sendo, que se receia? Que o Governo elabore projectos de diplomas que não mereçam o pleno acordo desta Assembleia? Que aprove diplomas que esta Assembleia rejeite?

Nada mais simples que aprová-los com emendas no primeiro caso e recusar-lhes ratificações no segundo. Tudo isso será em absoluto normal e há-de ser corrente. Mas porque o é, carecem de justificação alguns receios aqui expressos, como se Governo e Assembleia da República fossem, em vez de órgãos de soberania colaborantes, adversários que espreitam a primeira oportunidade para desferir um golpe.

Disse há pouco, e é verdade, que só por milagre o programa de um Governo de base monopartidária poderia simultaneamente agradar a todos os demais partidos aqui representados. Esse defeito terá também seguramente o programa eventualmente apresentado por qualquer dos partidos que hoje estão na oposição, aí residindo a melhor justificação para o facto de o texto Constitucional não exigir a sua *aprovação*, contentando-se com a sua não *rejeição*. Mas não é que o Sr. Professor Freitas do Amaral houve por bem descobrir nele o «defeito» antípoda de se ter aproximado tão perigosamente do programa do seu próprio partido, que se viu na necessidade de invocar «copyright»?

Não estou em condições de ajuizar sobre esse pretendo «plágio» - se é que em política há disso - pela simples razão de que, por mal dos meus pecados, nunca encontrei tempo para ler o programa do C.D.S.. É uma falta de que me penitencio. Assim sendo, se existe tão flagrante sobreposição na parte de cuja redacção fui autor, não se trata de plágio mas de coincidência de espírito, o que me deixa duplamente preocupado!

Já agora, permitir-me-á o Ilustre Deputado um outro inocente reparo: o de que não era caso de levar tão a sério a invocação dos seus galões de professor. É certo que estamos aqui um pouco na posição de examinandos, de tal sorte que até podemos apanhar um chumbo. Mas, por quem é, não caia na tentação de neutralizar o seu tão saudado distanciamento de outros professores de má memória que da política fizeram cátedra, e que tratavam os seus Ministros com escolástico autoritarismo.

Em dois ou três momentos da sua brilhante comunicação incorreu nesse pecado: quando pretendeu que o Governo traduziu mal, enquadrou mal e desenvolveu mal o programa do C.D.S.; quando reivindicou mais competência e sabedoria em matéria de economia social de mercado; quando qualificou de demasiado ambicioso e irrealista o propósito de fazer num ano a revisão de todos os principais códigos do direito português; enfim quando imputou ao Governo um conhecimento impreciso dos mecanismos jurídico-constitucionais do Tratado de Roma e sugeriu que, um pouco mais de estudo do direito comunitário europeu, nos permitirá suprir essa falha, que é como quem diz apanhar um dez. Resumindo, V. Ex.^a, implicitamente, sugere que voltemos na segunda época

*

*

*

Referir-me-ei expressamente apenas à parte em que directamente me dói. Pois sou responsável directo por essa ambiciosa promessa de promover a revisão dos principais códigos no prazo de um ano. Não direi a V. Ex.^a - pois não seria elegante - que o seu reparo não destoa na boca de um ilustre ornamento do corpo universitário que levou vinte anos a reformar o Código Civil. Não seria justo. V. Ex.^a é professor de direito público e o respectivo código não chegou a ser reformado.

Responderei apenas que o Governo não tem culpa de que esta ilustre Assembleia, ao redigir, e muito bem, o n.º 3 do artigo 293.º da Constituição, tenha exigido que a adaptação das normas anteriores atinentes ao exercício dos direitos, liberdades e garantias

consignados na Constituição estará concluída até ao fim da primeira sessão legislativa. Isto é, até 15 de Junho de 1977, ou seja a menos de um ano da data do programa do Governo.

Há-de V. Ex.^a ter reparado em que, ao redigir o seu programa, o Governo foi cauteloso e modesto. Nele se diz: «Não tenhamos ilusões. Se é possível dentro deste prazo (um ano) completar a fase da simples adequação dos diplomas básicos e estruturais aos dispositivos constitucionais, a sua reforma teórica e de fundo levará mais tempo».

E não receie V. Ex.^a pelo sacrifício da qualidade. O Governo vai socorrer-se dos melhores especialistas. De qualquer modo, as reformas terão de ser aprovadas por esta Assembleia, onde os técnicos abundam e onde, em última instância, estará V. Ex.^a.

Pelo respeito que as opiniões de V. Ex.^a me merecem focarei, ainda que sumariamente, dois outros reparos que me tocam pela porta. No entender de V. Ex.^a, o Governo, em vez de se preocupar com a clara definição de uma política familiar, curou antes do «chamado planeamento familiar», e de sugerir a sucessão legítima do Estado in loco dos parentes mais afastados. Bem ao contrário, a defesa da família deixou traço em muitas das medidas programadas.

Quanto ao planeamento familiar, é uma vez mais a Constituição que o exige (artigo 67.º). Admito que V. Ex.^a não morra de amores por alguns dispositivos constitucionais. Mas não parece justo que V. Ex.^a impute ao programa do Governo os defeitos que considera existirem na Constituição.

Quanto à sugerida alteração da ordem de sucessão legítima, trata-se de uma simples sugestão que a esta Casa caberá acolher ou deitar fora. Não irá nisso qualquer melindre.

Pareceu ao Governo, e continua a parecer, que a esposa deve herdar antes dos irmãos e sobrinhos (assim em defesa da família) e que, a partir destes, se encontra aberto todo um caminho a medidas de sentido social, hoje comprometidas pelo direito do parente afastado, colateral e quicá ausente, que só por notificação judicial vem a saber que lhe faleceu um tio rico ou um primo abastado que nem sequer conhecia ou de quem nem sequer sabia a existência.

Isto, realça-se no programa, sem prejuízo da mais ampla faculdade de selecção de herdeiros por via testamentária.

Também V. Ex.^a verbera o programa por, no capítulo da Comunicação Social, se ter esquecido de atribuir certos direitos concretos aos partidos não governamentais, procedendo a uma efectiva distribuição do poder entre o Governo e a Oposição.

Não é tanto assim. O programa, por um lado, defende a *independência dos meios e órgãos de Comunicação Social face aos poderes políti-*

co e económico (concepção algo contrária à de meios de Comunicação Social como um poder politicamente repartível) e por outro define como condição de liberdade e democracia a *possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião nos meios e órgãos de Comunicação Social ao serviço do pluralismo ideológico*.

Não são apenas palavras. O VI Governo regulou o funcionamento dos Conselhos de Informação e aprovou Estatutos para a Rádio, a Televisão e as Empresas Editoras de jornais estatizados que os põem a coberto do controlo partidário de qualquer Governo. Este ou qualquer outro.

De qualquer modo, não tinha o Governo que assegurar o que assegura a própria Constituição nem que anunciar a elaboração do *estatuto da informação* que a mesma Constituição comete a esta Assembleia (artigo 39.º e 40.º), Tomará, no entanto, essa iniciativa se esta Assembleia a não tomar.

Pela especial consideração que igualmente me merecem, gostaria de comentar algumas afirmações do Dr. Álvaro Cunhal, relativas ao sector da Justiça e da Comunicação Social. Do primeiro, por mal dos meus pecados, sou Ministro. Do segundo, fui-o até há pouco. Daí o dever de fazê-lo, que também é prazer.

Depois de *fazer justiça* aos magistrados que em seu entender a fazem, o Dr. Cunhal sugere que *deixe de se considerar sagrado e intocável* o aparelho judicial, e se o modifique corajosamente, por forma a torná-lo *parte integrante e condigna do novo Estado Democrático*.

Pois bem: já é!

E já é porque o Governo não acompanha o Dr. Cunhal quando afirma *que o aparelho judicial não só absolve como elogia caluniadores; decide libertar condicionalmente assassinos de dirigentes sindicais apesar de ter acabado de condená-los; é, à maneira dos velhos tempos, dominado por espírito de classe, da classe exploradora, castigando os fracos e protegendo os poderosos; é, além disso, o poço sem fundo onde caem sem êxito reclamações e queixas de cidadãos ofendidos*.

O Governo entende, bem ao contrário, que, aparte excepções que não destroem a regra, a magistratura portuguesa atravessou com dignidade a noite fascista, onde não raro foi único farol, e que não merece de modo nenhum, como regra, a suspeita de juízos prejudiciais, parciais ou discriminatórios. Um pouco de familiaridade com os tribunais ensina-nos que, em regra, os juízes portugueses decidiam e decidem de acordo com a própria consciência e a lei, às vezes até de um ângulo quase fetichista de respeito por esta.

Eram as leis más e injustas? Decerto. Mas não cabia aos juízes modificá-las.

Mal irá o País quando nos permitirmos julgar os julgadores do ân-

gulo da nossa visão pessoal sobre os casos julgados, o mais das vezes sem conhecimento dos factos, das provas e até da lei aplicável. Por alguma razão a Constituição da República confirma a soberania do poder judicial, bem como essas preciosas velharias que são a *independência dos tribunais, a irresponsabilidade e a inamovibilidade dos juizes*. Vai mais longe: *afirma solenemente a obrigatoriedade das decisões dos tribunais para todas as entidades públicas e privadas, bem como a sua prevalência sobre as de quaisquer outras autoridades* (artigo 210.º).

Está aqui, implícito, queira-se ou não se queira, o reconhecimento da sujeição do Estado ao direito.

Não é preciso ser jurista para se saber que uma ou outra decisão injusta (e decisões injustas sempre as haverá!) empalidece de gravidade perante o risco social de se desacatar uma só que seja, a pretexto de que a não julgamos tão impecável como gostaríamos que fosse.

As experiências vividas no passado bem recente, e que ainda explicam, sem a justificar, a atitude reticente de alguns juizes perante certos tipos de infracções, abalaram tão profundamente o sentimento de segurança dos cidadãos, que existe hoje, generalizada, uma funda ansiedade de revalidação da vis imperativa das leis e da autoridade indiscutível dos tribunais.

Não precisaremos de voltar a sacralizar a função de julgar para que os juizes portugueses voltem a ser - e sê-lo-ão - o último baluarte da autoridade, da ordem e da justiça.

Mister é que as leis sejam expressão de assentimento colectivo; e esta Assembleia é garantia disso. Em democracia e em liberdade, as leis são justas e os juizes são probos.

Deixou-me algumas apreensões um outro passo do discurso do Dr. Cunhal. É aquele em que afirma que *medidas impopulares encontrarão resistência popular, por muito que o Governo proclame o império de leis que elabore*.

Se isso significa a afirmação de um *direito de resistência* às leis e às decisões judiciais que punam a sua infracção, atenção e cuidado: bem pode então significar a rejeição dos canais democráticos de luta política, ou seja da própria democracia.

Outros passos da intervenção do ilustre Deputado, convencem, no entanto, de que não foi esse o sentido da sua afirmação.

Em matéria de Comunicação Social, o Dr. Álvaro Cunhal vê no programa do Governo *uma orientação que mais parece apostada em assegurar a sua utilização pelo partido no poder do que em assegurar o pluralismo de que tanto se proclama*.

A formulação deste seu juízo enferma, porém, de um defeito que

com frequência adregou descortinar no programa: o de nos não dizer que passos do programado inculcam essa aberrante orientação. Sem isso, teremos de ficar-nos pelo contra-reparo de que, no entender do Governo, *é precisamente o contrário* o que do programa se extrai.

Nele se afirma a independência dos meios e órgãos de Comunicação Social face aos poderes político e económico; nele se admite a reprivatização (melhor se diria a cooperativização) dos órgãos estatizados de informação escrita; nele se defende com ênfase o pluralismo ideológico na informação e a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião.

Não precisava, aliás, de ser tão enfático, num domínio em que a própria Constituição o é.

Afirmou ainda o Dr. Álvaro Cunhal que *não é de aceitar que o País continue a pagar seiscentos mil contos anuais para que a imprensa estatizada se torne um instrumento do partido do poder.*

Não posso asseverar que não tenha sido esse o desiderato do estipêndio até ao advento do VI Governo, ou seja da minha entrada para a pasta da Comunicação Social. Posso no entanto garantir que, após esta data, não foi de todo em todo essa a sua razão determinante. O Povo é testemunha de que foi a partir desde então que o pluralismo se instalou na Comunicação Social. E os trabalhadores das empresas subsidiadas sabem que foi a garantia dos seus postos de trabalho e do seu salário a única razão do suporte. Quanto ao mais, de acordo em que não é de aceitar a continuação da mencionada sangria financeira. Para isso se tomaram algumas medidas e se programaram outras. O Governo vai encarar o problema com redobrada decisão. Mas não tenhamos ilusões: o sector é deficitário; desfalcado do antigo suporte da banca capitalista, precisa, para sobreviver, de um novo mecenas.

O que está errado é só o exagero.

O Dr. Cunhal feriu, ele também, a corda tantas vezes vibrada dos órgãos de propaganda fascista e emitiu o receio de que o anunciado programa de apoio à imprensa regional venha a reforçar-lhes o alento.

Na passada, lembrou a pergunta dirigida ao Sr. Primeiro Ministro sobre que medidas projecta o Governo tomar para impedir as campanhas de injúrias e calúnias e a propaganda fascista e achou insuficiente a resposta dada, segundo a qual cabe aos tribunais julgar os delitos e as decisões dos tribunais são sagradas.

A verdade é que a resposta correcta é essa e não podia ser nenhuma outra.

A Constituição assegura, por forma claramente irrestritiva, a liber-

dade de expressão do pensamento. Diz mesmo que o exercício do correspondente direito *não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura.*

É que sabe, e nós também, que, quando a essa liberdade se abre uma excepção, se abre também um processo de que se conhece o início, não o fim. Os Portugueses, com destaque para os que são comunistas, têm disso uma amarga experiência.

Nem se diga que, ao proceder assim, não fez a Constituinte uma opção consciente. Na verdade, ao regular a liberdade de associação, claramente proibiu organizações que perfilhem a ideologia fascista.

Significará isto que o fascismo organizado é ilícito, não assim a sua defesa individual?

Não significa. O artigo 66.º da Lei de Imprensa erige em crime a difusão de ultrajes, *ofensas ou outros ataques ilícitos às instituições democráticas susceptíveis de fazer perigar a ordem democrática.* A defesa do fascismo é, por excelência, um desses ultrajes, uma dessas ofensas, um desses ataques. E não apenas faz perigar a ordem democrática: é a sua negação, o seu antípoda.

Com uma só diferença: a prevenção e repressão deste crime, compete aos tribunais e só a eles. O Governo nada pode ou deve fazer acerca disso sem prejuízo de esta Assembleia, no uso da sua competência reservada, poder tornar mais eficaz a sua prevenção, e mais dura a sua repressão através de instrumentos legislativos adequados.

Quanto ao programado apoio à imprensa regional, não se tema que o Governo acalente no próprio seio a áspide que há-de destruí-lo.

*
* *

Gostaria de terminar com uma palavra de esperança: vivemos tempos maus, enfrentamos dificuldade, ralhamos uns com os outros. Mas estamos aqui, em liberdade, a programar o futuro do nosso País.

Vale a pena suportar sacrifícios e passar privações para podermos continuar a ser livres e dignos.

Fecho recordando um conhecido episódio chinês: Confúcio, ao passar junto ao monte Thai, deparou com uma velha mulher que chorava copiosamente. Inquirida, respondeu que tinha passado por grandes sofrimentos. O tigre lhe devorara o pai, o marido e recentemente o filho. Perguntada por que não abandonava aquela

região infestada de tigres respondeu:

- Porque aqui não há governo tirânico.
- A opressão e a tirania - sentenciou Confúcio - são piores do que os tigres.

Nós, também, que já o sabemos, não voltemos a esquecer-nos disso.

Publicado no BMJ nº 259, Outubro, 1976, p. 5-17

Comunicação ao País proferida por Sua Excelência o
Ministro da Justiça, Dr. Almeida Santos, em 12 de Outubro
de 1976.

- I -

ACTIVIDADE TERRORISTA

O País tem acompanhado, com bem compreensível curiosidade, a marcha das investigações sobre os ocorridos actos de terrorismo, nomeadamente pelo que se convencionou chamar a «rede bombista».

E com razão. Todos estamos fartos de violência e, cada bomba que explode na rua, explode também na nossa ansiedade.

Quer isto dizer que a liberdade e a democracia continuam a ter inimigos, que a tirania continua a ter adeptos dispostos a matar por ela e que, se não queremos voltar a ser escravos, temos de nos manter vigilantes.

É claro que os bombistas são os primeiros beneficiários do regime de liberdade e de legalidade democrática que tentam destruir. Sabem de antemão que não serão presos arbitrariamente, que ninguém lhes controlará os telefones nem lhes violará o domicílio ou a correspondência, que ninguém lhes porá, de plantão, um bufo. Mas bom é que se não confunda o nosso total respeito pelos princípios que nos regem com tibieza na defesa desses princípios.

Detido para averiguações um suspeito, começa normalmente todo um processo de manipulação da opinião pública: uns para antecipadamente o terem por culpado e o condenarem, outros para, com igual irresponsabilidade, o absolverem. Anjo ou demónio terá de ser. Mero suspeito, e como tal presumido inocente até ao trânsito em julgado da sentença que o condenar - como exige a Constituição - ninguém, aparentemente, parece estar disposto a considerá-lo.

Não obstante, foi esta uma das conquistas fundamentais de nossa Revolução, e é esta uma das garantias básicas do novo texto Constitucional.

Ao duvidar-se - se é esse o caso - da independência da Polícia Judiciária (civil ou militar) presta-se um mau serviço a essas entidades. E ao especular-se, sem conhecimento de causa, sobre os incidentes da investigação a que se entregam, presta-se um péssimo serviço a essa investigação.

Maus serviços agravados, é bem de ver, sempre que esse juízo e essa intromissão são ditados por prejuízos de raiz partidária, pela preocupação de pressionar os agentes da autoridade ou de retirar efeitos políticos secundários.

Após meio século de irresponsabilidade, de silêncio e de intriga, a vivência da liberdade democrática está longe de ser fácil. Mas é de acordo com ela que temos de viver.

Toda a gente sabe que é de lei, e condição de êxito das próprias investigações, a sua natureza sigilosa. Assim sendo, quando lemos nos periódicos que na véspera foi feita uma acareação, apurado um facto, obtida uma confissão ou conseguida qualquer outra prova, e sobre tudo isso são tecidos comentários que, consoante o quadrante de que surgem, tendem à condenação ou à absolvição dos apenas suspeitos, há quem, nas polícias e nos jornais, não cumpra o seu dever.

Lamento ter de reconhecer que, a este propósito, não há que distinguir entre a imprensa progressista e a reaccionária. Jornais - felizmente não todos - de um e outro desses quadrantes, difundem segredos de investigação protegidos por lei, e especulam acerca deles. Convertidos em instrumentos de pressão, fabricam culpas e forjam inocências. Criticam detenções que consideram indevidas ou deploram solturas que reputam injustificadas.

Alguns há que, não contentes com violarem um dever de sigilo, tentam responsabilizar o Governo pelo seu silêncio ou pelo que chamam a sua «passividade». Essa atitude do Governo «degradaria a sua imagem» e poderia ser «tomada por indiferença». Eis como o estrito cumprimento de um dever pode ser reprovado precisamente por quem o viola!

É evidente que a descoberta até ao fundo e ao fim dos agentes responsáveis pelos atentados bombistas, seria a última coisa a que o Governo poderia ser indiferente. A investigação desses atentados tem sido encarada e estimulada com o maior interesse e a maior atenção pelo Governo, mas entende este que cumpre esse dever reestruturando, reequipando e dotando de meios os órgãos de investigação, não propriamente dando à língua para tecer comentários prejudiciais de uma investigação isenta, ou violando a Constituição e a lei.

A este respeito, desiludam-se os que insensam a Constituição com a boca e a desprezam com o coração e os atos. Para o Governo é urgente e é imperioso descobrir os responsáveis por cada bomba que explode. Mas mais grave seria, se explodisse, a bomba do recomeço do desrespeito dos básicos direitos do homem, entre os quais se inscreve o de que todo o homem deve ser considerado inocente até ao trânsito em julgado da sentença que o condene.

Nada se ganha em tentar politizar «a posteriori» o acto selvagem, e pretensamente político na origem, de fazer explodir engenhos assassinos.

Quem, em democracia, com plena liberdade para politicamente lutar, luta com cordão detonante, não é um político. É um energúmeno que o corpo social rejeita.

Mas cuidado! É-o, não porque o digam periódicos sensacionalistas, mas porque o disse um tribunal por sentença com trânsito.

Dir-se-á que o Povo tem o direito de saber a verdade, e carece, para tanto, de ser devidamente informado. Sem dúvida. Mas a verdade, em direito penal, é sempre uma conclusão. E uma conclusão tirada segundo regras estritas e por quem tem competência legal para tirá-la.

Dir-se-á ainda que, em determinadas circunstâncias, se justifica a superação dos ditames da legalidade estrita e o apelo à chamada «legalidade revolucionária». Bom seria que não tivéssemos de recordar ao que conduziu este tipo de legalidade.

Para as situações de excepção existem o estado de emergência e o estado de sítio, que precisamente suspendem temporariamente o regime de plena legalidade, ou sejam algumas liberdades e garantias em que se desdobra.

Fora disso, há que reconduzir as investigações relativas à actividade de bombista a um regime legal.

O mal, em matéria de liberdades e garantias, é abrir-se a primeira excepção. Temos disso uma experiência amarga.

Para tanto, vai ser ordenado um inquérito para apurar quem, no âmbito das entidades investigadoras, tão sistematicamente viola o seu dever de sigilo.

Quanto aos referidos órgãos de comunicação social, não será difícil reconduzi-los ao respeito pela lei e pelo direito à inocência até sentença contrário se, contra o que se espera, espontaneamente não reassumirem esse pressuposto ético.

Se me não refiro em detalhe aos panfletos ultra-reaccionários que recentemente entraram em cena, é só porque se trata de actividade criminosa vulgar, com tratamento no Código Penal.

São, além disso, inconcebivelmente grosseiros, sendo difícil lê-los sem pôr o dedo no nariz.

E já daqui se infere que o Ministro da Justiça não pode estar de acordo com a proposta, estranhamente também tornada pública antes de sobre ela se ter pronunciado, no sentido de os órgãos de comunicação social e as organizações partidárias passarem a «acompanhar o processo investigatório».

Não quero duvidar de que a intenção que presidiu a esta proposta tenha sido a melhor. Ao que parece, fiou-se dela virtude bastante para assegurar «notícias correctas, serenas e ajustadas» e para possibilitar aos partidos a correcção, «dentro das suas organizações, dos desvios que os seus filiados, eventualmente envolvidos em acções de terrorismo, tenham desenvolvido».

Mas há-de reconhecer-se que a cura seria mais grave do que a en-

fermidade, e que não é muito lisonjeiro para os partidos imaginá-los a desempenhar o papel que a sugestão lhes comete.

Por sobre tudo isso, substituiríamos o sigilo da investigação - que tem fundamentos éticos e pragmáticos - pela sua devassa, e politizaríamos a investigação judiciária que passaria a ser, mais do que infelizmente já é, uma arena de paixões partidárias. Apaixonados já o somos demais.

Estes reparos, aqui deixados por bem, não excluem que sejam devidos à Polícia Judiciária (civil e militar) uma palavra de apreço e um público louvor.

É tão ingrata e mal compreendida a sua missão; são tão difíceis as condições da sua actuação; são tão escassos os dados no plano da pesquisa de informações; foi tão grande o esforço de adaptação que tiveram de fazer a novos tipos de criminalidade que tradicionalmente lhes não competiam; é tanta a coragem necessária para enfrentarem ameaças e desprezarem malquerenças, que só temos de louvá-las e louvar-nos por terem sido capazes de apanhar o fio da meada e de com ele estarem percorrendo, com tão assinalável eficácia, o sinistro labirinto deste tão difícil fenómeno de crime organizado.

Não se receie: levarão a bom termo as investigações em curso e a rede bombista será desmantelada. Entenda-se que, ao falar no singular em «rede bombista», não estou a empenhar a minha convicção de que seja apenas uma.

Foi também tornado público que foi proposta ao Ministro da Justiça a criação de uma «Brigada Especial Mista da Polícia Judiciária e da Polícia Judiciária Militar», especializada no combate ao terrorismo.

Esta ideia, que aliás não é nova, tem mais virtude. Ainda assim, não tanta como a que se fia dela.

Antes de mais, não gosto, pessoalmente, da designação. O nome «Brigada Especial» tem conotações de má memória embora as coisas sejam o que sejam e não o que se lhe chama.

Mas a ideia de uma secção especializada no combate a este tipo de criminalidade, constituída pelos elementos para o efeito mais cotados das duas polícias tem, repito, alguma virtude.

Desde logo a de pôr a nu os inconvenientes de uma investigação bipolar.

A este respeito vale a pena recuar um pouco. Até 25 de Abril de 1974, a investigação e a instrução dos crimes contra a segurança interior e exterior do Estado estavam cometidas à PIDE-DGS, com uma orelha em cada mesa de café, uma escuta em cada telefone, um corta papel em cada carta, uma chave em cada fechadura,

um pavor em cada cidadão, uma total ausência de consciência em cada agente. Com tudo isto e mais meio século de experiência, era fácil.

Um decreto do próprio dia 25 de Abril cometeu aquelas funções à Polícia Judiciária civil, única então existente.

O coeficiente de odioso e a margem de novidade que havia nisso exigiram desta um notável esforço de adaptação. Mas era, apesar de tudo, uma situação clara.

A partir daí começou o que poderemos chamar a dança das indefinições. Desde logo a Lei Constitucional n.º 3/74, de 14 de Maio, ao incorporar o programa do Movimento das Forças Armadas, que ordenava a «entrega às forças armadas de indivíduos culpados de crimes contra a ordem política instaurada...», entronizou alguma perplexidade.

Estão ainda na lembrança de todos os latos poderes do COPCON - de direito, e sobretudo de facto - e da 5.ª Divisão.

E em 23 de Setembro de 1975 é enfim criada a Polícia Judiciária Militar, directamente dependente do Conselho da Revolução, à qual é cometida a investigação e instrução dos crimes sujeitos ao foro militar, entre os quais se inclui a chamada actividade terrorista, e a quase totalidade dos crimes contra a segurança interior e exterior do Estado. Aliás a totalidade destes crimes quando cometidos por indivíduos sujeitos ao foro militar ou quando, pelo menos um dos seus agentes, esteja sujeito a este foro.

Reconhecendo que a Polícia Judiciária Militar não nasceu já habilitada para fazer face a tão vasta competência, o Regulamento do Serviço de Polícia Judiciária Militar viria a estabelecer que, enquanto esta polícia «não dispuser das estruturas necessárias ao pleno exercício das suas atribuições legais, será unicamente competente para investigar e instruir os processos que lhe sejam ou tenham sido afectos pelo Conselho da Revolução».

Para tudo ficar ainda mais complicado, a Constituição viria a estabelecer - e bem - a separação das actividades de investigação e de instrução e a sujeitar esta a forma contraditória sob orientação de um juiz. Viria ainda a limitar a competência dos tribunais militares aos crimes «essencialmente militares» e aos «crimes dolosos equiparáveis».

De tudo isto resulta que nem sempre se sabe com clareza a quem compete a investigação de um dado crime. E, mais grave do que isso, que em relação a algumas actividades delituosas só a partir de certa altura se pode saber se compete à Polícia Judiciária civil ou à Polícia Judiciária Militar. Quando tal acontece, a primeira limita-se a levantar a lebre, cabendo à segunda persegui-la, com todos

os inconvenientes de uma e outra perderem o pleno domínio da globalidade da investigação.

Do que fica dito já se infere que, em relação aos supostos agentes da rede bombista, é isto o que tem acontecido: a Polícia Judiciária Civil actua até à descoberta de qualquer suposto agente de uma infracção, dele tomando conta, a partir daí, a Polícia Judiciária Militar. E nem sempre a ulterior cooperação entre as duas Polícias atinge, no plano de facto, o grau de eficiência seguramente desejado por uma e outra.

Significa isto também que não raro se tem responsabilizado a Polícia Judiciária civil, e indirectamente o Ministério da Justiça e o Governo por fases da investigação que efectivamente escapam ao seu controle e ao seu domínio.

Eis por que o Ministério da Justiça e o Governo vêem com bons olhos a aprovação de um esquema que, de momento apenas no âmbito dos actos de terrorismo - tal como os define a «Convenção Europeia para a repressão dos actos de terrorismo» - supere a dicotomia Polícia Judiciária civil - Polícia Judiciária Militar, e permita a plena conjugação dos esforços e meios de uma e outra na investigação global deste tipo de crimes.

Vou elaborar um projecto de diploma nesse sentido, embora me não incline para a criação de um terceiro organismo (que só agravaria a pluralidade dos existentes) mas no da criação, no âmbito da Polícia Judiciária civil, de uma secção especializada com elementos e meios oriundos também da Polícia Judiciária Militar. Este esquema implicará, obviamente, uma adequada revisão da actual competência de uma e outra.

Para além disso, está-se procedendo, na linha de uma instantânea preocupação do próprio Presidente da República e com o empenhamento directo do Primeiro-Ministro, a uma profunda reestruturação da Polícia Judiciária civil, em ordem a dotá-la de instalações, quadros e meios que lhe possibilitem o cabal desempenho das suas importantes e vastas funções.

Infelizmente a técnica da investigação criminal não é fácil de assimilar, e um agente minimamente apto demora anos a preparar. Por isso se encara, entre outras medidas que seria fastidioso enumerar aqui, a criação de uma Escola de Polícia destinada à preparação de elementos para todos os actuais organismos envolvidos na manutenção da ordem e na prevenção e investigação de acções delituosas.

Na sequência do que fica dito, não se estranhará, por certo, que o Ministro da Justiça se não pronuncie sobre as culpas dos suspeitos detidos ou a falta delas, sobre o bem ou mal fundado das deten-

ções feitas ou deixadas de fazer, ou sobre o acerto ou desacerto das solturas determinadas. Representaria isso incorrer nas mesmas faltas que se julgou oportuno reprovár.

Todos queremos que se faça justiça. Infelizmente parece que nem todos estamos de acordo sobre o que seja a justiça.

Resumindo: a investigação e consequente punição dos responsáveis por actos de terrorismo, nomeadamente pela deflagração de engenhos explosivos, irá até ao fim, doa a quem doer.

O Governo divulgará em detalhe os resultados das investigações em curso quando deixarem de estar sob segredo de justiça. O Governo cumprirá a lei e exigirá que por todos seja cumprida.

Foram tomadas medidas, e outras o serão, das quais sairá reforçada a eficiência da investigação judiciária deste e outros tipos de criminalidade.

- II -

COMBATE À DROGA

A droga, qual novo Átila, invadiu o Ocidente. Velho flagelo, parece ter-se reforçado com a descoberta de que, para além de um excelente negócio, constitui arma de eleição para a destruição da autoridade paternal e escolar, ou seja para a destruição das fontes tradicionais da própria autoridade em si.

O clima de generalizada permissibilidade posterior ao nosso encontro com a liberdade propiciou o incremento do seu tráfico e do seu consumo.

Temos agora de recuperar o tempo perdido e de travar uma árdua batalha em todas as frentes.

Dessa batalha todos temos de ser soldados: os pais em casa, os professores na escola, os trabalhadores na empresa, a imprensa na opinião. Todos vigilantes, em atitude de guerra santa contra a nova peste, havemos de erradicá-la da nossa Terra e das nossas apreensões.

Num despacho programático que marcou uma intenção e definiu um caminho, o Senhor Primeiro-Ministro entendeu por bem delegar em mim, a título pessoal, a coordenação de um conjunto de medidas tendentes a criar meios de acção preventiva do consumo e repressiva do tráfico ilícito de drogas.

Iam decorridos oito meses sobre o diploma que previra a criação de dois Centros - o Centro de Estudos da Juventude e o Centro de Investigação Judiciária da Droga - o primeiro dirigido à prevenção do consumo de drogas e o segundo à investigação do seu tráfico.

Desde então, pouco ou nada mais se fizera.

Pois já o Governo aprovou a estrutura orgânica e administrativa desses dois Centros - o primeiro crismado de Centro de Estudos da Profilaxia da Droga e o segundo de Centro de Investigação e Controle da Droga - bem como de um Gabinete Coordenador do Combate à Droga, destinado, como o seu nome indica, a coordenar a actividade daqueles dois centros e das demais entidades - sanitárias, escolares, de comunicação social, policiais e parapoliciais - contribuintes de uma acção planificada e conjugada em termos de cobertura do fenómeno a nível nacional.

Os diplomas aprovados ainda não foram publicados e já se cuida de encontrar instalações apropriadas para que os novos organismos possam, sem demora, funcionar.

De acordo com o referido despacho orientador do Primeiro-Ministro, vão também ser criados sem demora centros clínicos de tratamento e recuperação de consumidores de drogas, a começar por Lisboa, Porto, Coimbra e Faro.

Enquanto isto, procede-se à revisão da legislação penal relativa ao tráfico ilícito e ao consumo de drogas em ordem a torná-la adequada e eficaz.

Não se julga que esteja ao nosso alcance conseguir «rapidamente e em força», o que nenhum outro País até hoje conseguiu. Parte-se com a plena consciência das dificuldades que se nos deparam. Mas há-de a breve trecho reconhecer-se que o Governo decidiu enfrentar corajosamente o desafio sem avareza de meios. Veremos, sem demora, os primeiros resultados.

Antes de mais, impõe-se todo um trabalho de mentalização e de profilaxia a montante. Sabe-se, com relativa aproximação, quais são os factores sociais e de meio ambiente propiciatórios do consumo de drogas, que em regra exprime a procura de uma saída para angústias existenciais, ou uma afirmação de autonomia pelo caminho aventureiro de novas sensações.

São também conhecidos os tortuosos caminhos de que habitualmente se servem os que com a droga traficam.

A prostituição, a rufinaria, o desemprego e a vadiagem, produzem estados de espírito contribuintes da proliferação do seu tráfico.

Infelizmente, também os caminhos da abundância, e não apenas os da miséria, conduzem a esse execrável tipo de negócio. E assim é que, países com pleno emprego, sem prostituição e sem miséria, lamentam por igual a perda da saúde e a escravização da vontade dos seus filhos. Pode mesmo dizer-se que os pobres não são, em regra, as vítimas prediletas dos traficantes de drogas.

Uma coisa é certa: a generalizada indignação contra o drogado - que é ostensivo - deve ser gradualmente transferida para o trafican-

te - esse oculto e protegido por poderosas «mafias» internacionais. O consumidor, esse, começa em regra por ser culpado apenas ao nível de uma ocasional busca de novas sensações. Cativo incauto de uma necessidade incontrollável, em breve deixa de ser culpado para ser doente. Como tal, precisa de ajuda, não de castigo.

Onde acaba a vontade acaba a culpa.

Careceria, pois, de sentido, prender um doente. Já é discutível, mas não vejo como fugir a isso em alguns casos, a vantagem do tratamento compulsivo, sempre que falhe o apelo ao tratamento voluntário.

A isso se destinam os centros de tratamento e recuperação de que falei há pouco. Recuperação que não há-de ser apenas do enfermo para a saúde, mas também do cidadão para a sociedade.

Se o drogado, uma vez liberto, voltar à prostituição, ao desemprego ou à angústia de ser um pária, de pouco terá valido libertá-lo. Ele voltará, na maioria dos casos, à sua escravidão.

Contra o traficante sim, toda a indignação é pouca. Quem, friamente, procura lucrar com a vontade, a saúde e a vida dos nossos filhos, ou disso se serve como arma política para destruir um tipo de sociedade com que não está de acordo, é pior do que todas as lepras. O corpo social deve rejeitá-lo, isolá-lo, imunizar-se contra a sua avidez de lucro.

Enfim: se é cedo ainda para se avançar que as medidas programadas conduzam ao êxito, já se fez o bastante para que se não duvide de que o Governo decidiu encarar o combate à droga com decisão, e porventura com uma largueza de vistas que, à escala das nossas possibilidades, pode classificar-se de notável.

- III -

O PROBLEMA DOS DESPEJOS

Um dos problemas que mais têm apaixonado a opinião pública é o problema dos despejos de prédios urbanos.

Muitos me perguntam, com impressionante irrealismo, porque não se acaba pura e simplesmente com eles.

Partem de silogismos exageradamente elementares: a Constituição garante o direito à habitação; o despejo favorece o senhorio ou seja o capital e desserve o inquilino ou seja o trabalho; logo, o despejo é inconstitucional e reaccionário.

Argumentar, como se vê, é fácil. Governar é um pouco mais difícil.

Pois se é exato que a Constituição garante o direito à habitação, não é menos exacto que também garante o direito à propriedade

privada, que inclui a faculdade de cada um dispor daquilo que é seu.

Impedir que um proprietário despeje o inquilino que não paga a renda, ou por outra forma não cumpre o contrato, ou que seja restituído à posse do que foi esbulhado, equivaleria a uma expropriação do uso das casas, só possível, segundo a Constituição, mediante o pagamento de uma justa indemnização. E, infelizmente, o Estado não pode chamar a si tão vultoso encargo.

Entre o direito à habitação e o direito à propriedade, a Constituição, manifestamente, sobrepõe este àquele. O direito à habitação, no esquema constitucional, assegura-se programando e incentivando a construção de casas. E como as boas intenções não substituem o betão armado, só mesmo construindo-as poderemos aproximar-nos, o que levará anos, do ideal jamais atingido da plena habitação.

Porque o sector público não pode, sozinho, aproximar-se sequer do limite da nossa efectiva capacidade anual de construção de casas, a solução do problema será tanto mais acelerada quanto mais estimularmos, neste domínio, a iniciativa privada.

É aqui que falha o silogismo de há pouco: quanto menos protegermos os proprietários-senhórios, menor será o contributo da iniciativa privada para o reforço do parque habitacional. Nesta medida, a desprotecção do senhorio volve-se contra o inquilino. E volve-se mais significativamente contra ele do que o actual processo de despejo.

Não reconhecer esta elementaridade, na actual situação portuguesa, será fazer demagogia. Mas não será, isso não, governar com o mínimo de pragmatismo e de eficácia.

Este e outros mitos de belo efeito revolucionário, saldaram-se, mais tarde ou mais cedo, por autênticos fracassos contra-revolucionários.

Logo no primeiro Governo Provisório caímos na fácil tentação de congelar as rendas. Nesse momento, e através dessa medida, ajudámos a ditar a sentença de morte do mercado da habitação. Os particulares, justamente receosos da inflação, deixaram de construir. E o sector público não foi, nem tão depressa será, capaz de substituí-los nessa função. Alguns estímulos à construção de casa própria, e por isso indiferente ao envelhecimento da renda, puderam reduzir a gravidade do problema. Mas o contrapeso do afluxo de desalojados e das justas exigências decorrentes das melhorias salariais, contribuiu para o seu agravamento.

Acresce, por outra via, que, em termos globais, o que é grave não é a substituição de um inquilino por outro, mas a permissão de

casas vazias enquanto há portugueses sem casa. Aqui, sim, cabe ao Governo alguma intransigência. A propriedade privada não é mais um direito absoluto. Exerce, ela também, uma função social. E a função social das casas é facultarem habitação, não usura.

Cabe enfim reconhecer que, o que conferiu peso político ao problema dos despejos foi a circunstância de, muitos deles, representarem a condenação judicial da política de permissão, senão de estímulo, de vaga de ocupações selvagens que coincidiu com os piores momentos da nossa revolução. Se isso deslustra os ocasionais arautos dessa política, tanto pior para eles.

Devemos então cruzar os braços perante o drama de famílias, que não raro incluem crianças e doentes, e que, à falta de outra casa, ou de meios para arrendá-la, o despejo deixa, desprotegidas, em plena rua?

É evidente que não. Impõe-se, antes de mais, evitar a surpresa. Quem vai ser despejado tem, no mínimo, o direito a dispor do tempo necessário para tentar outra solução, outro albergue, um buraco que seja.

Temos no entanto de reconhecer, com a mágoa inevitável, mas também com a frieza necessária, que, aparte o milagre, fora do nosso alcance, para a omelete nos escasseiam os ovos.

Antes de mais há que ajuizar caso a caso. Entre o mau pagador que pode pagar a renda e a não paga, ou que procedeu a uma ocupação selvagem por puro acto político, e o chefe de família que, por sobre não ter casa, também não tem trabalho, vai uma distância abissal.

Por outro lado, tomando este último caso, por ser aquele em que as exigências de justiça social se tornam mais nítidas, para não sacrificarmos o ocupante da casa teremos de sacrificar alguém.

O senhorio, já vimos não ser conveniente. Perante esse risco, o investimento fugiria da construção de casas como o diabo foge da cruz.

O Estado também não é possível. Nem o erário público é um saco sem fundo, nem uma tal medida deixaria de estimular o incumprimento dos contratos de locação. Se o Estado paga a renda que eu deixar de pagar, por que razão a pagarei?

Só vejo um caminho, esse mesmo pejado de abrolhos: reduzir no tempo o pagamento por conta do inquilino da renda que este deixar de pagar - logo sem prejuízo do senhorio, que por vezes vive só da renda - e buscar a necessária fonte de receita num pequeno esforço de todos os senhorios e de todos os inquilinos que a recebem e podem pagá-la: os que têm casa aos que carecem dela.

Posto que o esforço seja diminuto, da ordem mensal de alguns

maços de cigarros, ninguém dirá que se não trata de uma medida de irrecusável justiça social. E como é enorme o volume global das rendas pagas, um pequeno contributo bastará.

Dir-se-á que é mais um imposto. Pois é. Mas, para o não ser, seria então mais um acto de egoísmo e de indiferença perante o sofrimento alheio.

É nesta ordem de ideias que tenciono cumprir o mandato recebido de submeter em breve ao Conselho de Ministros e na parte do imposto à Assembleia da República) um projecto e uma proposta de diploma, por ora da minha exclusiva responsabilidade, onde se prevê um esquema de suspensão temporária da execução de alguns mandatos de despejos, após apreciação judicial de cada caso, a par de outras medidas complementares de inegável justiça social. Essa apreciação permitirá também detectar alguns casos de oportunismo, já que, infelizmente, também os há.

Receio bem que não dê total satisfação a ninguém. Mas situa-se na linha do possível, e governar não é mais que a arte de explorar possibilidades. Nessa medida, poderá, assim o espero, dar parcial satisfação a todos. Ao senhorio, que vê assegurado o direito à justa renda. Ao inquilino ou ocupante que vê tomada em conta a sua concreta situação de carência de habitação ou de dinheiro para pagá-la durante o período necessário para procurar casa, para obter trabalho ou para recorrer a esquemas de habitação ou assistência social. Ao Estado, que vê respeitadas as decisões dos seus tribunais - valor por certo mais alto que a plena habitação - sem encargos para ele incomportáveis.

À generalidade dos cidadãos, que potencialmente se desdobra em senhorios e inquilinos.

Assim terá de ser até que cada um possa ver assegurado o seu direito a casa própria ou ao «quantum satis» para a tomar de renda. Para além disto ficam a utopia e o milagre.

É claro que esta iniciativa do Governo não prejudica outras que possam surgir ao nível da Assembleia da República, onde me dizem ter dado entrada um projecto de lei tendente a regular a mesma matéria.

Neste domínio, como aliás em todos os demais, cada iniciativa só pode aspirar a ser preterida por outra melhor.

- IV -

A RECENTE AMNISTIA

Posto isto, parece legítimo perguntar a que veio a amnistia que o Governo recentemente decretou. Como acto de tolerância para

com os criminosos por ela abrangidos, não representará uma contradição de esforços do mesmo Governo no sentido de combater a criminalidade? Terá o Governo esquecido que as amnistias devolvem à disponibilidade delituosa alguns perigosos delinquentes? Trata-se de uma aparência enganadora.

Antes de mais, ela condenaria, não esta ou aquela mas toda e qualquer amnistia. E ninguém se sentiu até hoje autorizado a ir tão longe. As amnistias desempenham um papel socialmente saudável. Mister é que delas se faça uso com oportunidade e parcimónia.

Foi o que aconteceu com a recentemente decretada. Quanto à oportunidade, nenhuma melhor e mais digna de ser por esse meio celebrada do que a eleição do Presidente da República, da nomeação do Primeiro Governo Constitucional, da entrada em plena vigência das instituições democráticas livremente escolhidas pelo Povo e, simultaneamente, a celebração, com ajustado luzimento, do aniversário da implantação da República, primeiro encontro do País com a liberdade.

Em momentos assim tão altos justo é que repartamos a alegria de vivê-los com os portugueses transviados que, quantas vezes em hora de amargura, violaram o contrato social da obediência às leis. No fundo, é um pouco o ensinamento da parábola cristã do filho pródigo.

Quanto à parcimónia, trata-se, na verdade, de um caso de comediamento ditado pela preocupação de não usar a faculdade de amnistiar e perdoar para além dos limites em que, nas actuais circunstâncias, o esquecimento e o perdão poderiam ser construtivos e pedagógicos.

Em matéria de crimes políticos, deixou de fora os cometidos a propósito dos acontecimentos de 11 de Março e 25 de Novembro, os cometidos fora dessas datas a que corresponda pena superior a doze anos - e bem sabemos com severidade o nosso código penal pune este tipo de crimes - e ainda os cometidos com utilização de bombas ou de material de guerra, além das sevícias em cidadãos detidos e em geral os crimes contra a liberdade das pessoas, para só referir os mais significativos. Excluídos foram também - escusado seria dizê-lo - os crimes e as infracções disciplinares sujeitos ao foro militar, até porque, quanto a eles, careceria o Governo de competência para amistiá-los.

A punição do crime por ideologia é sempre penosa. Mais do que isso, eu diria, que nas actuais circunstâncias, à saída de meio século de repressão policial e de julgamentos políticos iníquos, não vai ser fácil, nem cómodo, julgar portugueses que, quantas vezes por

defeituosa perspectivação dos próprios ideais, tentaram sobrepor a violência à democracia.

Mas acontece que foi prometida aos Portugueses, ao mais alto nível, a verdade sobre o que se passou nesses dois movimentos contra-revolucionários. E só o julgamento dos implicados neles, rodeado das mais amplas garantias de defesa e publicidade, permitirá desfazer o nevoeiro que os envolve, clarificar as causas, iluminar os fins, definir as responsabilidades. O processo revolucionário carece dessa definição para passar à história depurado de falsas suspeitas e de ardilosas manipulações. E se há faltas que uma democracia pode e deve legitimamente punir, essas são precisamente as que se dirigem contra ela. A democracia é, fundamentalmente, um instrumento de luta e de liberdade. Salvaguardá-la dos que se situam fora dela e contra ela é, não só ensiná-los a lutar mas, como diria Rousseau, obrigá-los a ser livres.

Mal parecia que, ao amnistiar alguns crimes políticos, deixassem de ser amnistiados alguns dos menos graves crimes comuns. Mas também aí se foi deliberadamente avaro. Acontece, porém, que os nossos tribunais se encontram inundados de pequenos casos, muitos deles bagatelas sem verdadeira dignidade criminal, e que por causa desses deixam por vezes de ser pronta e eficazmente julgados aqueles que socialmente tem sentido julgar e punir. As amnistias têm, a este respeito, uma importante função saneadora das prateleiras.

Como consequência lógica do regime opressivo anterior a 25 de Abril de 1974, mas também um pouco por índole própria, temos a rotular de crimes simples ilícitos administrativos sem natureza infamante, e sujeitos ao veredicto dos tribunais infracções que melhor caberiam num simples esquema de reordenação social. Esse pendor é perigoso. As pessoas tendem a tornar-se indiferentes perante a ilicitude. Onde, caricaturalmente, tudo fosse proibido, nada o seria. E enquanto a reforma do Código Penal não fizer a monda dos pequenos delitos sem dignidade criminal, as amnistias vão contribuindo para a correcção desse defeito.

Com ressalva de pequenos retoques, o nosso Código Penal é ainda o que o passado nos legou. Dizer que perfilha uma escala penal de extremo rigor, com ressaibos inquisitoriais e totalmente condenada pela moderna criminologia, é enunciar uma verdade de primeira intuição. Vinculados a ela, os nossos juizes não raro violentam a própria consciência, aplicam penas de mais que discutível eficácia social, ou absolvem para não terem de aplicá-las.

Também aí as amnistias desempenham um papel correctivo bastante eficaz. Esta não fugiu à regra, ao consagrar moderadas me-

didadas de perdão parcial. Proporcionalmente à gravidade das penas aplicadas, foi-se, reticentemente, até um sexto das penas de prisão maior fixas, ou seja das superiores a oito anos.

Tem esta amnistia um derradeiro significado: o de constituir um ponto de partida benévolo e reconciliador, no momento em que o Governo se prepara para um combate em todos os azímites contra a criminalidade. É assim, de algum modo, a bonança que precede a tempestade. Oxalá assim a entendam os que, ao trabalho em paz, tendem a preferir o crime em rebelião.

Publicado BMJ n° 260, Novembro, 1976, p. 5-24

Discurso de Sua Excelência o Ministro da Justiça, Dr. Almeida Santos, na posse dos Presidentes das Comissões encarregadas de preparar a revisão dos códigos Civil, de Processo civil, Penal, de Processo Penal e Comercial, em 10 de Janeiro de 1977.

1 - Acaba V. Ex.^a, Senhor Primeiro-Ministro, de sublinhar, com a sua presença e a sua assinatura, o acto de posse dos presidentes das comissões de revisão dos Códigos Civil, de Processo Civil, Penal, de Processo Penal e Comercial.

E eu diria que poucos actos seriam, pela sua relevância e pelo seu significado, mais dignos dessa assinatura e dessa presença.

Se na Constituição da República o voto do Povo delimitou os contornos da sociedade política que tomou por modelo, é nas matrizes da sua estrutura jurídica que se há-de encontrar o desenho da correspondente sociedade civil.

Destruído o velho edifício de uma sociedade iníqua, dispomos já das fundações da construção de uma sociedade justa. Mas ainda não construímos essa sociedade e levaremos longo tempo a construí-la.

Renovado apenas no essencial, o nosso sistema jurídico continua mais identificado com o passado do que com o presente e de modo nenhum com o futuro. É essa uma contradição inerente a todas as revoluções que se situam entre a total e abrupta subversão e a simples e morna evolução através de uma sequência de actos de governo. Entre a «mesmice» do passado e o salto apocalíptico de que chegámos a abeirar-nos perigosamente, a Revolução de Abril acabou por encontrar o seu próprio ritmo. Marcou-o a pragmática sensatez do nosso Povo, determinado demais para aceitar o que não quer, e sábio o bastante para rejeitar a loucura dos utopistas, a ambição dos oportunistas e a avidez dos apressados.

De tal sorte que não é sequer um mal este desfazamento transitório entre a sociedade actual e o modelo da sociedade futura. Entendeu-se que era necessário algum tempo para que o Povo soubesse a Constituição que queria. Continua a ser útil que o legislador, seu mandatário, disponha de tempo bastante para serenamente apreender a real vontade do seu mandante, ou sejam os mais apropriados desenvolvimentos normativos do texto constitucional.

Foi pois de caso pensado que até hoje nos resignámos ao precário instrumento de leis estravagantes, mais ditadas pelo casuismo e pela urgência das medidas de que eram portadoras do que pela preocupação de perfeccionismo técnico e ajustamento sistemático. Primeiro a constituição do País, depois o País constituído. Primeiro a constituição, depois a experiência vivida da sua leitura.

E agora sim. Agora que já estamos em condições de razoavelmente podermos captar a vontade popular ínsita no novo pacto social, é tempo de iniciarmos a árdua «empreitada» de normativizarmos o nosso quotidiano.

Agora e não antes, porque uma revolução é menos um corte com

o passado de que um compromisso com o futuro; menos um acto de rebelião do que um estado de espírito.

Mas agora e não mais tarde para que não assumamos o risco de, por quebra de assentimento colectivo às leis, provocarmos a sua ineficácia.

Certo que o artigo 210.º da Constituição da República consagra solenemente o princípio de que as decisões dos tribunais - ou sejam as leis na sua vis compulsiva - «são obrigatórias para todas as entidades públicas e privadas e prevalecem sobre as de quaisquer outras autoridades».

Certo também que quando profundas reformas políticas podem ser obtidas por eleições oportunas, é inadmissível que sejam tentadas através da resistência às leis, ainda que pretensamente injustas. O respeito pela legalidade democrática, tão enfaticamente afirmado pela Constituição da República, tem precisamente o sentido de que são indiscutíveis as leis emanadas dos órgãos legislativos democraticamente eleitos.

Certo ainda que a submissão do Estado à Constituição, da lei ordinária à lei constitucional, dos tribunais às leis constitucionais e ordinárias, e dos cidadãos às leis e às decisões dos tribunais, definem um Estado de Direito, segundo o qual, sendo a lei emanção da vontade popular, nunca, em abstracto, pode ser injusta.

Certo tudo isto. Mas não é menos certo que cometeria grave erro o legislador que, por demais confiante na virtude dos esquemas abstractos, abstraísse das realidades concretas, por desatenção ou inércia se mantendo aferrado à rigidez de normativos que o tempo condenou ou envelheceu e pôs em conflito com novas concepções generalizadas.

Erraria quem concebesse a vontade popular em termos estáticos. Longe de ser uma rotina é toda uma dinâmica em constante devir. Disso se dá conta a nossa Constituição ao exigir a periódica repetição da sua consulta.

Cabe, pois, ao legislador estar atento ao pontual «aggiornamento» do sistema jurídico, antecipando-se à quebra do assentimento colectivo que lhe confere eficácia.

Não deve esquecer-se que a nossa Constituição, de passo que põe o acento tónico no respeito pelas leis, «reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão».

O Povo Português exerceu esse direito em 25 de Abril de 1974. E não mais precisará de exercê-lo, agora que dispõe de instrumentos institucionais para se defender dos maus governantes. Vem de Rousseau o ensinamento de que «não pode haver opressão numa sociedade governada pela vontade geral».

2. Senhores Professores:

Cabe-me agradecer-vos o facto de terdes aceitado a tarefa árdua e responsabilizante de presidir às comissões encarregadas de compatibilizar o essencial do nosso sistema jurídico com a letra e o espírito do novo texto constitucional. Neste agradecimento envolvo, naturalmente, todos os demais professores e juristas membros das comissões a que presidis, e que a essa tarefa vão dedicar a sua experiência e o seu saber. Repouso sobre a vossa competência e sobre o escrúpulo que seguramente poreis na captação da vontade popular condensada no texto constitucional e no espírito que dele emana. E realço com toda a justiça, que é devido público reconhecimento ao trabalho por vós já feito, visto que muitos dos elementos que fazem parte das comissões agora empossadas se encontram há já algum tempo em pleno labor. E sinto-me feliz por, neste tempo tão propenso ao menosprezo da qualidade, podermos dispor ainda de um tão considerável lote de juristas de eleição, simultaneamente dotados de apurada técnica, rigor científico e abertura de espírito. Se para ajustadamente interpretar a filosofia jurídica de uma revolução não é em absoluto exigível ser-se revolucionário, já para fielmente se captar o que há de antecipado e essencial em tempos de mudança no mínimo se faz mister não ser conservador.

Era prática comum nas cidades gregas o recurso aos sábios para a feitura das leis. O exemplo clássico é o Solon em relação a Atenas. Conhecedor dos melindres da técnica jurídica, da dependência sistemática do conjunto das leis, e de quanto é difícil refazer o «puzzle» dos conceitos e das instituições que constituem o milenário corpo do direito, muni-me do avisado conselho do Sr. Primeiro-Ministro, ele também um eminente jurista, e fui por aí. Se a última palavra compete ao legislador - Assembleia da República e Governo - se uma que outra directiva política rectamente deduzida da leitura da Constituição e da vivência do quotidiano da nossa Revolução pode caber ao Ministro da Justiça, a vós pertence, no essencial, o esforço da interpretação da matriz constitucional, de captação dos sedimentos da experiência revolucionária, e sobretudo o rigor técnico da mais adequada formulação.

Todos estamos de acordo em que se impõe uma certa desmistificação dos sistemas jurídicos e judiciários tradicionais. A figura do juiz-sacerdote, herdeiro directo dos reis absolutos delegados de deus na terra, e do próprio deus-juiz das primitivas ordálias, não tem, decerto, lugar numa sociedade civilizada nem num sistema jurídico ordenado em moldes científicos. Mas daí se não salte para a antítese de um direito instrumentalizado aos caprichos da política. Um pouco na linha das promessas de estiolação progressiva do Es-

tado e do Direito, formuladas por Marx e Engels, e da concepção leninista do direito como um simples «instrumento superestrutural da realização do socialismo», abeirámo-nos perigosamente de formas de legalidade ditas revolucionárias que mais não eram que a negação do princípio da legalidade e da sujeição do Estado de Direito.

O próprio Lenine, a montante de uma evolução que viria a desaguar na invasão do direito privado pelo direito público, na neutralização da iniciativa privada e do princípio da autonomia da vontade, na publicização do grosso dos contratos, e na conversão destes num instrumento pluritipificado ao serviço da execução da planificação económica, pôde sublinhar «a necessidade de reverter ao princípio da legalidade, por seu turno necessário para restabelecer a ordem e permitir a construção do socialismo».

Quanto à prometida estiolação do Estado, pois bem, todos sabemos até que ponto a fome deu em fartura.

Dessacralizemos a justiça; humanizemos o direito; mas não percamos o sentido do papel que desempenham numa sociedade civil politicamente organizada. O juiz não precisa de ser um sacerdote, um tribunal não é necessariamente um templo. Mas é eminentemente preciso que encaremos os juizes como árbitros supremos do justo e do injusto, de tal sorte que as suas decisões se impõem, sem por elas serem julgados, a todas as entidades públicas e privadas, prevalecendo sobre as de quaisquer outras autoridades. Assim o querem a Constituição da República e a natureza das coisas. Que uma ou outra das suas decisões sejam injustas, é apenas o tributo que temos de pagar ao facto mesmo de serem homens e não deuses.

Bem ao contrário, a quase anarquia jurídica de que estivemos perto, com tribunais populares espontaneamente constituídos a absolver correligionários e a condenar defuntos, e a dismantelar institutos e valores que são a essência mesma da nossa civilização milenária, mais nos convenceu da necessidade de reordenarmos o direito, de institucionalizarmos os tribunais e de acatarmos as suas decisões.

Fora disto, seremos seguramente o que o divino Eça profetizou que seríamos «uma Nação talhada para a ditadura ou para a conquista».

Temos agora todas as condições para, de uma vez por todas, sacudir a obsessão decadentista e o pendor vencidista que deixaram reflexos na nossa literatura da segunda metade do século XIX, e que de algum modo foram recentemente retomados. Herculano, aqui e agora, teria vontade de viver, não de morrer. Mister é que

nos não empenhemos em destruir o substrato da Nação que somos, em desacatar a vontade do Povo que temos, só porque, tendo sido durante meio século um dos países mais atrasados e pobres da Europa, forcejemos por ser imediatamente um dos mais evoluídos e mais prósperos, sem consciência de que o progresso e a abundância se não decretam, antes se conquistam com trabalho e com tempo.

3. É natural que o Povo Português deseje conhecer, nas suas linhas gerais, a direcção, o significado e o alcance das reformas jurídicas a empreender.

Não caberia aqui o seu exaustivo e sistemático enunciado, tão vasta é a tarefa e tão pormenorizada a sua execução.

Direi, no entanto, alguma coisa.

Desde logo que se trata de um trabalho a executar em duas fases. Uma primeira, com o limite temporal da primeira sessão legislativa, ou seja 15 de Junho do ano que entrou, na qual se há-de cumprir a tarefa de adaptar as normas anteriores à entrada em vigor da actual Constituição, atinentes ao exercício dos direitos, liberdades e garantias nela consignados. Uma segunda, essa sem dies ad quem, destinada a compatibilizar a lei ordinária com a letra e o espírito da lei constitucional.

Ao estabelecer que o direito anterior à sua entrada em vigor se mantém apenas na medida em que não seja contrário ao que nela se dispõe e aos princípios nela consignados, a Constituição da República consagrou uma revogação de plano de leis que, sendo em si más, deixam muitas vezes após si o vazio legislativo, que está longe de ser bom. E sabido como é que se não pode denegar justiça por carência de adequados normativos, não raro os julgadores hão-de ter sido confrontados com uma dupla perplexidade: a dúvida sobre se determinada disposição da lei ordinária se encontra ou não revogada, e a hesitação, na falta de lei ordinária, sobre qual o concreto normativo extratável, para o caso concreto, do texto constitucional ou dos princípios nele consignados. Daí a recomendação de todo um esforço no sentido de não adiar para além das exigências de um trabalho sério a tarefa de compatibilização da lei ordinária com a lei constitucional. Com essa preocupação, o trabalho da primeira fase deve, tanto quanto possível, antecipar a segunda.

Tenho, senhores Professores, perfeita consciência da magnitude do encargo que vos é cometido. E não desconheço que é próprio do vosso escrúpulo de investigadores serdes avessos a compromissos datados. Mas uma vez mais o óptimo seria inimigo do bom. A tarefa de jurisdicizarmos a nossa Revolução é em si uma urgência.

E melhor será que, caindo embora no desagrado das escrituras, nos resignemos a pôr remendos novos no pano velho, aqui e acolá ainda de razoável textura, até que possamos devotar-nos à tarefa da sua completa renovação.

Não será decerto uma das vossas menores dificuldades saber à partida qual o rigoroso âmbito do regime dos direitos, liberdades e garantias e das normas atinentes a esse regime.

Nos termos do artigo 17º da Constituição esse regime aplica-se aos direitos enunciados no título II. Mas não exclusivamente a esses. Aplica-se também aos direitos fundamentais dos trabalhadores, às demais liberdades e ainda aos direitos de natureza análoga previstos na Constituição e na lei.

O que seja um direito fundamental dos trabalhadores, o que sejam liberdades, e sobretudo o que sejam direitos de natureza análoga aos anteriormente enunciados há-de ser, sem esforço o reconhecimento, matéria de constante perplexidade. Mas é precisamente aí que intervém, intérprete e criadora, a vossa fina sensibilidade de juristas e práticos do direito, e o vosso espírito aberto às mais modernas e evoluídas correntes do pensamento jurídico. Onde vos faltar a vivência, recorrereis à essência. Onde vos falecer a nota casuística, fareis apelo ao tema dominante.

Tanto quanto monta é que a obra não saia dissonante, mas harmónica, no seu todo, com o espírito que globalmente anima o projecto de uma sociedade em trânsito para o socialismo em liberdade, na qual todos os cidadãos tenham a mesma dignidade social e sejam iguais perante a lei. Uma sociedade sem privilegiados, beneficiados ou prejudicados em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

Uma sociedade baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular, empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes onde não haja lugar à exploração e à opressão do homem pelo homem.

Uma sociedade em que se materialize o corpo de ideais da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Essa será a sociedade, a muitos títulos original, e talvez paradigmática, em que se conciliarão a liberdade possível com a igualdade possível. Em que os homens não sejam livres ao ponto de poderem oprimir o seu semelhante, nem tão sensaboronamente iguais que lhes faleça iniciativa criadora e ânsia de perfeccionismo e valorização pessoal.

Já alguém escreveu «o problema essencial da protecção de uma Constituição, reside em traçar os limites dentro dos quais é lícito

combater o abuso das liberdades sem afectar a própria liberdade». Eis, estou convicto, uma perfeita síntese.

À saída de meio século de iniquidade, temos, basicamente, de «pôr o direito de acordo com a justiça». Ripert diria que devemos pô-lo também de acordo com a moral.

É sabido que a moral, como código de conduta, não foi ainda, nem talvez jamais o seja, integralmente absorvida e substituída pelo direito. E sou dos que pensam que os freios inibitórios accionados pela regra moral - seja de base religiosa, seja de base racional - continuam a actuar muito mais eficazmente do que os mecanismos frenadores da regra jurídica.

Daí talvez a necessidade de um renovado apelo à consciência moral e ao civismo dos cidadãos. Estímulos ao samaritanismo, ao dever de honra, ao respeito pela palavra dada, à gentileza, à solidariedade humana, em suma, podem e devem encontrar assento no direito novo que se trata de parturejar, sem prejuízo de a mais eficaz sementeira dever ter lugar na juventude e na escola.

4. O Código Civil é, decerto, aquele em que mais fielmente há-de espelhar-se a sociedade em que escolhemos viver. Sem a originalidade e a valia literária do Código de 1867, o Código em vigor, datado de um século após, reflecte os condicionalismos políticos da época da sua gestação, sem desprimor para o seu irrecusável nível técnico.

Cumprе reconhecer que os técnicos que para ele contribuíram, em regra não enfeudados ao regime político deposto, levaram até onde lhes foi razoavelmente possível a atenuação dos seus básicos defeitos.

Nele se encontram, ainda que carecidos de afirmação desenvolva, os germes de algumas das virtudes que não pode deixar de ter o Código Civil de um País livre, civilizado e justo.

Um tal ou qual cerceamento da liberdade negocial e da autonomia da vontade; o apelo aos ditames da boa fé, aos postulados da justiça comutativa e aos juízos de equidade; a presença, ainda que tímida, de cláusulas gerais correctoras da injustiça do caso concreto, como as que consagram o abuso do direito, a anulabilidade dos negócios usurários, a modificação do contrato por alteração das circunstâncias, o estado de necessidade, o injusto locupletamento, a lesão superveniente e as obrigações naturais; o alargamento, ainda que avaro, dos poderes conferidos à mulher casada e o instituto da adopção; o aflorar, posto que ténue, da função social da propriedade, são exemplos, entre outros, de um fermento de actualização que não chegou a levedar.

Há que retomar essas sementes de virtude, agora sem prejuízos políticos ou conceptuais, e que extrair delas uma eficácia e um significado algo mais desenvolvido, sem deixar de ser prudente.

Temos de repensar os princípios da liberdade contratual e da imutabilidade das convenções. «O contratante - já se disse - não pode usar, até à injustiça, o direito que lhe dá o contrato». Pressinto, na teoria do abuso do direito, virtualidades inexploradas para uma sociedade em que a árvore não possa mais impedir-nos de ver a floresta.

A propriedade não pode continuar a ser o poder absoluto emergente dos clássicos postulados do individualismo. A noção correctiva do abuso do direito não chega, apesar do seu «afiado gume», para lhe neutralizar a tradição de egoísmo.

Ser proprietário deve continuar a ser um direito; mas deve passar a ser também uma responsabilidade. Árvore destinada a produzir fruto, não tem o direito de existir se o não produz. É o que se deduz dos dispositivos constitucionais relativos aos meios de produção em abandono injustificado.

De acordo com a nossa Constituição, além da função social inerente a toda a propriedade, passa a existir, e a ser predominante, um tipo de propriedade cuja afectação social lhe confere, precisamente, esse designativo. Se considerarmos que nela se incluem os bens e unidades de produção com posse útil e gestão dos colectivos dos trabalhadores e os bens comunitários com posse útil e gestão das comunidades locais, incluídos no sector público, além do sector cooperativo, melhor apreenderemos o significado a emprestar à função social da propriedade em geral. Adequadas medidas de emparcelamento agrário, quanto possível naturalístico e jurídico, mas no mínimo económico, através da constituição de cooperativas de produção, numa base de voluntariedade, devem corrigir a atomização das unidades de exploração agrícola consequente do exacerbado individualismo do código napoleónico, fielmente apropriado pelo código de Seabra.

Dentro e fora do matrimónio, o homem e a mulher têm de passar a disfrutar, sem ambiguidades, de um estatuto de igualdade civil, salvaguardada que seja a unidade da família.

A concessão de capacidade eleitoral aos maiores de dezoito anos e o fenómeno de antecipação psíquica de que é reflexo, justificam, por certo, a revisão da idade condicionante da maioridade civil.

Quer a Constituição que se passe a esponja do esquecimento sobre a ignominiosa distinção entre filhos legítimos e ilegítimos. Quer ainda que o poder paternal passe a ser exercido sem excessos de paternalismo, antes com audiência dos filhos, de acordo com a

respectiva maturidade, nos mais importantes assuntos que a estes digam directamente respeito.

O instituto da adopção deve ser reestruturado por forma a que, com o alargamento das bases de adopção plena, possa desempenhar o papel que moral e socialmente lhe cabe.

O capítulo das sucessões deve, enfim, reflectir o trânsito de uma concepção individualista para uma concepção colectivista das sociedades humanas, com alguns retoques na ordem dos sucessíveis, senão mesmo no número destes, e com eventuais diferenciações a partir da natureza dos bens a transmitir, sem prejuízo da preferência que a Constituição assegura à transmissão por herança dos frutos do trabalho. Uma mais justa posição sucessória do cônjuge sobrevivente, e porque não o reconhecimento de efeitos jurídicos sucessórios aos casamentos de facto de longa duração, são, senhores Professores, aspectos, entre outros, dignos das vossas cogitações.

5. Os Códigos Penal e de Processo Penal em vigor são decerto aqueles que ficam ligados alguns dos mais dramáticos atropelos à dignidade humana sofridos pelos portugueses durante o regime deposto. Instrumentos de opressão, deles foram sendo expurgadas as normais garantias de julgamento legal e justa punição, para eficazmente poderem desempenhar o papel sinistro e inquisitorial de meter medo às pessoas.

É certo que debalde o tentaram, pois que o Povo Português não é assustadiço nem poltrão. Mas uma vez mais se confirmou a lição de Tácito, segundo a qual «o temor é o mais fraco liame que pode conter os homens, pois aqueles que começam a temer já começaram a odiar». Mais grave do que terem dado pretensa cobertura legal a prisões arbitrárias, a julgamentos iníquos e a punições injustas, que aliás estimulavam os que se propunham dissuadir, foi o ódio que semearam ao coração dos Portugueses. Não o ódio à injustiça e à iniquidade, esse construtivo. Mas o ressentimento em face do concidadão, e dessa herança nos não refizemos ainda. Bem ao contrário, nela deveremos procurar uma das mais decisivas contribuições para o aumento de um certo tipo de criminalidade com que nos defrontamos.

E se é certo que, após 25 de Abril, quer um quer outro desses códigos foram objecto de uma barrela depuradora, no essencial continuam idênticos.

É pois chegado o momento de lavar a face do País, dotando-o de novos instrumentos que, com serem inspirados pelos mais nobres ditames da justiça, não deixem simultaneamente de constituir meio eficaz de combate à criminalidade.

Na fase de habituação à liberdade em que nos encontramos, esta pode por vezes parecer aliada da delinquência. Na realidade constitui o seu melhor antídoto. Mas bom é que nos não esqueçamos de que o provisório, quando não tomado em conta, pode contaminar o definitivo.

Aponta isto para a necessidade de, ao menos numa fase imediata, não irmos tão longe quanto normalmente seria desejável e cientificamente indicado na moderação da nossa escala penal. A pena não deve ser tão pesada que destrua o delinquente nem tão branda que estimule a delinquência. Deve ser intimidativa o bastante para desempenhar o efeito dissuasor que primacialmente dela se espera, mas também doseada e executada em termos de humana e científica recuperação do delinquente para a sociedade.

A tipologia criminal e a escala das penas reflectem sempre a hierarquia dos valores por que se regem as correspondentes sociedades. Não se há-de pois estranhar a dureza das penas correspondentes aos delitos contra a propriedade constantes do Código Penal vigente, sabido como é que a propriedade emergente dos clássicos postulados do individualismo, concebida como um poder absoluto, que não excluía o direito à sua destruição, era entre nós reinante. Já, porém, é lícito acolher com estranheza a contraposta moderação das penas correspondentes aos crimes contra as pessoas, e em especial contra a sua honra, numa sociedade que se pretendia imbuída de personalismo cristão. De estranhar não é também o pouco relevo dos crimes contra a liberdade das pessoas, dado que liberdade era coisa que não tínhamos. E não se pode ofender o que não existe.

Estes são apenas alguns exemplos de assimetrias valorativas, a ilustrar a necessidade de um esforço de adequação dos tipos legais de crimes e da nova escala penal aos novos valores por que se rege a sociedade portuguesa.

Numa sociedade voltada para a repressão, e dela fazendo inflacionado uso, não foi senão lógico que se tenha progressivamente passado a punir tudo e mais alguma coisa. Daí a penalização de delitos de conjuntura política, ou de meras infracções administrativas sem dignidade criminal. De tudo isso se há-de expurgar o novo Código, sem prejuízo da tipificação e conveniente regulamentação de formas de ilícito administrativo, sem natureza infamante, mas apesar disso socialmente reprováveis, que melhor se enquadrarão num esquema de simples reordenação social.

Dar-se-á boa conta das exigências da Constituição em matéria penal e de processo penal. Permito-me destacar a proibição de tratos ou penas cruéis, degradantes ou desumanos; a ênfase a que sujeita

o direito à liberdade e à segurança; as rígidas limitações impostas à prisão preventiva e sem culpa formada; a relação de anterioridade da lei punitiva relativamente à punição; a salvaguarda, neste domínio, dos princípios gerais de direito internacional comumente reconhecidos; a retomada do princípio da aplicação retroactiva da lei penal mais favorável ao arguido; a reafirmação solene do princípio *non bis in idem*; a necessidade de uma clara definição das penas e da respectiva duração temporal; a dependência de decisão judicial da prorrogação das medidas de segurança privativas de liberdade; a reafirmação do princípio da intransmissibilidade das penas, que deve tanto quanto possível ser repensado em função do seu reflexo no agregado familiar do delinquente; a instituição da providência de *habeas corpus* contra a prisão ou detenção ilícitas ou abusivas; a definição e adequado sancionamento das actividades delituosas contra a economia nacional; a definição de sanções eficazes contra os responsáveis pela inexecução das decisões dos tribunais; a solene reafirmação da presunção de inocência dos arguidos até ao trânsito em julgado da sentença que os condenar; a estrutura acusatória do processo criminal e a subordinação da audiência de julgamento ao princípio do contraditório; as garantias de defesa dos arguidos, nomeadamente o seu direito à assistência do defensor em todos os actos do processo e a nulidade das provas obtidas mediante tortura, coacção, ofensa de integridade física ou moral, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações; a separação da investigação e da instrução criminal e a atribuição desta a juízos próprios. Para além disto, emana do texto constitucional toda uma filosofia jurídica que carece de ser captada em termos hábeis por quem tem a responsabilizante tarefa de a condensar em valores cuja violação o novo código penal curará de prevenir e sancionar com equilíbrio e eficácia.

Uma palavra sobre a defesa interna e externa da segurança do Estado. A este respeito, seríamos levados, num primeiro impulso, a perigosas tolerâncias. Foi, a esse capítulo, que o regime deposto impudicamente pediu cobertura para friamente abafar e cruelmente punir os gritos de liberdade dos antifascistas portugueses.

Devemos, cuidadosamente, trabalhá-lo.

A liberdade e a democracia, sendo uma força face aos bons cidadãos, podem ser uma fraqueza em face dos maus. Os inimigos da democracia, que durante meio século nos recusaram o sagração do direito de protesto, e que agora amplamente dele disfrutam, não podem impunemente recorrer à violência, à armadilha e à traição para derrubarem as instituições democráticas. Não é lícita

a liberdade de destruição da liberdade. E se a própria legalidade democrática se detém perante a imutabilidade de valores como a independência nacional, a unidade do Estado, a forma republicana de governo, a definição constitucional dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, o sufrágio universal, directo, secreto e periódico, o pluralismo de expressão e organização política, a independência dos tribunais, a autonomia dos arquipélagos e das autarquias, e o mais em que é rígida a nossa Constituição, não pode permitir-se aos inimigos da democracia, por meios violentos, o que o Povo Português não permite ao legislador por meio de reformas. Devemos ser tolerantes mas não ingénuos. E a própria Constituição disso nos adverte ao proibir organizações que perfilhem a ideologia fascista.

6. O Código Comercial em vigor, velhinho de quase noventa anos, é hoje uma delida manta de retalhos. Carece, ele também, de ser remoçado e refeito na sua unidade sistemática. E há-de reflectir as mutações operadas no domínio das trocas e a mitigação de algumas salientes características da nossa tradicional economia de mercado.

Bem ao contrário da recomendação de Montesquieu, segundo o qual «o Príncipe não deve comerciar», o Estado intervém cada vez mais na economia, quer dirigindo-a quer competindo ele próprio com a iniciativa privada. Entre nós, o sector público adquiriu súbito relevo, nomeadamente através da nacionalização da banca e da actividade seguradora.

E necessariamente que um código comercial estruturado para uma economia capitalista, da qual se diz «assegurar o seu predomínio através do contrato», não é mais o instrumento adequado para regular as trocas numa economia de transição para o socialismo, posto que nela continue a prevalecer o papel da iniciativa privada. Bastará que se pense no favor que a Constituição dispensa à actividade cooperativa para que todo um novo espírito deva presidir à reelaboração do direito das sociedades, aliás por outras razões carecido de actualização e retoque. Entre as sociedades, impõem-se com particular urgência a reelaboração da sociedade cooperativa, quer porque não é tão rica, quanto a ela, a experiência pregressa, quer sobretudo porque dela se espera um relevantíssimo papel na economia do futuro, como moldura jurídica para o associativismo dos colectivos de trabalhadores com posse útil e gestão de unidades de produção agrícola, industrial e comercial, a começar pelas que neste momento se encontram em regime factual de autogestão.

Sem que se caia na injustiça frequente de rotular o intermediário

comercial de «parasita», há-de reconhecer-se que, por vezes, coincide com este sector o pior capitalismo. A própria Constituição disso se dá conta ao impor a intervenção do Estado na formação e controlo dos preços, na racionalização dos circuitos de distribuição, na eliminação dos desnecessários, e ainda ao proibir a publicidade dolosa. Quanto ao comércio externo, quer-o diversificado e impõe o Estado o seu controlo, nomeadamente através da criação de empresas públicas e da vigilância da qualidade e dos preços das mercadorias importadas e exportadas.

Há-de enfim o novo Código ir ao encontro da necessidade de neutralizar os efeitos alienantes da sociedade de consumo.

Centralizado na pessoa do comerciante individual, a pensar no sólido ourives da praça do Porto, ou no conceituado retalhista da Rua dos Correeiros, há-de o velho Código de Veiga Beirão transfigurar-se num Código tendo por núcleo a empresa tal como o direito comercial moderno a configura.

Enfim o seguro, esse instrumento de segurança individual e colectiva, repensado à luz de uma sociedade democrática, pré-socialista e a caminho de economicamente planificada, há-de surgir concebido e estruturado em termos de cabalmente poder desempenhar o papel que socialmente lhe cabe.

7. O novo Código de Processo Civil, pela sua posição de instrumentalidade em relação ao direito substantivo, está naturalmente condenado a ter de esperar pelas alterações a introduzir no Código Civil.

Isto sem embargo de imediatamente poder ser revisto - e bem convém que o seja - o instituto da falência, até porque a crise económica grassante ameaça que dele se venha a fazer inflacionado uso. Para além disso, pode começar-se desde já a terapêutica desburocratizante que de há muito reclama. Não se esqueceu a Constituição de recomendar que se «evite a burocratização». E faz-se mister reconhecer que, em grande parte, a tão proclamada ineficácia dos nossos tribunais se fica a dever precisamente à malha apertada de actos processuais inúteis ou sem esforço dispensáveis.

Até certo ponto, o actual processo civil padece de perfeição. Concebido por um espírito eminentemente lógico e cartesiano, como era o Professor Alberto dos Reis, constitui um puzzle sedutor. Com os seus incidentes e recursos, interlocutórios e não interlocutórios, a subir e a descer como a pedra do torturado Sisifo, chega a constituir um aliciante exercício físico e mental.

Simplesmente: esqueceu-se de ser expedito, e de assegurar uma justiça pronta, ainda que assumindo o risco de não ser tão impe-

cavelmente justa. A justiça não pode mais emperrar em cutiliquês de forma. Os tribunais não podem continuar pejados de processos enredados nas malhas de diligências formais incumpridas. O fenómeno de processos que se arrastam durante anos e lustros, enquanto os demandantes morrem de velhos, quando não de fome, não pode repetir-se. Sejam menos impecavelmente lógicos, menos ambiciosamente perfeitos. Mas tentemos, seriamente, ser eficazes e úteis. Justiça que não é pronta, não é justa.

Impõe a Constituição que a ninguém seja denegada justiça por insuficiência de meios económicos. Nisso vai uma condição elementar para que todos os cidadãos possam ser iguais perante a lei. Tudo a recomendar cuidada atenção para o instituto da assistência judiciária, que deve passar a ser, sem subterfúgios, uma verdadeira forma de assistência social. O Estado acabará por chamar a si o encargo da representação oficiosa dos que não têm posses para constituir advogado, com o mesmo grau de interesse com que se empenha em custear a acção penal.

8. Uma breve palavra - pois não devo esquecer-me de que estou fazendo um discurso, não um código! - sobre a tendência irresistível para a uniformização das legislações.

O direito dos países com afinidades culturais deve, sem demora, passar a coexistir em sistema de vasos comunicantes. E se assim é em geral, deve principalmente sê-lo em relação aos países europeus em trabalho de parto para a unidade europeia. No momento em que nos preparamos para repensar no essencial o nosso sistema jurídico, parece-me oportuno que para isso partamos imbuídos da comum herança cultural dos países europeus, cujas fontes Paul Valéry, numa síntese que se tornou célebre, se bem que perigosa, como todas as sínteses, identifica com o Império Romano, a filosofia grega e o cristianismo.

Sei, aliás, que me dirijo a quem, de há muito, pensa o direito em função de todas as experiências em toda a parte vividas ou tentadas.

9. Findam aqui, senhores Professores, as modestas reflexões do Ministro da Justiça que de dois de vós teve o grato privilégio de ser aluno e que de todos, sem excepção, com muito orgulho continua a sê-lo.

Publicado BMJ nº 263, Fevereiro, 1977, p. 5-24

COMISSÃO REVISORA DO CÓDIGO COMERCIAL

Presidente - António de Arruda Ferrer Correia;
Maria Ângela de Carvalho Coelho;
António Agostinho Fernandes Caeiro;
Vasco da Gama Lobo Xavier;
Alberto Pimenta;
António César Abranches.

COMISSÃO REVISORA DO CÓDIGO CIVIL

Presidente - Isabel Maria Magalhães Colaço;
Francisco Manuel Pereira Coelho;
José Carlos Moitinho de Almeida;
João de Castro Mendes;
Nuno José Espinosa Gomes da Silva;
Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva;
António de Castanheira Neves;
Carlos Alberto da Mota Pinto;
Maria Leonor Beleza Mendonça Tavares;
Alfredo Jaime Menéres Correia Barbosa;
Carlos Lima;
Maria Nazareth Lobato Guimarães.

COMISSÃO REVISORA DO CÓDIGO PROCESSO CIVIL

Presidente - João Castro Mendes;
Eduardo Arala Chaves;
Artur Anselmo Fernandes de Castro;
José dos Santos Silveira;
Manuel Alves Peixoto;
Victor Manuel Pereira de Castro.

COMISSÃO REVISORA DO CÓDIGO PENAL

Presidente - Eduardo Henriques da Silva Correia;
António Miguel Caeiro;
Jorge de Figueiredo Dias;
José Pizarro Mereia Beleza;
José Faria e Costa;
Rodrigo Santiago.

COMISSÃO REVISORA DO CÓDIGO PROCESSO PENAL

Presidente - Eduardo Henriques da Silva Correia;
António de Almeida Simões;
Hernani Gil Cruz de Campos e Lencastre;
Jorge de Figueiredo Dias;
Manuel da Costa Andrade;
José Robin de Andrade;
Rodrigo Santiago;
Manuel Lopes Moia Gonçalves.

Discurso de Sua Excelência o Ministro da Justiça, Dr. Almeida Santos, na posse do novo Procurador-Geral da República, Conselheiro Eduardo Augusto Arala Chaves, em 2 de Abril de 1977.

1. A melhor maneira de celebrarmos o primeiro aniversário da promulgação da Constituição da República consiste, afinal, em fazê-la funcionar.

Foi o que o Governo fez propondo ao Presidente da República a nomeação do Sr. Conselheiro Arala Chaves para desempenhar o cargo de Procurador-Geral da República, a que o texto constitucional deu novo desenho e novo sentido.

Foi o que fez Vossa Excelência, Senhor Presidente, ao aceitar a proposta, ao proceder à sua nomeação e ao conferir-lhe posse.

É mais uma instituição a que o novo pacto social, inscrito nas tábuas da lei fundamental do país, assegura democraticidade. Tudo em perfeita normalidade institucional, pese isso aos profetas da instabilidade.

Temos hoje razões para estar contentes. Não só por termos sido capazes de fundir as nossas divergências numa Constituição que nos enobrece, mas por termos logrado confirmá-la no domínio da sua própria praxis durante o que foi para ela um ano de vida e para nós um ano de experiência. Experiência que foi - há que realçá-lo - de fiel e espontâneo acatamento.

Escrupulosamente cumprida enquanto programa de acção, podemos assim começar a enraizar nas consciências um inestimável valor: o respeito absoluto pelos princípios fundamentais nela inscritos e pelas regras de conduta nela programadas.

Deste ano de convivência democrática foi o Presidente da República, o principal garante. Ponto de convergência do maior número de vontades livremente expressas porventura jamais atingido em Portugal, Vossa Excelência, por legitimidade e por mérito, representa, personifica e defende a aspiração, que o sofrimento tornou particularmente portuguesa, de viver livre e democraticamente.

Lembrar os antecedentes factuais da Constituição é recordar o papel decisivo que Vossa Excelência, Senhor Primeiro-Ministro, desempenhou no ordenamento e na aquietação da fase espasmódica do processo revolucionário, durante a qual chegou a reear-se, não apenas a inviabilidade de qualquer constituição, mas da própria sobrevivência nacional. Velho combatente das batalhas da liberdade, soube Vossa Excelência liderar o encontro do país com o ritmo certo e a temperatura exacta, expressos na construção do socialismo em liberdade, fórmula que, melhor do que nenhuma outra, faz a síntese da filosofia política do texto constitucional tornado possível.

Podemos, assim, começar a pôr certezas onde pusemos esperanças. Temos instituições democráticas e funcionam. Superado o caos das valorizações antagónicas; ultrapassado o perigo das re-

formas copiativas; adquirido que a autoridade legítima, enquanto sucedâneo da força, é condição de liberdade; feitas as dramáticas opções necessárias, eis que redescobrimos o caminho, só que o Prestes João é outro. O caminho de que agora se trata é o caminho português para Portugal, o caminho para a paz, a confiança, a comunhão de ideais, o companheirismo espontâneo, a graça suprema de não ter medo e de não oprimir ninguém.

Dêmo-nos conta, já que bem podemos, que celebramos hoje o primeiro aniversário do instrumento que fixou a nossa vontade de seguir por aí.

2. Cabe-me agradecer-lhe, Senhor Conselheiro Arala Chaves, o ter acedido a que eu propusesse ao Governo, a fim de que este propusesse ao Presidente da República, o nome de Vossa Excelência para o elevado cargo de que acaba de tomar posse.

A função é exigente, como, sabedores disso, eram exigentes os Governo e o Senhor Presidente. Mas a nossa magistratura é rica em valores profissionais e humanos. E digamos que à carreira de Vossa Excelência, toda ela percorrida sob o signo da distinção, pouco mais faltava do que o ornamento deste novo cargo. Ele aí está, tornado desafio à sua experiência e ao seu saber.

Se em época alguma ele seria fácil, eu diria que neste momento se torna particularmente difícil. Em fase de redefinição estatutária, por exigência do novo texto constitucional e do novo país que está saindo dela, às responsabilidades tradicionais do Ministério Público acrescem agora o dever de ser diferente, e as esperanças que todos depositamos nisso.

Já reestruturado ao nível do seu órgão superior - a Procuradoria-Geral da República - o Ministério Público procura agora a sua nova face na leitura da Constituição e do espírito que dela dimana. Cabe-me a honra, e também a responsabilidade, de dirigir os trabalhos da sua reforma, que já se abeira da formulação com que há-de bater à porta do Povo, ou seja da Assembleia da República. E Vossa Excelência, que já me vinha distinguindo com o sufrágio do seu muito saber, chega a tempo para a responsabilizante leitura final, o doloroso sétimo dia de toda a criação legislativa.

Já aqui se pode prometer à Assembleia da República - que ao Povo só ela pode prometer - um Ministério Público todo outro, desvinculado das tradicionais sujeições ao Executivo, ainda que sem prejuízo de um certo grau de vinculação mitigada, que a própria Constituição pressupõe e a experiência universal consagra.

Mal se compreenderia, com efeito, que ao representar o Estado o

Ministério Público, fosse indiferente à vontade do representado, e que o exercício da acção penal se volvesse em algo tão alheio ao Executivo que este só dele tivesse notícia pela leitura dos jornais. Por alguma razão a constituição distingue tão claramente a magistratura judicial da magistratura do Ministério Público, àquela atribuindo «estatuto único» e a esta «estatuto próprio». Por alguma razão cada uma dessas magistraturas surge dotada de cúpula própria. Por alguma razão os magistrados judiciais aparecem definidos como não responsáveis pelas suas decisões, de passo que os agentes do Ministério Público surgem definidos como responsáveis e hierarquicamente subordinados, nada nos permitindo defender que, a este respeito, o Procurador-Geral da República não seja apenas o mais categorizado daqueles agentes.

Isto sem prejuízo de se entender que não deve a subordinação hierárquica impor a violação das consciências, e que os juízos que legitimamente se podem pedir aos magistrados do Ministério Público são apenas os da legalidade estrita e nunca da conveniência política ou de oportunidade.

De entre as complexas funções do Ministério Público merecem realce, pelo seu significado, representar o Estado e as pessoas e entidades a quem o Estado deva protecção; defender a legalidade democrática; velar para que a função jurisdicional se exerça em conformidade com as leis; dirigir a investigação criminal e exercer a acção penal.

Surge-nos assim desenhado, como o guardião das instituições e o zelador da convivência harmoniosa.

Visto de outro ângulo, surpreendemo-lo como defensor dos trabalhadores e das suas famílias, dos incapazes, dos ausentes e dos incertos. Uma espécie de renascido «Galaaz» cuja dama é a justiça social. Dito isto, fica dito que ao Ministério Público cabe uma tão relevante missão que se não concebe êxito colectivo imune ao seu fracasso.

Justificadamente nos preocuparemos, pois, como Ministério Público que nos cabe refazer e revitalizar, não sendo essa, certamente, uma das menores responsabilidades da Assembleia da República e do actual Governo. Nesse sentido tenho recebido instantes recomendações do Senhor Primeiro-Ministro, que à sua proverbial sensibilidade política alia a vivência da prática forense.

Estimulante tem sido também, senão sobretudo, a extrema solicitude com que o Senhor Presidente da República se tem interessado pelo esboço das novas instituições judiciais, bem consciente do papel que lhe cabe na sociedade do futuro. Quando a todos os homens falta pão, a isso se chama fome. Quando falta apenas a

alguns, chama-se injustiça.

Infelizmente, a crise do Ministério Público não é apenas estrutural. E temos que nos preocupar também com formar mais e melhores magistrados. O sistema actual das carreiras, com a magistratura do Ministério Público na posição de afluente da magistratura judicial, não serve a qualidade daquela. O Ministério Público não deverá continuar a ser, ou ser apenas, uma espécie de tirocínio para a judicatura. Infelizmente, o esquema constitucional não parece muito favorável à unificação das carreiras. Mas também nesse domínio algumas melhorias são desde já possíveis, enquanto não pudermos pôr a funcionar um Centro de Estudos Judiciários, que ministre ensinamentos «post» graduação, não dirigidos à preparação académica mas à função.

3. Só sendo ingénuos poderíamos esperar que das profundas mutações ocorridas na sociedade do nosso tempo, e recentemente no nosso país, não resultasse um aumento da criminalidade. Agentes criminogéneos, que são familiares às estatísticas, ocorreram um pouco por toda a parte, alguns dos quais com particular incidência em Portugal. Ainda assim, estamos longe das mais altas taxas de criminalidade, não valendo a pena ignorar que algumas delas se verificam nos países económica e socialmente mais evoluídos.

Os valores tradicionais estão em crise. E não há mutação possível sem quebra de estabilidade. Com isto, é óbvio, não se defende a rotina. Apenas se toma consciência de que, as sociedades em transição para formas mais evoluídas de justiça social têm em regra de pagar transitoriamente o preço de alguns excessos.

Estamos, constitucionalmente e de facto, a caminho de. Isolados do mundo, tínhamos colónias. Reintegrados nele, temos amigos e temos prestígio. Tínhamos guerra, temos agora paz. Éramos tiranizados, somos agora livres. Só tínhamos deveres, temos agora direitos. À cega obediência seguiu-se a liberdade crítica. À exploração do trabalhador está-se substituindo a justiça no trabalho. A uma concepção paroquial do homem português sobrepôs-se a realidade da sua dimensão universal. Ao cego domínio de uma arrojante minoria podemos impor a soberania do Povo. Ao entronizarmos a tolerância própria de homens livres, esquecemo-nos - cumpre reconhecê-lo - de travar a intolerância. Que se esperava? Que tudo isto e muito mais acontecesse sem que durante algum tempo se fizesse sentir, necessariamente agravado, o poder detonante dos velhos ressentimentos e o deflagrar de novos?

A guerra colonial, que nos devorava a juventude, teria sempre de

saldar-se pela deterioração de consciências e vontades, pela neutralização de valores que a guerra desconhece e por isso destrói, com a agravante de que, verdadeiros processos de fixação no ódio ou na vingança ocorrem em cidadãos que a guerra familiarizou com a arte de produzir violência.

A descolonização, que desenraizou e empobreceu milhares de portugueses, gerou frustrações e acumulou ressentimentos facilmente mobilizáveis para condutas anti-sociais.

A crise do desemprego, consequente da crise económica e da descolonização, produziu, uma vez mais, os seus fatais apocalipses. São conhecidos, e empolam as taxas da criminalidade, os «cavaleiros» desses apocalipses: a droga, o terrorismo interno, o furto qualificado, para não citar senão os mais funestos.

Enfim a embriaguez da liberdade, depois de meio século de opressão, da livre opinião, depois de meio século de silêncio, não licenciou apenas os actos bons. Também licenciou os maus.

Eis pois que o aumento da taxa da criminalidade, que sinceramente creio transitório, é, de certo modo, um mal que é contraponto de algum bem. E nenhum de nós, honestamente, estaria disposto a «negociar» - supondo isso possível - um pouco menos de criminalidade recobrando em troca o recomeço das guerras coloniais, a retomada da situação colonial, o fechar estrondoso das portas da Europa e do mundo, o regresso da ditadura e da opressão, com a sua pide, a sua censura, o seu expedito «cassetête».

Não significa isto, é evidente, que tenhamos de resignar-nos a viver livres mas inseguros. Apenas que não devemos perder de vista o lado bom das coisas más.

Para além disso, estamos atentos. E mais do que isso: não estamos parados.

Desencadeámos já um combate sem tréguas a algumas formas mais agudas de criminalidade - caso dos bombistas e dos traficantes de droga - e estamos a aparelhar instrumentos de intervenção em todos os domínios da criminalidade.

Fomos de certo modo, nos últimos anos, o paraíso dos delinquentes. Vamos, seguramente, deixar de sê-lo. Eu diria mesmo que, de certo modo, já o não somos.

Os marginais da nossa sociedade, os que são nossos e os que a revolução importou dos «bas-fonds» desse desvairado mundo, por vezes sob o falso rótulo de perseguidos políticos, não podem mais contar com a impunidade da nossa tolerância.

Este esclarecimento é também um aviso: saibam esses que não estamos dispostos a que nos destruam os filhos para lucrarem com as drogas que lhes impingem, a que nos comprometam a vivência

em paz e em liberdade com os engenhos explosivos que fazem detonar, ou a que nos roubem a democracia lutando contra ela e fora dela.

Não temos complexos de culpa. Preveniremos os crimes para não termos de puni-los. Mas puni-los-emos sempre que não tivermos conseguido preveni-los. Se a isso se chama repressão, tanto pior para os que tivermos que reprimir.

Alguns mais idealistas ou mais ingénuos, parece não se terem ainda dado conta de que o ódio que carregam alguma realidade e alguns conceitos de todo se dilui quando transitam de uma ditadura para uma democracia. A repressão, em ditadura chama-se violência. Em democracia é expressão de justiça. Um polícia, em ditadura, pode ser instrumento de opressão; em democracia é factor de ordem e condição de liberdade. As leis, em ditadura, exprimem a vontade dos ditadores; em democracia representam a vontade do Povo. Um governo, em ditadura, é uma fantochada contra a qual existe o dever cívico de lutar; em democracia é um corpo de mandatários-gestores que deve obediência às leis e que a opinião pública fiscaliza e controla.

Quem em democracia, desacatar as leis, não é apenas um mau cidadão; é também um pouco consciente democrata. Só em ditadura se pode pôr o problema da legítima recusa de obediência às leis. Em democracia, a opção é só uma: viver de acordo com elas ou mudar de cidade.

Representaria, pois, rematado erro, além de apreciação injusta e socialmente destrutiva, transferir para as instituições e a prática democráticas os prejuízos conceituais e as ideossincrasias inveteradas do tempo em que fomos escravos.

4. Estas considerações - imperdoavelmente longas - vão ao encontro de uma funda ansiedade do Povo Português, e realçam, melhor do que quaisquer outras, o significado e o alcance de papel que cabe ao Ministério Público no combate à criminalidade. Quer directamente, exercendo a acção penal, quer através da Polícia Judiciária, que lhe cabe fiscalizar. Pois também esta polícia, em fase acelerada de reestruturação, se apresta para um renovado combate na prevenção e investigação dos crimes incluídos na sua competência. Não se lhe recusarão, aliás, apesar das limitações com que ainda se debate, alguns êxitos particulares. A par disso, procede-se a uma profunda e extensa reforma da nossa legislação penal, em ordem a torná-la mais expedita, mais eficaz e mais justa.

Mas não foi só Roma e Pavia que se não fizeram num dia. Um

novo Código Penal é, só por si, uma pequena revolução. E as revoluções institucionalizam-se. Revolução e golpe são termos anti-téticos.

De qualquer modo, há-de reconhecer-se que, mesmo com a legislação penal em vigor, é possível ser-se mais vigilante e mais activo. Basta lermos os nossos periódicos para possuímos a denúncia de algumas condutas delituosas. Um falso conceito de liberdade tem, não raro, servido de garantia administrativa a flagrantes infracções penais. Há que tomar conhecimento delas, antes que se enraíze um perigoso sentimento de impunidade. Quem lutou por novas formas de liberdade tem autoridade moral para lutar também por novas formas de autoridade, sem esquecer que o principal mérito da autoridade, quando legítima, consiste em tornar desnecessária a violência.

De alguns anos a esta parte assistiu-se a um combate de raiz a todas as formas de autoridade: a familiar, a escolar e a política. Foi-se à base para atingir a cúpula. E não se recuou em lançar mão de armas que por vezes destruíam o que se pretendia dominar. É esse o real sentido da disseminação da droga entre a juventude.

Temos de repensar, é evidente, os velhos conceitos de autoridade. Mas destruir-nos-íamos, enquanto seres livres e civilizados, se a deixássemos destruir.

E não esqueçamos: quando se descuida além de certo ponto o instinto de segurança dos cidadãos, surge sempre um ditador que o tutela.

5. Não quero terminar sem uma palavra de justo apreço pelo Procurador-Geral da República cessante. Brillhante jurista, o País deve ao Dr. Pinheiro Farinha serviços relevantes, dos quais a sua acção, enquanto Procurador-Geral, não é, por certo, o menor. Da sua experiência e do seu saber, é justo esperar novos contributos para a causa da justiça e da democracia.

Seria injusto deixar no olvido o Dr. Manuel João da Palma Carlos, advogado dos mais distintos e anti-fascista de todas as horas da alma, que com realçável brilhantismo substituiu como Procurador-Geral o Dr. Pinheiro Farinha, enquanto este exerceu, com reconhecido mérito, o cargo de Ministro da Justiça do VI Governo Provisório.

Que as minhas últimas palavras sejam para desejar a Vossa Excelência, Senhor Conselheiro Arala Chaves, os maiores êxitos no exercício do seu novo cargo.

Discurso proferido por Sua Excelência o Ministro da Justiça,
Dr. Almeida Santos, na inauguração das instalações do
Centro de Investigação e Controle da Droga, em 13 de
Abril de 1977.

1. A visita que acabo de fazer, na qualidade pessoal de delegado do Sr. Primeiro Ministro para o exercício da tutela do combate ao tráfico ilícito e ao consumo não autorizado de drogas, fornece-me oportunidade para algumas reflexões.

A primeira constatação é a de que perdemos tempo e capacidade de antecipação e nos deixámos ultrapassar pelos acontecimentos. Dito isto, bom é que se esclareça quem é que perdeu e deixou. A resposta é todos. Embora com diverso grau de responsabilidade, o regime anterior e posterior ao 25 de Abril, governantes e governados e, de entre estes, com destaque os pais, os educadores, os médicos, os juizes, as polícias, os profissionais da comunicação social. Se nos dermos conta de que cavalga os sessenta anos o primeiro tratado internacional para o controlo da distribuição da droga através de uma acção plurinacional concertada; de que a proliferação do consumo bateu à nossa porta, e abalou os alicerces da nossa apatia, nos alvares da década de sessenta, o que nos não impediu de continuarmos, tranquilamente, a regar o nosso jardim; de que data de 1961 a Convenção Única de Nova Iorque sobre estupefacientes, que Portugal só ratificou em 1970, e mesmo assim para continuar a não dar por nada: que essa mesma Convenção, que praticamente desconhece os problemas do consumo, deles no entanto se lembra para consentir a reserva do direito de autorizar «o uso do ópio para fumar», a «mastigação da folha de coca» e o «uso do cannabis para fins não médicos»; de que continuamos por igual tolerantes relativamente a formas agudas de alcoolismo e tabagismo - ainda hoje responsáveis por perdas humanas e sociais, directas e por acidente, que deixam a perder de vistas as consequências do consumo de drogas - enquanto que os estímulos publicitários ao consumo de álcool e tabaco figuram entre os melhores clientes das agências de publicidade; e de que só já no VI Governo Provisório se fez o primeiro pequeno gesto, esse mesmo só no papel, para se definir uma forma de combate a esse flagelo tão velho como a humanidade, e agora subitamente revigorado, temos de honestamente reconhecer que todos somos culpados.

Não se trata, porém, de procurar expiatórias confissões de culpa. Do que se trata é de partir daqui para a consciência de que, quando a responsabilidade é colectiva, colectiva tem de ser a redenção. Indignam-se os pais porque o Estado não previne o tráfico; esquecidos afinal de que o tráfico sempre houve e de que, para triunfar sobre os nossos filhos, a droga minou com êxito a nossa autoridade de pais. O que fizemos para retê-la?

Queixam-se os educadores de que o Estado não impediu triunfar

sobre os nossos filhos, a droga minou com êxito a nossa que a droga se matriculasse nas suas salas de aula; esquecidos, eles também, de que não souberam resistir a essa e outras formas de destruição da sua autoridade tradicional sobre os educandos. O que fizeram para defendê-la?

Queixa-se enfim o pacato cidadão de que guedelhudos mal comportados, herdeiros do cínico Diógenes, apologetas da ordem natural que veste os lírios e dá de comer às cigarras, esses grandes inversores que tudo negam, infestam as praças e invadem os dançings, se instalem, qual piolho desbragado, nas barbas da conveniência e da tradição; esquecidos, eles ainda, de que esses jovens morrem de tédio num mundo que não soube conquistá-los com os seus expeditos electrodomésticos, as suas historietas em banda desenhada, o seu cinema obsceno e vazio, a sua televisão anti-convivial e embrutecente. Que fizemos para não consentir esse mundo?

Esta é no entanto apenas uma das faces do problema, e dela devemos retirar a conclusão útil da nossa convivência colectiva e da necessidade de colectivamente nos reabilitarmos.

Na outra está a frequente exageração deste fenómeno. Porque todos somos culpados não se segue daí que o traficante de droga seja um cavalheiro ou que o consumidor de droga seja um anjo.

Quanto ao traficante a dificuldade está só em encontrar uma palavra carregada o bastante de sentido pejorativo para qualificar quem é insensível ao ponto de lucrativamente mercadejar com a saúde e a vida do seu semelhante. Comparativamente, o homicida que num momento de ira desfecha um tiro e mata é, passe o exagero, um modelo de virtude.

Quanto ao consumidor impõe-se um «distinguo»: certo que, caído numa situação de tóxico-dependência, deixa de ser senhor da sua vontade e, onde falece a capacidade de decisão, acaba a culpa; mas não menos certo que, antes de ser dependente, foi livre para não correr o risco de sê-lo e, na fase vestibular do risco, livre ainda para não chegar a sê-lo. O que deixa, é óbvio, campo aberto a um juízo de reprovabilidade ou de censura.

Para tanto não precisaremos de fazer intervir no mecanismo causal qualquer ideia de culpa na formação da personalidade. Basta que consideremos esse caminhar consciente para a primeira experiência e esse não recuo das ulteriores até à dependência sem regresso como uma conduta em si delituosa, aliás do acordo com as mais modernas concepções criminológicas.

É de acordo com esta visão das coisas que o tráfico e o consumo se configuram, não como círculos tangentes mas secantes. O con-

sumidor é o último elo do tráfico e ao mesmo tempo a sua justificação. E cada consumidor é um agente multiplicador de novas vítimas. Pode mesmo concluir-se que o consumo de droga é, em considerável medida, o resultado de uma psicologia de grupo.

Não há razões para se recear menos o contágio psíquico do que o contágio físico. E ninguém se lembraria - passe a caricatura - de defender que um indivíduo atacado de peste tem o direito de não ser violentado à não difusão do vírus de que é portador.

A questão tantas vezes posta de que não faz sentido punir um doente, é pois, em certa medida, uma falsa questão. Enquanto doente, o problema é só o de saber qual o melhor caminho para tratar e recuperar, nomeadamente se só com recurso a estímulos ao tratamento voluntário, se também, e em que medida, fazendo apelo a formas de tratamento voluntário, se também, e em que medida, fazendo apelo a formas de tratamento compulsivo.

Pode no entanto acontecer que à condição de tóxico-dependente junte responsabilidades no domínio do tráfico. E aqui toda uma graduação de responsabilidades é configurável, desde o jovem que por curiosidade se droga e faculta droga a companheiros, até aos figurões das redes internacionais que bem podem ser descobertos e detidos em avançada situação de tóxico-dependência. Terá sentido ver nestes apenas ocasionais doentes carecidos de assistência, passando a esponja do esquecimento sobre o facto de, antes de o serem, terem friamente assumido a responsabilidade pela destruição de centenas ou milhares de jovens imaturos e incautos?

O problema está longe de ser fácil, só caso a caso se podendo optar pela solução mais justa. E se aqui o aflorescimento é só para me situar entre os que, por serem médicos, têm tendência a ver no toxicómano apenas o doente, e os criminalistas que propendem a ver nele também, senão predominantemente, o infractor.

O ponto de equilíbrio entre a repressão e o tratamento não é passível de uma definição abstracta. Fixemo-nos em que o consumidor é, em regra, um doente que merece censura.

2. É neste sentido, aliás, que se movimentam as mais modernas legislações. A tal ponto que, começando, as mais delas, por acentuar a voluntariedade do tratamento, acabam por consagrar soluções que reduzem, quando não consomem, essa voluntariedade.

É o caso de todas as legislações que, jactando-se embora da salvaguarda do princípio da voluntariedade, se ficam por facultar ao consumidor a alternativa de ser preso ou se deixar tratar. Se digo ao drogado «ou aceitas tratar-te ou vais preso», não é caso para se

ênfatizar por demais a voluntariedade do tratamento.

Não muito longe daí se situa a Lei n.º 21/77, aprovada em 23 de Março pela Assembleia da República. Destinada a regulamentar a produção, importação, comercialização e consumo de substâncias psicotrópicas (palavrão com que os homens de ciência disfarçam o plebeísmo «drogas») pune com extremo rigor (8 a 12 anos de prisão maior) a produção, a importação, a exportação, o fabrico, a transformação, quaisquer operações que conduzam à obtenção, a detenção ou cedência de substâncias psicotrópicas não autorizadas, nos termos da mesma lei, e apenas com prisão correcional até dois anos a sua utilização ou detenção para exclusiva utilização própria, podendo esta última pena ser «substituída por tratamento em estabelecimento adequado».

Prevê essa lei a prévia sujeição do detentor ou consumidor «a exame médico pericial», deste fiando, aliás, a possibilidade de conclusões que nem sempre estarão ao seu alcance.

Desta solução se pode dizer, para além do que contém de abonatório e inovador relativamente ao regime anterior, que não concede ao tratamento voluntário a virtude de evitar a punição penal, e até o julgamento, ainda que ocorrido espontaneamente, e com êxito, antes que o julgamento se inicie.

Pessoalmente inclino-me para que se dêem ao consumidor mais amplas possibilidades de evitar, de uma só vez ou por etapas sucessivas, o julgamento, a condenação e o cumprimento da pena, desde que, antes de cada um desses momentos, se sujeite, voluntariamente, ao tratamento.

E vou mais longe: porque não alinho nessa aparente hipocrisia de entender que o tóxico-dependente o é para tudo menos para optar entre o tratamento e a prisão, entendo que deve ser conferida ao Juiz, ao menos depois de esgotadas as esperanças da colaboração voluntária do doente, a faculdade de substituição da pena pela medida de sujeição ao tratamento. Pois não posso imaginar um tóxico-dependente rebelde ao tratamento voluntário, preso sem tratamento. Representaria isso, o mais das vezes, a sua condenação à morte. Com uma vantagem entre outras: as limitações à liberdade exigidas pelo tratamento compulsivo poderão findar, em certos casos, com o termo e o êxito do tratamento.

Neste sentido, muito provavelmente, se orientará a proposta de lei a apresentar em breve pelo Governo à Assembleia da República, contendo a revisão dos aspectos penais do tráfico e consumo de drogas.

Da leitura da mencionada Lei n.º 21/77, colhe-se uma outra conclusão: a de que a Assembleia da República se mostra disposta a

punir o traficante - neste incluído o detentor ou cedente a qualquer título de substâncias psicotrópicas não autorizadas - com extremo rigor: 8 a 12 anos de prisão maior.

Da proposta de lei apresentada pelo Governo constava punição mais branda: 2 a 8 anos de prisão maior. Mas a Assembleia da República afinou, e decerto bem, pelo coro das indignações que por toda a parte se ouvem contra a difusão da droga.

Em termos de ciência criminológica é sempre difícil saber qual a dose penal mais adequada à recuperação do delinquente e à prevenção de novos delitos. Pessoalmente, e do ponto de vista da repressão e recuperação, não imagino que bem possam fazer a um delinquente os quatro anos de prisão que se seguem aos oito. Eu diria que, se entra mau, sai em qualquer caso péssimo. Mas é a pensar, sobretudo, no efeito dissuasor das penas mais graves naqueles que vão entrar na pista do «iter criminis», e na neutralização, por isolamento, do agente criminogéneo, durante mais dilatado período, que me resígnio a penas tão longas que em vez de recuperar destroem.

Inclino-me, no entanto, para a ponderação dos resultados conhecidos da actividade do agente. Se lhe for imputável a morte de um jovem, por ele iniciado na droga e por ele abastecido até ao desfecho letal, deve ser punido com pena equivalente à de homicídio, já que não vejo razão para se subalternizar a droga à arma branca ou à arma de fogo desde que seja o mesmo o resultado.

Não finalizarei este ponto sem realçar que a generalidade dos países julgou recentemente oportuno um sério agravamento das penas correspondentes ao tráfico ilícito de drogas.

Sirva de exemplo a França, que passou em 1970 a punir com penas de 10 a 20 anos de prisão, os produtores, traficantes e até consumidores em grupo, anteriormente punidos apenas com prisão de 3 a 5 anos.

Por outro lado, e com a só excepção da Islândia, todos os países punem, embora com menor severidade, a detenção não autorizada de drogas, muito sendo os que punem também - sem prejuízo do adequado tratamento médico - o seu uso colectivo ou solitário. Casos da França, da Itália, da Bélgica, da Dinamarca, da Noruega, etc., para citar apenas alguns.

3. É nesta dualidade tráfico-consumo, e criminoso-doente, na sua autonomia, e também na sua interdependência, que se deve procurar a raiz da estruturação legal dos órgãos de combate à droga entre nós criados: um Centro de Investigação e Controle da Droga, voltado para a investigação criminal do

tráfico, e que não é senão aquele cujas instalações acabamos de visitar: um Centro de Estudos da Profilaxia da Droga, dirigido à prevenção do consumo e ao tratamento e recuperação dos tóxico-dependentes; um Gabinete Coordenador do Combate à Droga tendo por função, como decorre do seu nome, coordenar a acção daqueles dois centros, e demais entidades empenhadas no combate à droga.

Esta estrutura tríplice reflecte, precisamente, a ideia de há pouco: o tráfico e o consumo devem ter tratamento a um tempo separado e a um tempo coordenado. No âmbito da profilaxia do consumo e do tratamento e recuperação dos consumidores deve, tanto quanto possível, não se falar em repressão. Mas não deve esse tabu ser levado ao ponto de criar dificuldades à investigação do tráfico. Uma coisa é certa: se este não é travado, não há profilaxia e capacidade de recuperação que nos valham.

Já vimos que o tóxico-dependente é fundamentalmente um doente, que como tal deve ser tratado. Mas um doente que merece censura, não flores. E não exageremos o nosso complexo de culpa: as estatísticas que procuram espelhar as causas por que a juventude se droga, nem sempre são amáveis para os jovens. Nem todas as suas motivações são generosas. E não foi a geração dos que hoje são pais a responsável por todos os erros da sociedade do nosso tempo.

Por outro lado, não podemos ficar à espera de corrigir o vazio dos valores, de ultrapassar a sociedade de consumo, de atingir o pleno emprego ou de dominar «as forças auto-reguláveis da vida em grupo» para deixarmos de nos penitenciar e passarmos a enfrentar sem tibieza os problemas que põem em causa a nossa sobrevivência.

Devo confessar que não estou assim tão certo de que se deva ocultar dos jovens o risco que assumem de poder ser reprimidos, já que de todo em todo não aprovo que neles se estimule a falsa ideia de que são vítimas sem responsabilidades e sem culpa.

Mister é que, no fundo de nós mesmos, os encaremos com solicitude e com amor. Saberão divisar esses sentimentos por entre a falta de amavios.

4. Com o arranque deste Centro; com o breve arranque do Centro de Estudos da Profilaxia da Droga, com os seus centros regionais de tratamento e recuperação; com o Gabinete Coordenador em pleno esforço de preenchimento de quadros, aquisição e apetrechamento de instalações; com a nova legislação penal em fase adiantada de preparação; com a nova Brigada de

Estupefacientes da Polícia Judiciária a fazer mais nos primeiros dois meses de 1977 do que no decurso de todo o ano de 1976; com o auxílio imprescindível das associações de Pais; com o apoio das autoridades sanitárias, escolares, policiais e parapoliciais; com o esforço colectivo de todos os cidadãos, após um trabalho de divulgação pedagógica, a droga, mais cedo ou mais tarde, há-de ir bater a outra porta.

Cumpre-nos, no entanto, ser modestos e realistas. Não se erradica a droga, em temos absolutos, como se erradica a febre amarela. Neste domínio, os triunfos são sempre relativos. Mas quando todos tivermos aprendido a distinguir a «cannabis» de uma urtiga e uma placa de haxixe de tabaco para cachimbo; quando todos soubermos o bastante para pedagogicamente instigarmos nos nossos filhos e nos nossos alunos o horror pelos efeitos destruidores do consumo de droga; quando, no íntimo de cada um de nos, declararmos guerra pessoal ao traficante e nos mantivermos, oito milhões que somos, em constante estado de alerta, de narina pronta a detectar um cheiro ou de desconfiança apta a isolar um comportamento; quando, enfim, deixarmos de ser poetas da revolução e formos realmente revolucionários, teremos conseguido, mesmo no mundo emoliente em que vivemos, empenhar os nossos jovens no projecto de sociedade que nos esforçamos por construir depois de na Constituição o termos pactuado.

5. Mas já que as novas instalações do Centro de Investigação e Controle da Droga foram o pretexto para este tempo de balanço, justo é que me detenha um pouco nele.

Desde logo para constatar que se não vislumbra o momento em que este Centro poderá - se é que alguma vez virá a poder - substituir a função investigadora da Brigada de Estupefacientes da Polícia Judiciária. A pretexto da pureza do esquema não podemos, é óbvio, dismantelar o que temos em funcionamento, e a colecionar êxitos, fiados no que pudermos vir a ter. Não se imagina, aliás, facilmente, uma Polícia Judiciária, com o seu laboratório de Polícia Científica, com os seus tentáculos nacionais e internacionais, estes através da Interpol, preparada para uma gradual cobertura de todo o país, com presença indispensável nos portos, aeroportos e fronteiras, indiferente à problemática do tráfico da droga, sobretudo quando perpetrado por grupos organizados de alta craveira criminal.

Por ora, ficamo-nos pelo paralelismo das actuações, coordenadas ao nível do Gabinete Coordenador, sem prejuízo da possível e desejável cooperação directa, esperável além do mais da circuns-

tância de os principais responsáveis pelo Centro terem sido recrutados entre os funcionários daquela Polícia. Onde a cooperação falhe, que ao menos a substitua a emulação que também é construtiva.

O futuro dirá se deve manter-se o dualismo ou se um dos pólos de acção deve incorporar o outro.

A conclusão a tirar da experiência de países mais ricos, e que se nos anteciparam no combate à droga, é a de que, tráfico de drogas, sempre o haverá. Mas é dos livros que o crime procura a impunidade. Quanto menos ingénuos, amadores e permissivos nos mostrarmos, menos o traficante se dará bem connosco.

É certo que de algum modo nos limita a nossa firme determinação de não restringirmos as liberdades cívicas. A este respeito não constituirá um dos menores desafios a este novo Centro a resistência à tentação de recorrer a actos de investigação objectivamente ilícitos, a menos que legitimados por um resultado certo que evite um mal maior, como seria o caso de uma compra simulada de droga ou a invocação de uma falsa identidade que seguramente constituíssem o «abre-te Césamo» para o covil de uma associação de malfeitores-traficantes. Põem-se aí delicados problemas de deontologia profissional.

Consciente das limitações decorrentes da sua novidade e inexperiência, e dos meios de acção postos ao seu dispor, não deve este Centro perder-se na indefinição das tarefas e na excessiva ambição das metas.

Quando se não pode abarcar a totalidade de um fenómeno, cumpre seleccionar objectivos e estabelecer prioridades. Há-de pois a sua acção concentrar-se prioritariamente sobre as drogas com mais elevados custos sociais, sobre as grandes redes de tráfico, e dispensar protecção dominante à juventude.

Não há-de este Centro esquecer, em momento algum, que o combate à droga é um combate global, para o êxito do qual de pouco valerão as acções desgarradas. E deve, sobretudo, ser o vaso comunicante com os organismos nacionais e supranacionais na busca de cada vez mais sofisticados métodos de luta. Só a contínua actualização do criminologista pode neutralizar a crescente especialização do criminoso, especialmente num domínio em que a organização criminosa é regra de ouro e prática corrente.

6. Justifica-se uma palavra autónoma aos órgãos de comunicação social.

Não se imagina facilmente um combate global ao tráfico e ao consumo de drogas divorciado do seu empenhamento e do seu

concurso. A sua acção informativa e pedagógica é insuprível. Em contacto com as realidades e familiarizado com meios predisponentes ao consumo de drogas, o jornalista, sobretudo o repórter, pode caracterizar uma situação, definir uma tendência, lançar um alarme.

Convém que o faça sem espírito sensacionalista, e sobretudo que tente fazê-lo com um mínimo de conhecimento de tão complexo fenómeno. Se apenas tactear no escuro em busca do sabor da notícia ou do ribombar do escândalo, arrisca-se a fazer promoção onde cabe fazer profilaxia.

Não falta quem receie que a notícia frequente sobre o fenómeno menos dissuada do que chame a atenção. Não penso assim. Só a má notícia pode ter efeitos funestos. Nunca a boa!

7. Fecho com um voto: o de que Vossa Excelência, Sr. Director, e todos os seus colaboradores, tenham o êxito que está ao alcance da vossa capacidade e o país de vós espera.

Publicado BMJ nº 266, Maio, 1977, p. 5-16

Discurso proferido por Sua Excelência o Ministro da Justiça,
Dr. Almeida Santos, no acto de posse dos Senhores Direc-
tor e Directores-Adjuntos da Polícia Judiciária, em 18 de
Abril de 1977.

1. Quando um acto de posse significa algo mais do que o mero preenchimento de um lugar vago, ou a simples substituição de um funcionário por outro, vale a pena reincidir no velho pecado de fazer um discurso.

Creio ser esse o caso. A posse de Vossas Excelências Senhores Director e Directores-Adjuntos, não tem apenas o significado de dotar a Polícia Judiciária com a capacidade e a dedicação de três competentes magistrados, sendo Vossa Excelência, Senhor Dr. Lourenço Martins, conhece a Polícia Judiciária desde que dela foi inspector, e Vossa Excelência, Senhor Dr. Garcia Marques, lhe vai assegurar o precioso apport da experiência adquirida enquanto Director do Centro de Informática do Ministério da Justiça. Ela tem, sobretudo, o sentido de que uma direcção renovada entra em funções no preciso momento em que nos aprestamos para renovar a própria Polícia Judiciária.

E disso, sim, vale a pena falar. Pois não desconheço a ansiedade com o Povo Português tem aguardado o cumprimento da promessa que o Governo Constitucional lhe fez de reestruturar e dinamizar aquela Polícia. Posso hoje anunciar que já remeti à Presidência do Conselho, para apreciação numa das próximas reuniões do Conselho de Ministros, o extenso projecto do diploma que revoga total ou parcialmente a floresta dos que presentemente a disciplinam, e reestrutura, com larga margem de novidade, a Polícia Judiciária que o Decreto-Lei n.º 35 042, de 20 de Outubro de 1945, concebeu há mais de trinta anos, e que com sucessivos retoques superficiais resistiu, na sua estrutura fundamental, até aos nossos dias.

Não deixa de ser curioso realçar que a última substancial metamorfose da Polícia Judiciária seguiu de perto a publicação do Decreto-Lei n.º 35 007, que ao arrepio da tradição transformou a instrução criminal, de actividade jurisdicionalizada que era, em actividade puramente administrativa, enquanto que a que temos no torno se sucede, também de perto, à rejurisdicionalização da instrução criminal, operada pela Constituição da República.

Este fatalismo seguidista da estrutura da Polícia Judiciária relativamente ao processo penal, ajuda a explicar que se não tenha, por ora, ido mais longe e mais fundo no desenho do novo modelo de polícia de investigação criminal que se trata de parturejar.

É que, embora não tarde, continuamos a ter de aguardar a publicação de um novo Código de Processo Penal, ele próprio condicionado pela prévia publicação do novo Código Penal, e através dele, ou em conexão com ele, a definitiva estruturação dos novos juízos de instrução criminal. E só então poderemos, com segurança, aba-

lançar-nos a um modelar definitivo e presuntivamente duradouro. Não é pois sem motivo que o projecto de diploma enviado à Presidência do Conselho surge expurgado da teia de normas de processo penal que enreda a estrutura actual.

Dispensada da sua função instrutória e de representação do Ministério Público, enquanto detentor do exercício da acção penal, a Polícia Judiciária pode agora concentrar-se no seu papel de serviço de prevenção e investigação criminal e de auxiliar da administração da Justiça, por forma a ampliar a sua acção em direcção a uma total cobertura do país e da criminalidade, a partir dos grandes centros urbanos para a periferia, e da criminalidade mais grave para a menos grave.

E tudo isto à luz de um novo espírito: o de que as suas funções são exercidas na defesa da legalidade democrática e no respeito dos direitos dos cidadãos. Assim o exige a Constituição da República e assim haverá de ser.

A imagem da Polícia Judiciária habilitada com especiais e mais dilatados prazos de prisão preventiva sem culpa formada, prorrogáveis por simples despacho ministerial, e que contava entre os seus órgãos a negregada Pide-DGS, pertence ao passado. Ao presente pertence uma Polícia Judiciária que tenta adaptar-se ao aumento e à crescente especialização da criminalidade dentro do mais rigoroso respeito pelas liberdades cívicas. Isto é: uma polícia da qual se exige muito mais do que se exigia à sua antecessora, de passo que se lhe cerceiam, não sem motivo, as dilatadas prerrogativas de que aquela dispunha.

Ao futuro, porém, há-de pertencer uma nova polícia que terá encontrado na sua crescente organização em moldes científicos, e num progressivo domínio do crime à escala nacional, compensação para as dificuldades acrescidas.

De qualquer modo, é bom que os que justamente se queixam do aumento da criminalidade, tenham consciência de que em parte esse aumento se deve ao facto de termos passado a respeitar as liberdades cívicas e os direitos do homem. Não se pode ter tudo ao mesmo tempo. E entre um pouco mais de criminalidade, a título que cremos transitório, e o regresso ao arbítrio policial, com a sua violação da correspondência, do domicílio e das consciências, não há hesitação possível. Optámos pela liberdade e pela dignidade, com elas viveremos as horas boas e más do futuro que nos espera.

2. Na repartição dos momentos essenciais da luta contra o crime, ou sejam a investigação, a instrução, e o exercício da acção penal, cabe à Polícia Judiciária, posto que a título não

exclusivo, a actividade investigatória.

Ainda assim, passa a caber-lhe exclusivamente a investigação dos crimes mais graves, puníveis com a pena maior fixa, do crime organizado, e do crime cuja investigação exija alto grau de especialização, como é o caso da falsificação de moeda, notas de banco e títulos de dívida pública, de rapto e de associação de malfeitores ou por estes cometido, para não mencionar senão os mais frísantes.

E porque a Constituição apenas reservou para o foro militar competência para conhecer dos crimes essencialmente militares - ou sejam os que violem dever militar ou ofendam a segurança e a disciplina das Forças Armadas ou os interesses militares da defesa nacional - segue-se daí que, crimes que até à recente publicação do Código de Justiça Militar estavam sujeitos ao foro militar, passaram a ficar sujeitos à jurisdição comum, e vão ser investigados pela Polícia Judiciária. É, nomeadamente, o caso dos crimes contra a segurança interior e exterior do Estado e dos executados com bombas, granadas, explosivos, armas de fogo proibidas e cartas ou encomendas armadilhadas, bem como dos abrangidos pelas Convenções relativas à repressão de actos de terrorismo.

Não significa isto o desaforamento de crimes já cometidos e em fase de investigação, instrução ou julgamento pelas autoridades judiciárias militares. A isso se oporia sempre a disposição constitucional que proíbe a subtracção de qualquer causa ao tribunal cuja competência esteja fixada em lei anterior.

É certo que a Constituição permite que a Assembleia da República, por motivos relevantes, inclua na jurisdição dos tribunais militares crimes dolosos equiparáveis aos essencialmente militares.

Mas ainda o não fez. E quando fizer, se vier a fazer, essa equiparação será sempre a excepção, a regra sendo a sujeição à jurisdição comum dos crimes não essencialmente militares.

Tão-só esta ampliação de competência a zonas criminais tão momentosas e sensíveis, bastaria para que passássemos a dedicar à Polícia Judiciária redobrada atenção.

Vastas são, porém, as zonas de criminalidade em que a Polícia Judiciária terá de partilhar com outras polícias a função investigatória. E é aqui que se põe o problema da necessária revisão de toda a nossa orgânica policial.

Actualmente é a floresta. E é também a sobreposição, a descoordenação, de algum modo a confusão. Nada menos de onze organismos com função de polícia, dependentes de oito departamentos governamentais. Como é forte a tentação de duvidar da soma, o melhor é enumerá-los. E enumerando: Polícia Judiciária, Polícia Judiciária Militar, Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional

Republicana, Serviço de Estrangeiros, Polícia Municipal, Guarda Fiscal, Guarda Florestal, Direcção-Geral de Fiscalização Económica, Polícia Marítima, Centro de Investigação e Controlo da Droga. São mesmo onze, e não estou seguro de não ter esquecido algum. Estamos assim, de toda a evidência, no caminho errado, embora se tenha consciência das dificuldades de a todos congraçar sob uma direcção centralizada, ainda que sem quebra da autonomia de alguns.

Ilustra essas dificuldades a frustrada tentativa de fusão da GNR e da PSP, não obstante a sua patente afinidade e a sua comum dependência de um só Ministério.

Mas em suma: não devemos, só porque é difícil, desistir de pôr um pouco de ordem e de imprimir um pouco de unidade nesta sorte de inflorescência policial, sob pena de, qualquer dia, em quase total divórcio relativo, cada polícia investigar o seu tipozinho de crime na área do seu quintal.

Indo ao encontro de um mínimo de coordenação foi recentemente criado, ao nível da directoria da Polícia Judiciária, um lugar de director-adjunto com a função específica, que agora surge mais capazmente definida, de coordenar a actividade da Polícia Judiciária com a da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública, da Polícia Judiciária Militar e da Guarda Fiscal. Lugar que, de resto, tem vindo a ser desempenhado com superior capacidade e pleno êxito.

Quando se fala em investigação, refere-se uma actividade que está longe de ser incontroversa. Pois é sabido que não existe uma linha de fronteira, claramente demarcada, entre a investigação e a instrução criminal. E o problema não é de modo nenhum apenas académico. Bem ao contrário, tem que ver com a defesa das liberdades cívicas e reflete-se, em termos práticos, na solução a dar a problemas tão importantes como o da suficiência ou insuficiência do inquérito policial para introduzir em juízo feitos relativos a pequenos delitos.

O facto de na investigação residir a principal actividade da Polícia Judiciária não autoriza a que se esqueça essoutra que, quando adregasse pleno êxito, dispensaria a primeira: refiro-me à importantíssima função de prevenção criminal que igualmente lhe compete. No desempenho dela cabe à Polícia Judiciária exercer vigilância e fiscalização sobre actividades e locais susceptíveis de predispor à delinquência ou de favorecê-la.

3. Poucas pessoas se terão apercebido de como é irrisória a cobertura geográfica, pela Polícia Judiciária, do espaço

nacional. Pois é facto que praticamente se reduz à área de algumas das principais cidades, por vezes com exclusão de importantíssimas povoações suburbanas.

E não se há-de esquecer que foi já depois de 25 de Abril de 1974 que se criaram as inspecções de Ponta Delgada e Faro e se elevou a Inspeção a Subinspeção do Funchal.

Esta situação, agravada pela mancha de criminalidade que a extinção da DGS legou à Polícia Judiciária, apesar de não preparada para recebê-la, não é de remédio fácil. Pois não basta a criação no papel de novas inspecções ou subinspecções ou o alargamento da esfera de acção das actuais. É sabido que a qualidade de investigador criminal não cai do céu. Um bom agente leva anos a preparar, e também a esse respeito era largamente deficitário o capital herdado. Tão deficitário que o quadro de investigadores já duplicou desde 25 de Abril de 1974, e apesar disso continua dramaticamente exíguo. Em 1975, mais de metade das vagas do quadro encontrava-se por preencher. Houve que ministrar, aceleradamente, dezenas de cursos de formação e aperfeiçoamento, quase todo o pessoal tendo sido reciclado nestes últimos dois anos.

O quadro funcional da Polícia Judiciária foi agora substancialmente alargado, envolvendo esse alargamento, e algumas justas melhorias funcionais, um encargo anual acrescido da ordem dos sessenta mil contos.

Não vai ser fácil preencher os novos lugares criados em termos de qualidade mínima. Só o será quando tivermos posto a funcionar capazmente um estabelecimento adequado, que centralize acções de formação e reciclagem do pessoal da Polícia Judiciária e outros organismos policiais e parapoliciais. Esse organismo - com o nome de Escola de Polícia ou qualquer outro - encontra-se previsto no projecto atrás mencionado e em fase de estudos. É aí que se põem, com particular entono, as perspectivas de cooperação oferecidas pelo Conselho da Europa, já que cada vez mais nos vamos dando conta das incomensuráveis vantagens retiráveis do termo do nosso ostracismo internacional. Até à entrada em funcionamento daquele organismo, terá a própria Polícia Judiciária de continuar o actual regime de cursos de formação permanente, aliás de excelente nível, como foi recentemente reconhecido por especialistas do Conselho da Europa que entre nós estiveram. Nem outra coisa era de esperar do facto de serem ministrados por magistrados de elevada craveira.

Na reestruturação dos quadros não se atendeu, aliás apenas à quantidade. Criaram-se novos lugares cuja necessidade de há muito se fazia sentir num organismo sem peritos médicos próprios,

sem técnicos de informática, sem peritos contabilistas, sem serviço de telecomunicações, sem mecânicos, sem um simples lubrificador de automóveis. Tudo agravado por instalações que estalam pelas costuras, com um índice de ocupação funcional asfixiante e desanimador. De tal sorte que os relativos êxitos alcançados terão de ficar a dever-se ao zelo excepcional de uma apreciável parcela dos seus elementos.

Paralelamente com a previsão do aumento dos quadros foi encarada a melhoria das instalações. Foi já adquirido um novo edifício em Coimbra, vai em breve ser adquirido um outro para nele se instalar o Centro de Informática do Ministério da Justiça, passando a Polícia Judiciária a ocupar o lugar presentemente ocupado por aquele Centro, e estão a ser feitas diligências no sentido de obter novas instalações para a Directoria do Porto, porventura a mais exigentemente instalada de todas.

Só a prevista melhoria das instalações permitirá, aliás, albergar em condições de mínima operacionalidade o acréscimo dos quadros que foi previsto. Os problemas da Polícia Judiciária são, antes de mais, de espaço vital.

4. Chegado é o momento de procedermos a um rápido bosquejo das principais inovações previstas na proposta de diploma atrás referida.

Proposta que, cumpre dizê-lo, é da minha exclusiva responsabilidade, embora tenha sido de muitos, a quem devo uma palavra de reconhecimento, o mérito do trabalho produzido. O Governo poderá, sem que vá nisso melindre, aceitar, rejeitar ou alterar as soluções e medidas propostas. Mas é minha convicção que, neste momento, e com a preocupação, que naturalmente tive, de não tallar afoito no pano do orçamento, nele se consagram as soluções mais oportunas, mais equilibradas e mais justas.

O projecto contou, e isso me tranquiliza, com a ajuda crítica dos próprios funcionários da Polícia Judiciária. Não se dirá pois que foi feito nas suas costas. É mais que certo que não agradará inteiramente a todos. Mas estou convicto de que não desagradará significativamente à maioria deles.

Arrolarei entre as inovações principais, além das já mencionadas:

- a) A criação de uma Direcção Central de Organização Administrativa e Informática.

Do que se trata é de mecanizar e automatizar, até onde isso se mostre possível e conveniente, a actividade da Polícia Judiciária, a começar pela integração num úni-

co ficheiro magnético dos actuais ficheiros biográfico, de apelidos, de alcunhas, de deformidades e tatuagens, de classificações criminológicas e policiais e de modus operandi, a partir de um rigoroso sistema de recolha de informação.

O conjunto de dados com que trabalha a Polícia Judiciária não é mais susceptível de uma gestão eficaz através de ficheiros e processos manuais.

- b) A criação de um Arquivo Central de Registos e Informações, à escala nacional, destinado a centralizar e coordenar a acção paroquial e desgarrada dos actuais Arquivos de Registo de Informações.
- c) A criação de uma Divisão de Comunicações destinada a coordenar o serviço de telecomunicações da Polícia Judiciária, e desta com as demais polícias, à escala nacional, e com os organismos similares de outros países, assim pois à escala internacional, através da Interpol.
- d) A possibilidade da criação de delegações do Laboratório de Polícia Científica em departamentos da Polícia Judiciária distanciados da sua sede.
- e) A conversão da Secção Central da antiga Directoria da Polícia Judiciária numa Direcção Central de Prevenção e Investigação, à escala nacional, especializada na descoberta dos crimes de maior gravidade e dificuldade, designadamente os crimes contra a segurança interior e exterior do Estado.
- f) A democratização da composição do Conselho Superior de Polícia, que emite parecer sobre as matérias mais relevantes da vida da Polícia Judiciária, e no qual passam a ter assento representantes de todas as categorias profissionais.
- g) Institucionalização de formas concretas de cooperação inter-polícias.
- h) Ampliação e melhoria dos quadros, onde se faziam sentir clamorosas deficiências qualitativas e quantitativas.

i) Reajustamento do vencimento da maioria do pessoal, com a consequente eliminação de distorções internas e relativas a outras polícias, passando o pessoal de investigação a ser equiparado, em matéria de direito a diuturnidades, ao dos demais organismos policiais, já que é equiparável a correspondente margem de risco profissional.

j) Reforço do estímulo ao aperfeiçoamento funcional, através da estruturação da carreira de investigador, nomeadamente através da abertura da possibilidade de acesso ao lugar de inspector do pessoal de carreira que revele excepcionais aptidões, em regime de comparticipação igualitária com licenciados em direito.

Esta solução, sem dúvida uma das mais justas aspirações do pessoal de carreira da Polícia Judiciária, é também uma das mais polémicas. Afinal só porque vai contra a rotina do favor tradicionalmente dispensado à licenciatura em direito que, reconheça-se, nem constitui garantia absoluta do quantum satis de conhecimentos de direito penal e de processo penal, nem detém o exclusivo desses conhecimentos.

Na própria Polícia Judiciária se ministram com êxito essas disciplinas, e a futura escola de polícia virá a melhorar ainda esse ensinamento. Não se há-de esquecer que a privança constante dos agentes investigadores, no decurso de toda uma vida, com o direito penal substantivo e adjetivo, é garantia de autodidatismo.

Não é, pois, caso para se accionarem os mecanismos de alarme do establishment. O quadro dos inspectores de 2.^a classe é de apenas 40 unidades. Reservadas 20 para a admissão preferencial de licenciados em direito, apenas a outras tantas terão acesso, normalmente ao fim de uma vida de trabalho, mas também de experiência, os 670 investigadores de carreira não licenciados. Se estamos convictos de que, entre estes, não dispomos de 3% susceptíveis de ombrear, em conhecimentos e capacidade, com a média dos recém-licenciados que as nossas Faculdades de Direito aí produzem, melhor é que encerremos para obras ou desistamos de ter uma Polícia Judiciária minimamente capaz.

l) Tornou-se também mais expedita a possibilidade de

criação de novos departamentos da Polícia Judiciária para gradual cobertura do território.

- m) Previu-se enfim, e fiquemo-nos por esta amostragem, a possibilidade de reverterem a favor da Polícia Judiciária os objectos apreendidos e declarados perdidos a favor do Estado que possam ter interesse criminalístico ou sejam veículos automóveis, armas ou munições pelos quais aquela manifeste interesse.

5. Eis pois que, se não pode propriamente dizer-se que o projecto não deixa pedra sobre pedra, bem longe disso, contém ainda assim margem de novidade bastante para se fiar desta sua metamorfose um confortável acréscimo de eficiência e de justiça.

Ficamos assim a dispor de uma Polícia Judiciária de métodos limpos a caminho de inteiramente eficazes. O país, justamente alarmado com o aumento da criminalidade, pode contar com ela. Tempo virá em que há-de poder repousar sobre ela. Mas representaria rematado erro dar saltos onde se impõe avançar com cautela, além de que não passaria de irrealismo e insensatez esperar que tudo isso se conseguisse no tempo que se gasta a desejá-lo.

Srs. Director e Directores-Adjuntos: um belo desafio vos aguarda. O país espera da vossa capacidade e dedicação que o ajudeis a vencer o crime. Vencê-lo-emos.

Publicado BMJ nº 266, Maio, 1977, p. 17-28

Exposição dos Motivos da Proposta de Lei de Adaptação
do Código Civil à Constituição da República em Matéria de
Direitos, Liberdades e Garantias, e Matérias Conexas.

1. O primeiro e principal motivo da presente proposta de lei decorre do imperativo constitucional dimanante do disposto no n.º 3 do artigo 293.º da Constituição.

Ao propor-se dar-lhe cumprimento, e ao inscrever tal propósito no seu programa de Governo, o executivo não desconhecia que se tratava de matéria da competência reservada da Assembleia da República. Mas não retirou daí a autorização para se manter alheio à correspondente iniciativa.

É que logo se apercebeu de que o tempo era escasso para matéria tão vasta e responsabilizante. A tarefa deveria estar cumprida até ao termo da primeira sessão legislativa: e sem dúvida que o Governo dispunha de possibilidades e meios que a Assembleia da República - aliás sobreocupada com a elaboração de outros diplomas fundamentais - escasseavam.

No decurso do debate parlamentar sobre o programa do Governo pôde o Ministério da Justiça tranquilizar a Assembleia da República ao anunciar que decorreria aos melhores especialistas de cada ramo do direito para elaborar as propostas de revisão dos principais códigos. Assim se fez, e de outro modo não poderia ser.

A constituição da Comissão designada para a revisão do Código Civil, presidida pela Professora Doutora Isabel Maria de Magalhães Colaço, foi oportunamente divulgada e chegado é o momento de o Governo publicamente reconhecer que à competência técnica, entusiasmo e dedicação de todos os seus membros se deve a possibilidade de ser hoje presente à Assembleia da República uma proposta com a amplitude, o significado e a projecção que caracterizam o texto que esta justificação introduz.

2. Ao programar o trabalho a executar nesta primeira fase, não se limitaram o Governo e a Comissão ao mínimo exigido pela Constituição.

Esse mínimo teria sido a adaptação à Constituição das normas do Código Civil atinentes ao exercício dos direitos, liberdades e garantias.

No outro extremo situava-se uma tarefa de âmbito impossível de abarcar em tão curto lapso de tempo: a adequação global do Código Civil à filosofia e à doutrina político-social dimanante da Constituição, e não apenas às exigências directamente decorrentes do preceito do n.º I do seu artigo 293.º.

Entre estas duas posições extremas situava-se razoavelmente a que veio a ser adoptada. Cumprindo o mínimo constitucionalmente exigido; posta de parte, por razões óbvias, a ambição do máximo, foi-se até onde se pôde.

Para uma segunda fase dos trabalhos da Comissão ficará reservado o preenchimento global daquele desígnio mais amplo, na parte em que não fica, por antecipação, desde já cumprido.

3. A necessidade de ajustar o Código Civil à Constituição em matéria de direitos, liberdades e garantias, importava, só por si, uma tarefa que, sobre ser complexa, se revelava muito mais vasta do que à primeira vista poderia afigurar-se a um observador desatento ou menos familiarizado com a Constituição e o Código Civil.

É que, para dar satisfação aos princípios constitucionais que impõem a plena igualdade de direitos e deveres dos cônjuges e a não discriminação dos filhos nascidos fora do casamento, desde logo houve que rever em extensão e profundidade o regime do casamento e da filiação.

É feito isto, impunha-se a adaptação e reequilíbrio de institutos que não podiam manter-se alheios às inovações introduzidas: caso da adopção e, em certa medida, do capítulo das sucessões.

Por outro lado, o princípio da liberdade de associação não permitiria que se mantivesse sem alteração o capítulo do Código sobre as pessoas colectivas.

De igual modo, a outorga pela Constituição da capacidade eleitoral activa e passiva a maiores de dezoito anos levava à revisão das soluções acolhidas no Código Civil sobre menoridade, revisão de que haveriam de decorrer múltiplas consequências.

4. Já no que respeita ao direito das coisas não se propõe de imediato qualquer alteração no Código Civil.

Consagra a Constituição, no Título II da sua Parte II, dedicada à organização económica, uma nova distribuição dos sectores de propriedade dos meios de produção, dos solos e recursos naturais, definidos em função da sua titularidade e do modo de gestão social: o sector público, o sector cooperativo e o sector privado (artigo 89.º).

Sabe-se também que a Constituição aponta para a predominância da propriedade social (artigo 90.º), e nessa perspectiva ganham particular relevo as novas figuras de direitos reais e de modos de gestão que a lei fundamental consagra, como a da posse útil e gestão dos colectivos de trabalhadores e das comunidades locais e a auto-gestão.

A Comissão tem-se debruçado sobre estes preceitos constitucionais e tentado perspectivá-los no domínio do direito das coisas.

Mas parece cedo para tentar uma definição daqueles novos insti-

tutos, antes que eles resultem clarificados pela própria experiência vivida e por legislação especial que vá concretizando o seu conteúdo.

Só então será possível consagrar no Código Civil os princípios gerais capazes de abarcar essas novas figuras de direitos reais e nele fazer reflectir a visão constitucional das estruturas de propriedade dos meios de produção.

Aponte-se, para rematar, que a execução desta tarefa não era em todo o caso imposta pelo n.º 3 do artigo 293.º da Constituição, na medida em que não estão em causa os direitos, liberdades e garantias.

5. Na revisão do Código Civil a que se procedeu, em ordem a pô-lo a passo com a Constituição, não houve a preocupação de alinhar por soluções já consagradas em sistemas jurídicos estrangeiros: mas a cada momento se foi buscar experiência aos direitos mais evoluídos, atendendo nomeadamente às alterações recentes por muitos deles registadas, em especial no direito da família.

Em tempos que apontam para a sobrevalorização do estudo do direito comparado - senão como disciplina autónoma, ao menos como método de investigação jurídica - não se há-de estranhar essa permanente preocupação comparatística. Ou não tivesse Portugal sido admitido no Conselho da Europa e batido, com disposição de entrar, à porta da Comunidade Europeia.

Para essas opções se chama a particular atenção da Assembleia da República, na medida, e só nela, em que possam envolver juízos de oportunidade e de valor.

6. Assim delimitado o âmbito geral da presente proposta de alteração ao Código Civil, cuidar-se-á seguidamente de referir os pontos mais salientes por ela abrangidos e de sublinhar o significado das principais opções.

Não são muito numerosas as modificações previstas quanto à parte geral do Código.

No que respeita ao seu título I, a proposta restringe-se ao domínio do Direito Internacional Privado: em fase posterior haverá de ir mais longe no ajustamento das disposições contidas neste título ao novo sistema constitucional.

De momento, propõem-se alterações às normas de conflitos de leis sobre relações entre os cônjuges, convenções antenupciais e regime de bens, constituição da filiação, relações entre pais e filhos e adopção (artigos 52.º, 53.º, n.º 2, e 56.º a 61.º do Código

Civil).

Tais alterações visam fazer desaparecer, na escolha das conexões em que assenta a determinação da lei aplicável a relações privadas internacionais, qualquer discriminação entre marido e mulher e bem assim qualquer discriminação relativamente aos filhos nascidos fora do casamento.

Algumas das soluções propostas - como a da escolha da lei em mais estreita conexão com a relação - fogem à linha até agora legislativamente consagrada entre nós, mas correspondem, a orientação que hoje tende a ganhar o favor da melhor doutrina e das legislações e projectos mais recentes.

7. No que respeita ao título II da Parte Geral do Código, destaca-se a proposta da redução da maioridade aos dezoito anos (artigos 130.º e seguintes).

Esta solução decorre da própria Constituição, na medida em que reflecte o alinhamento com a idade fixada pela lei fundamental para a aquisição da capacidade eleitoral activa e passiva: podendo-se ser deputado com dezoito anos, mal parece que continue a entender-se que só depois dessa idade se adquire plena capacidade para reger a própria pessoa e dispor dos próprios bens.

Mas não é apenas o preceito constitucional que justifica a proposta: o direito comparado aponta decididamente no mesmo sentido. Na verdade, assiste-se hoje em toda a Europa - e mesmo fora dela - a um movimento que defende a redução da idade da maioridade civil, tentando as legislações e projectos mais recentes para a situar nos dezoito anos.

Foi a solução consagrada pela lei francesa de 1974, pela lei da República Federal Alemã do mesmo ano, pela lei italiana de 1975, como já o fora pela lei inglesa em 1969. É a solução acolhida também na lei sueca e dinamarquesa, e a que vigora na generalidade dos países do leste europeu.

O Conselho da Europa recomendou recentemente aos países membros a fixação dos dezoito anos como início da maioridade.

Na base desta opção, está o reconhecimento de que os jovens se acham hoje sujeitos a um mais rápido processo de desenvolvimento psíquico e cultural. Reivindicaram - e obtiveram já, em alguns sectores - uma autonomia a que deve corresponder a inerente responsabilidade.

A solução proposta não será, por certo, isenta de inconvenientes. Mas estes ficam minimizados em confronto com as vantagens.

8. A fixação da maioridade aos dezoito anos levanta o

problema de saber se deverá manter-se o instituto da emancipação por concessão (dos pais ou do conselho de família) ou por decisão do tribunal, a partir de uma idade inferior - por exemplo, a partir dos dezasseis anos.

Admitiu-o recentemente a lei francesa, embora dentro de um condicionalismo apertado.

Pareceu porém preferível afastar esta solução em termos gerais - assim fizeram países como a República Federal Alemã e a Itália - por não se afigurar razoável atribuir ao menor, abaixo dos dezoito anos, a capacidade de agir que a emancipação envolve.

Mas reconheceu-se que fixada a idade núbil aos dezasseis anos, conviria manter a emancipação resultante do casamento, aliás de acordo com a tradição portuguesa, que é também a de muitos outros países, e isto com base na consideração entre outras, de que à situação de casado convém a vários títulos a plena capacidade de exercício de direitos decorrentes da emancipação.

9. Ainda no que respeita às pessoas singulares, a nova disciplina do poder paternal, com o reconhecimento da igualdade dos pais relativamente aos direitos e deveres para com os filhos, determinou a alteração do regime do domicílio legal dos menores (artigo 85.º).

Do mesmo passo, o princípio constitucional da igualdade entre os cônjuges levou à revogação do preceito segundo o qual a mulher casada tem por domicílio legal o do marido (artigo 86.º), na linha geralmente adoptada pelas recentes legislações estrangeiras que consagram aquele princípio da igualdade.

10. Já antes da entrada em vigor da Constituição de 1976, o Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de Novembro, reconhecendo a liberdade de associação, revogara os preceitos contidos no Código Civil sobre a constituição de associações, determinando que elas adquiriam a personalidade pelo depósito de um exemplar do acto de constituição e dos estatutos no governo civil da área da respectiva sede (artigo 4.º).

Propõe-se agora a consagração no Código Civil da regra segundo a qual as associações adquirem personalidade jurídica pela sua constituição por escritura pública, nos termos legais, independentemente de qualquer autorização ou reconhecimento pela autoridade administrativa (artigos 158.º e 158.º-A).

De notar, todavia, que o princípio da liberdade de associação ultrapassa o domínio da legislação civil, especialmente preocupada com os modos de aquisição da personalidade jurídica pelas asso-

ciações, a disciplina das associações personificadas e bem assim com o regime das relações privadas em que intervêm associações não dotadas de personalidade jurídica.

Para além disto, há que situar o princípio da liberdade de associação no campo do direito público, olhando designadamente às suas garantias perante a Administração: mas trata-se de matéria que parece deverá continuar estranha ao Código Civil.

11. A parte do direito das obrigações - e o mesmo vale para a disciplina do negócio jurídico - é um dos sectores menos directamente afectados pela filosofia política em cada momento dominante.

A Comissão tem em curso de revisão vários problemas neste domínio: mas pensa-se que a formulação de propostas de alteração deverá ser relegada para uma fase ulterior dos trabalhos.

Por agora, no que respeita aos contratos, fez-se desaparecer o princípio da revogabilidade das doações por superveniência de filhos legítimos (artigos 970.º e seguintes).

Não se ajusta este instituto, na sua actual configuração, à lei fundamental, mas ponderou-se que tão-pouco se justifica o alargamento do seu domínio de aplicação: a solução preconizada é pois a de suprimir a possibilidade de revogar doações com fundamento na superveniência de filhos, na linha de orientação seguida pelas legislações europeias mais recentes.

Pelo que toca ao arrendamento, reconhece-se que se trata de matéria que pela sua especialidade e particular importância tenderá a reclamar tratamento autónomo. Não pareceu por isto conveniente abarcar na actual revisão do Código Civil os princípios, em renovada mutação, que dominam a disciplina deste contrato.

12. Foi no domínio do direito da família que os novos princípios proclamados pela Constituição impuseram alterações mais vastas e profundas no Código Civil.

A igualdade de direitos e deveres entre cônjuges, nomeadamente no que toca à manutenção e educação dos filhos (artigo 36.º, n.º 3, da Constituição) e o princípio de que os filhos nascidos fora do casamento não podem, por esse motivo, ser objecto de qualquer discriminação (artigo 36.º, n.º 4) desde logo importavam a revisão de largos sectores da disciplina do casamento e de praticamente toda a disciplina da filiação.

Deve de resto notar-se que na última década se tem assistido em quase todos os países europeus a profundas alterações do direito da família, determinadas pelo triunfo do princípio da igualdade

entre os cônjuges e pela revisão de muitas das soluções tradicionais em matéria de filiação.

As propostas agora formuladas puderam assim basear-se em larga e recente experiência de sistemas jurídicos próximos do nosso.

13. No que respeita ao regime do acto do casamento, propõe-se a fixação da idade núbil dos dezasseis anos, para o homem, como para a mulher (artigo I60I.º).

Mais do que a aplicação do princípio da igualdade formal dos sexos, importa vedar o casamento a quem não atingiu ainda a maturidade psíquica exigida para um acto de tal gravidade. Para além disto, impõe-se obstar a que, por um casamento celebrado em idade muito baixa, a mulher comprometa as possibilidades da sua ulterior formação profissional, o que representa uma fonte de futuras discriminações.

Não parece possível, no estágio actual da sociedade portuguesa, elevar para além dos dezasseis anos a idade mínima do casamento (apesar do recente exemplo da lei italiana, que fixou essa idade nos dezoito anos). Mas sujeitou-se ao consentimento de ambos os pais a autorização para o casamento de menores, condicionando-se o suprimento judicial desse consentimento não só à existência de razões ponderosas que justifiquem a celebração do acto, mas também à verificação da necessária maturidade física e psíquica dos nubentes (artigos I604.º, alínea a), e I6I2.º).

14. No que respeita à disciplina da falta ou vícios da vontade no casamento, substituiu-se o actual sistema de tipicidade das causas de erro vício por uma cláusula geral (artigo I636.º) e admitiu-se a possibilidade de os cônjuges arguirem a simulação como causa de anulação do casamento (artigo I640.º).

15. É no domínio dos efeitos do casamento que as alterações propostas são mais significativas.

Em obediência ao imperativo constitucional, consagra-se o princípio de que o casamento assenta na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges (artigo I67I.º).

Entre os deveres a que os cônjuges se acham reciprocamente vinculados, para além dos de fidelidade, coabitação e assistência, que o Código Civil já reconhecia, enunciam-se agora também os de respeito e cooperação (artigo I672.º).

Os novos princípios assim consagrados determinam as alterações profundas na disciplina vigente no que toca aos efeitos do casamento relativamente às pessoas dos cônjuges.

Desaparecido o poder marital, a orientação da vida familiar é atribuída a ambos os cônjuges (artigo I67I.º, n.º 2); a escolha da residência da família deve também resultar de acordo entre eles, só excepcionalmente supável por decisão judicial (artigo I673.º). O dever de contribuir para os encargos da vida familiar, como já acontecia face ao Código Civil, incumbe a ambos os cônjuges, mas especificam-se agora as modalidades por que pode ser cumprido por qualquer deles (artigo I676.º).

O direito ao uso dos apelidos do outro cônjuge na constância do matrimónio é regulado numa base não discriminatória e o direito ao uso dos apelidos do ex-cônjuge ou do cônjuge judicialmente separado de pessoas e bens é objecto de nova disciplina (artigos I677.º a I677.º-C).

A cada um dos cônjuges é reconhecida a liberdade de exercício de qualquer profissão ou actividade, sem o consentimento do outro cônjuge (artigo I677.º-D).

16. No que toca aos efeitos do casamento quanto aos bens dos cônjuges, são também de muito alcance as alterações propostas.

A aplicação do princípio da igualdade dos cônjuges no domínio da administração e alienação de bens traz necessariamente dificuldades, sempre que o regime matrimonial é um regime de comunhão. Há que tentar reduzir ao mínimo tais dificuldades, sem poder alimentar a esperança de conseguir superá-las por completo.

A solução proposta assenta no alargamento do círculo de bens de que cada um dos cônjuges tem a administração exclusiva. Assim, para além dos seus bens próprios e dos proventos do seu trabalho, cada um dos cônjuges administrará ainda, entre outros, aqueles bens que por seu intermédio entraram na comunhão (artigo I678.º, n.os I e 2).

Relativamente aos bens cuja administração pertence a ambos os cônjuges, a regra será a de que qualquer deles tem legitimidade para a prática de actos de administração ordinária; só quanto aos restantes actos de administração se exige o consentimento de ambos (artigo I678.º, n.º 3).

No seguimento da orientação consagrada no Código (mas partindo agora de bases muito diferentes), procurou-se fazer coincidir, em regra, a legitimidade para a prática de actos de alienação ou oneração de móveis com a legitimidade para administrar esses bens (artigo I682.º, n.os I e 2): mas introduziu-se uma limitação importante à possibilidade de arguir a anulabilidade resultante da violação desse princípio, determinada pela necessidade de tutelar

a segurança do tráfego jurídico (artigo I687.º, n.º 3).

Relativamente à alienação ou oneração de imóveis, submeteu-se ao consentimento de ambos os cônjuges, mesmo se casados em regime de separação de bens, os actos relativos à casa de morada da família (artigo I682.º-A).

E também a esse consentimento se submeteu a disposição do direito ao arrendamento sobre a residência familiar (artigo I682.º-B).

17. Não teve a Comissão a possibilidade de estudar a fundo a necessária revisão do regime de dívidas de casal.

De momento, limitam-se por isso as sugestões neste domínio a uma modificação da alínea d) do n.º I do artigo I69I.º, em consonância com a alteração já proposta para o Governo para o artigo 15.º do Código Comercial, e bem assim a outros pequenos ajustamentos dos artigos I69I.º e I692.º.

Na definição do elenco dos bens que respondem pelas dívidas próprias de cada um dos cônjuges (artigo I696.º), a alteração proposta decorre das modificações introduzidas quanto às regras sobre administração dos bens do casal.

18. Não pôde tão-pouco a Comissão completar os estudos empreendidos com vista à formulação de propostas, que julga merecerem ser consideradas em momento ulterior, relativamente ao regime das convenções antenupciais.

As alterações agora propostas, neste domínio, e bem assim no que toca aos regimes de bens, limitam-se por isso às que estritamente decorrem da necessidade de adaptar o Código Civil às exigências constitucionais.

Entre essas alterações destaca-se a supressão do regime dotal (artigos I738.º a I752.º). Trata-se de um regime incompatível, na sua estrutura, com o princípio da igualdade dos cônjuges.

Do seu desajustamento às actuais condições da vida social falam as estatísticas: no ano de 1975, de entre os 103.125 casamentos celebrados, apenas 49 o foram em regime dotal.

Por outro lado, sujeita-se imperativamente ao regime de separação o casamento celebrado por quem tenha completado sessenta anos de idade, quer se trate de homem, quer se trate de mulher (artigo I720.º, n.º I, alínea b)).

Relativamente ao casamento de quem já tenha filhos, apenas se proíbe a estipulação do regime de comunhão geral de bens ou a estipulação da comunicabilidade dos bens que são próprios no regime da comunhão de adquiridos (artigo I699.º, n.º 2): a aplicação do regime de comunhão de adquiridos não parece lesar por

forma injusta os filhos anteriores ao casamento.

19. O Instituto da simples separação judicial de bens mantém-se sem alterações de fundo, para além dos ajustamentos resultantes dos novos princípios sobre as relações entre cônjuges (artigo 1767.º e seguintes). Mas é dissociado do instituto da separação judicial de pessoas e bens, que passa a integrar, juntamente com o divórcio, o último dos capítulos do título relativo ao casamento.

20. Não são muitas as inovações propostas no regime do divórcio e da separação judicial de pessoas e bens, que já foi alterado significativamente, como se sabe, por legislação posterior a 25 de Abril de 1974.

Tendo passado a admitir-se em qualquer caso, por força dessa legislação, a conversão em divórcio da separação judicial de pessoas e bens, julgou-se preferível que a regulamentação do divórcio precedesse no Código a da separação e fosse mais minuciosa do que esta. Por outro lado, pareceu melhor regular o divórcio por mútuo consentimento antes do divórcio litigioso, para marcar o empenho da lei em que o divórcio seja decretado por via consensual; com esta preocupação, impôs-se ao juiz o dever de procurar o acordo dos cônjuges para o divórcio por mútuo consentimento e continuou a permitir-se a opção por essa modalidade do divórcio em qualquer altura do processo (artigo 1774.º, n.º 2).

21. Introduzem-se pequenas alterações no regime do divórcio por mútuo consentimento, tanto no que se refere aos seus requisitos como no processo aplicável.

Quanto ao primeiro ponto, eliminou-se a exigência, que apenas parece ser feita no direito belga, de uma idade mínima dos cônjuges; em contrapartida, elevou-se para três anos o período de duração do casamento e impôs-se aos cônjuges o dever de acordarem, para além dos demais pontos relativamente aos quais já é exigido o seu acordo, sobre a partilha dos bens do casal (artigo 1775.º, n.os I e 2), devendo o juiz indeferir o pedido de divórcio se os acordos estabelecidos não acautelarem suficientemente os interesses de um dos cônjuges ou dos filhos (artigo 1778.º).

O processo do divórcio por mútuo consentimento também foi ligeiramente modificado. Há agora um período de reflexão de três meses, que os cônjuges devem obrigatoriamente observar após a primeira conferência, e são os próprios cônjuges que deverão renovar o pedido de divórcio, se o desejarem, dentro do ano subsequente à data em que aquela conferência se realiza (artigo 1776.º, n.º I).

22. Relativamente ao divórcio litigioso, marca-se a distinção entre os casos em que o fundamento do divórcio é a violação culposa dos deveres conjugais (artigo 1779.º) e as hipóteses em que o divórcio se baseia na ruptura da vida em comum (artigo 1781.º). Quanto aos primeiros casos, julgou-se preferível substituir a técnica da tipicidade das causas do divórcio, adoptada no Código de 1966 e já na Lei de 1910, por uma cláusula geral, autorizando-se qualquer dos cônjuges a requerer o divórcio se o outro violar culposamente os deveres conjugais, quando a violação, pela sua gravidade ou reiteração, comprometa a possibilidade de vida em comum (artigo 1779.º, n.º I).

As situações em que a ruptura da vida em comum pode fundamentar o pedido de divórcio são as três referidas no artigo 1781.º. À separação de facto por seis anos consecutivos, já admitida na alínea b) do artigo 1778.º do Código actual (na redacção que lhe deu o Decreto-Lei n.º 561/76), juntam-se agora a ausência sem notícias por tempo não inferior a quatro anos e a alteração das faculdades mentais do outro cônjuge, quando dure mais de seis anos e, pela sua gravidade, comprometa a possibilidade de vida em comum.

Define-se no artigo 1782.º, n.º I, a separação de facto, integrada por um elemento objectivo, a falta de comunhão de vida entre os cônjuges, e por um elemento subjectivo, o propósito, da parte de ambos os cônjuges ou só de um deles, de não restabelecer aquela comunhão de vida. E o n.º 2 do artigo 1782.º abre a possibilidade de, na acção de divórcio com fundamento em separação de facto, o juiz declarar a culpa dos cônjuges, quando a haja, com os efeitos patrimoniais daí decorrentes, nomeadamente quanto à partilha a efectuar.

Como se sabe, a alteração das faculdades mentais já foi causa de divórcio no direito português, entre 1910 e 1967; no novo regime proposto, inspirado no direito francês, o pedido formulado com este fundamento deve ser indeferido, porém, quando seja de presumir que o divórcio agrave consideravelmente o estado mental do reu (artigo 1784.º).

23. No que se refere aos efeitos do divórcio, são poucas as alterações introduzidas.

Quanto à data em que esses efeitos se produzem, dispõe-se que eles se retrotraíam à data da propositura da acção e, até se qualquer dos cônjuges o requerer, à data em que a coabitação tenha cessado por culpa exclusiva ou predominante do outro (artigo 1789.º, n.os I e 2); além disso, impõe-se ao cônjuge declarado único ou principal culpado, e bem assim ao cônjuge que pediu o divórcio

com fundamento em alteração das faculdades mentais, a obrigação de reparar ao outro cônjuge os dados não patrimoniais que a dissolução do casamento lhe causar (artigo I792.º), e permite-se ao juiz dar de arrendamento a qualquer dos cônjuges, a seu pedido, a casa de morada da família, quer esta seja comum quer própria do outro (artigo I793.º).

24. Por último, são também em pequeno número as inovações propostas no regime da separação judicial de pessoas e bens.

Há a notar, nomeadamente, que volta a exigir-se o decurso de dois anos sobre o trânsito em julgado da sentença que decretou a separação judicial de pessoas e bens para que a separação possa converter-se em divórcio, salvo se a conversão for requerida por ambos os cônjuges (artigo I795.º-D, n.os I e 2).

25. O título III do Livro IV do Código Civil, relativo à filiação, é aquele que sofre mais funda modificação.

Tão funda, que houve que substituir integralmente os seus três primeiros capítulos, e bem assim as duas primeiras secções do seu capítulo IV, mantendo-se apenas, embora com várias modificações, a secção III deste último capítulo, relativa aos meios de suprir o poder paternal (tutela e administração de bens).

A razão está em que o Código assentava a disciplina da constituição da filiação e a dos efeitos desta na distinção entre filhos legítimos e ilegítimos: afastada, por imposição constitucional, tal distinção, impunha-se alterar radicalmente a estrutura geral do Código neste domínio.

Os novos artigos I796.º a I920.º-C repartem-se agora por dois capítulos. O primeiro regula o estabelecimento da filiação (artigos I796.º a I874.º); o segundo disciplina os seus efeitos (artigos I875.º a I920.º-C). Os artigos I921.º a I972.º integram a última secção deste capítulo.

A novidade das soluções contidas neste título justifica uma descrição um pouco pormenorizada do sistema proposto.

26. Na disciplina do estabelecimento da filiação, depois de se definirem alguns princípios gerais (artigos I796.º a I802.º), regula-se sucessivamente a filiação em relação à mãe (artigos I803.º a I825.º) e em relação ao pai (artigos I826.º a I920.º-C).

Relativamente à mãe, preceitua-se que a filiação resulta do facto do nascimento (artigo I796.º, n.º I): e isto vale quer a mãe seja casada, quer o não seja.

O estabelecimento da relação de filiação quanto à mãe (de que depende a atendibilidade dos poderes e deveres fundados nessa relação, conforme preceitua o artigo 1797.º) assenta em princípio na declaração da maternidade no registo de nascimento.

No caso de declaração de nascimento ocorrido há menos de um ano, a maternidade indicada pela pessoa com legitimidade para fazer a declaração considera-se estabelecida (artigo 1804.º, n.º I).

Se se tratar de registo de nascimento ocorrido há um ano ou mais, a maternidade indicada apenas se considera desde logo estabelecida se o declarante for a mãe ou um seu representante ou se ela estiver presente no acto do registo (artigo 1805.º, n.º I). Se assim não acontecer, a mãe pode negar a maternidade indicada pelo declarante, ficando tal declaração sem efeito (artigo 1805, n.os 2 a 4).

Pode ainda a mãe, a todo o tempo, fazer a declaração de maternidade se o registo for omissivo quanto a esta, salvo se, tratando-se de filho nascido ou concebido na constância do matrimónio, existir perfilhação por pessoa diferente do marido (artigo 1806.º, n.º I).

A maternidade estabelecida nos termos que ficaram referidos é passível, a todo o tempo, de impugnação em juízo, se não corresponder à verdade (artigo 1807.º).

Para o caso de a maternidade não estar mencionada no registo, prevê-se a averiguação oficiosa, em termos semelhantes aos que actualmente vigoram: a averiguação oficiosa poderá conduzir a uma declaração de maternidade ou à propositura de uma acção de investigação.

Se a maternidade não resultar de declaração, abre-se a possibilidade de ela ser reconhecida judicialmente.

27. O sistema que ficou descrito representa um compromisso entre o sistema germano-suíço e o sistema latino tradicional, no que toca à constituição da filiação materna.

Do primeiro retém o princípio de que a filiação relativamente à mãe se funda no nascimento, sem distinguir consoante o filho provém ou não do matrimónio dos pais. Com isto se afasta a solução tradicional dos direitos latinos, que exige o reconhecimento - por perfilhação ou decisão judicial - relativamente ao que nasce fora do casamento.

Mas, para o caso de a maternidade não resultar de declaração no registo, mantém-se no regime proposto a necessidade de recorrer a uma acção de investigação regulada em moldes semelhantes aos tradicionalmente consagrados nos direitos latinos para a filiação fora do casamento.

O sistema assim preconizado, sem distinguir consoante o filho provém ou não do casamento dos pais, afigura-se capaz de harmonizar os vários interesses em presença: garantindo, quanto possível, o fácil estabelecimento do vínculo relativamente à mãe, através da simples declaração no registo, possibilita também o afastamento de uma declaração que não corresponda à verdade. Recorde-se, de resto, que a veracidade das declarações prestadas no registo está assistida de tutela penal.

28. No que respeita à filiação relativamente ao pai, prevê-se que ela resulte de presunção, que aponta para o marido da mãe, no caso de se tratar de filho de mulher casada. Nos outros casos, o estabelecimento da filiação decorrerá de perfilhação ou de reconhecimento judicial (artigo I796.º, n.º 2).

Seguiu-se nesta matéria o sistema comum àquelas legislações europeias - do ocidente, como do leste - que não conhecem a distinção entre filhos legítimos e ilegítimos.

29. As regras sobre a presunção de paternidade (artigos I826.º e seguintes) seguem de perto os preceitos que regulavam no código a presunção de legitimidade: de facto, nos sistemas latinos tradicionais, a chamada presunção de legitimidade é já, em substância, uma presunção de partenidade relativamente ao marido da mãe casada.

Entre as inovações mais significativas propostas neste domínio, destaca-se a que consagra a possibilidade de a mulher casada indicar no acto do registo que o filho não é do marido. A presunção de paternidade não é, só com isto, afastada: mas sê-lo-á, se neste caso a mãe obtiver a declaração judicial de inexistência de posse de estado do filho, quanto a ambos os cônjuges, no momento do nascimento (artigos I832.º e I833.º).

A inovação tem o seu precedente próximo na lei francesa de 1972 e são bem conhecidas as exigências práticas a que ela visa dar resposta adequada: trata-se fundamentalmente de permitir afastar o funcionamento da presunção, em casos em que ela perdeu toda a sua verosimilhança (como acontece designadamente se os cônjuges estão desde há muito separados de facto), dispensando o recurso a uma acção clássica de impugnação da paternidade.

Procurou-se na proposta rodear o novo sistema de garantias adequadas - daí a intervenção do tribunal, que deverá processar-se por via expedita - a previu-se a possibilidade de se fazer renascer a presunção, em acção em que se prove a verosimilhança da paternidade (artigo I832.º, n.º 5).

30. De notar ainda a nova regulamentação proposta para a cessação da presunção de paternidade e o seu reinício (artigos 1829.º e 1830.º): aqui, como em muitos outros pontos da disciplina da filiação, houve a preocupação de captar quanto possível a realidade, afastando soluções legais em contradição com essa realidade.

31. Relativamente ao filho concebido durante o matrimónio, a impugnação da paternidade é facultada ao marido à mãe e ao filho; a requerimento de quem se declara pai e filho, pode ainda intentar a acção o Ministério Público (artigos 1840.º e 1841.º). Na acção deve o autor provar que, de acordo com as circunstâncias, a paternidade do marido da mãe é manifestamente improvável (artigo 1840.º, n.º 2).

Afasta-se, por esta forma, o condicionalismo estrito a que estava sujeita a impugnação de paternidade, em homenagem, uma vez mais, à preocupação de fazer assentar o vínculo de filiação na verdade biológica.

Esta solução que tende a dominar nos países europeus, foi recentemente adoptada pela lei francesa de 1972.

32. Na investigação judicial de paternidade, desaparecem os pressupostos de admissibilidade da acção: passa a poder provar-se em qualquer caso a paternidade do investigado.

Os pressupostos da investigação, tal como o Código Civil os delimitava no seu artigo 1960.º, reaparecem, todavia, em boa parte, como presunções de paternidade: a prova que deles resulta pode no entanto ser afastada por dúvidas sérias sobre a paternidade do investigado (artigo 1871.º).

33. Uma palavra ainda, acerca do desaparecimento da categoria legal dos filhos incestuosos.

Não se afigurou compatível com o espírito da Constituição a manutenção do regime consagrado no Código a este respeito. Mas relativamente aos filhos de parentes e afins em linha recta e bem assim quanto aos filhos de irmãos, uma vez estabelecida a filiação relativamente a um dos progenitores, entendeu-se que deve ser afastada a possibilidade de vir a estabelecer-se a filiação em relação ao outro progenitor, por via de averiguação oficiosa: daí a limitação constante dos artigos 1809.º, alínea a), e 1866.º, alínea a).

34. Na disciplina dos efeitos da filiação (artigos 1875.º e seguintes) inserem-se alterações importantes.

No plano das disposições gerais, cabe citar a inclusão dos deveres de respeito, auxílio e assistência entre os deveres mútuos de pais e filhos. O dever de assistência compreende a obrigação de prestar alimentos e a de contribuir, durante a vida em comum, de acordo com os recursos próprios, para os encargos da vida familiar (artigo 1875.º).

O uso dos apelidos dos pais é regulado em termos de não favorecer qualquer das linhas de parentesco (artigo 1876.º, n.º 1). Aos pais pertence a escolha do nome próprio e dos apelidos do filho menor; na falta de acordo decidirá o juiz, de harmonia com o interesse do filho (artigo 1876.º, n.º 2).

Institui-se por outro lado a possibilidade de atribuir ao filho menor, cuja paternidade se não encontre estabelecida, apelidos do marido da mãe (artigo 1877.º). Esta medida, inspirada no direito alemão e adoptada pelo legislador francês (artigo 334-5, do Código Civil, com redacção dada pela Lei n.º 72-3, de 3 de Janeiro de 1972), tende a facilitar a integração do menor no lar constituído pela mãe, que mais tarde se poderá completar pela adopção.

35. A regulamentação do poder paternal regista inovações significativas do novo espírito que se pretende ver instaurado nas relações entre pais e filhos.

De um ponto de vista sistemático, deve notar-se que esse poder começa por ser objectivamente regulado, antes de se determinar em que termos os progenitores participam no seu exercício.

Pelo que toca à nova disciplina do conteúdo do poder paternal, merece referência o preceito segundo o qual devem os pais, de acordo com a maturidade dos filhos, ter em conta a sua opinião nos assuntos familiares importantes e reconhecer-lhes autonomia na organização da própria vida (artigo 1879.º, n.º 2). De mencionar também a disposição que impõe aos pais o dever de assegurar, mesmo depois de o filho ter atingido a maioridade ou de ser emancipado, a possibilidade de ele completar a sua formação profissional, sempre que o cumprimento de tal dever lhes possa ser razoavelmente exigido (artigo 1880.º, n.º 2).

Deve ainda notar-se que se propõe o desaparecimento do usufruto legal que assistia aos pais relativamente aos bens dos filhos legítimos. Em contrapartida, surge a faculdade de os progenitores utilizarem os rendimentos dos bens dos filhos para satisfazerem, não só as despesas com o seu sustento, segurança, saúde e educação, como também, dentro de justos limites, para satisfazerem outras necessidades da vida familiar (artigo 1896.º).

36. A disciplina do exercício do poder paternal é informada pelo princípio constitucional da igualdade dos cônjuges quanto aos poderes e deveres relativamente aos filhos.

Assim, na constância do matrimónio, o exercício do poder paternal pertence a ambos os cônjuges, que devem acordar nesse exercício.

Na falta de acordo, cabe recurso ao tribunal, em questões de particular importância (artigo 1901.º).

Salvo quando a lei exija explicitamente o consentimento de ambos os cônjuges, ou quando se trate de acto de particular importância, o acto que integra o poder paternal, praticado por um só dos cônjuges, presume-se ter sido celebrado de acordo com o outro progenitor: mas a falta de acordo não é oponível a terceiro de boa fé (artigo 1903.º).

Em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação de casamento, os cônjuges, decidirão por acordo do destino dos filhos, e dos alimentos que a estes são devidos. O acordo está sujeito a homologação do tribunal, que deverá recusá-la se o interesse do menor assim o exigir.

Na falta de acordo entre pais, decidirá o tribunal, ainda de harmonia com o interesse do menor.

A orientação fundamental que nesta matéria se impõe é a de que o poder paternal será exercido pelo progenitor a quem o filho for confiado (artigo 1906.º, n.º I).

Em casos especiais, poderá o tribunal entregar a guarda do menor a terceira pessoa ou a estabelecimento de educação ou assistência (artigo 1905.º, n.º 2). O exercício do poder paternal nestas hipóteses é objecto de disciplina especial (artigo 1907.º).

37. Relativamente ao menor nascido fora do casamento, se a filiação se encontrar estabelecida apenas relativamente a um dos progenitores, a este caberá o poder paternal (artigo 1910.º).

Se a filiação se achar estabelecida quanto a ambos os pais, o exercício do poder paternal pertencerá àquele dos progenitores que tiver a guarda do filho: mas presume-se que é a mãe quem tem essa guarda (artigo 1911.º, n.os I e 2).

No caso de os progenitores conviverem maritalmente, ser-lhes-á aplicado o regime do exercício de poder parental que vigora na constância do matrimónio, se declararem ser essa a sua vontade (artigo 1911.º, n.º 3).

38. Para além da inibição do poder paternal, regulam-se também as limitações ao exercício desse poder, quando a seguran-

ça, a saúde, a formação moral e a educação do filho estiverem em perigo e não for caso de decretar a inibição (artigo I918.º).

39. Não pôde a comissão conduzir a seu termo a revisão do regime da tutela, sobre o qual já leva estudos adiantados.

Limita-se por isso a presente proposta a eliminar do sistema do Código as disposições inconciliáveis com a Constituição, designadamente as que assentavam na distinção entre filhos legítimos e ilegítimos.

Esse objectivo determina designadamente a supressão da tutela legítima, nos termos actualmente consagrados (artigo I930.º), e a adopção de novas regras sobre a escolha dos vogais do conselho de família (artigo I952.º).

40. A revisão do instituto da adopção impôs-se por força do preceito constitucional que proscreveu a distinção entre filhos legítimos e ilegítimos. Mas logo a Comissão Revisora se deu conta de que havia que levar a cabo neste domínio uma renovação mais profunda, que tentasse dar resposta às solicitações surgidas de muitos lados.

Fundamentalmente, reclamava-se o alargamento do campo de aplicação da adopção plena: os pressupostos que actualmente a condicionam retiram ao instituto quase todo o significado prático.

As propostas de alteração vão exactamente no sentido de possibilitar a adopção plena para além dos limites em que ela é hoje admitida.

Ao lado da adopção plena, manteve-se todavia a adopção restrita, que guarda o seu significado e vantagens próprios.

Dado o volume das modificações introduzidas, pareceu tecnicamente preferível a substituição integral do título relativo à adopção por um novo texto.

41. Entre os requisitos gerais exigidos para a constituição da adopção, em qualquer das suas modalidades, enuncia a presente proposta, além do interesse do adoptando e da legítima motivação do adoptante, a ausência de sacrifício injusto para outros filhos do adoptante e ainda a suposição fundada de que entre adoptante e adoptado venha a estabelecer-se um vínculo semelhante ao da filiação (artigo I974.º).

A constituição do vínculo continuará a resultar de sentença judicial mas insere-se agora no Código a necessidade de a decisão ser precedida de um inquérito que permitirá ao tribunal ajuizar da

verificação dos requisitos gerais exigidos para a adopção e, mais genericamente, fundamentar a sua convicção sobre o mérito do pedido (artigo 1973.º, n.º 2).

42. A adopção plena passa a ser facultada aos casados há mais de cinco anos, não separados judicialmente de pessoas e bens ou de facto, se ambos os cônjuges tiverem mais de vinte e cinco anos (recorde-se que o Código Civil exigia em regra dez anos de casamento e trinta e cinco anos de idade aos adoptantes).

A adopção plena é ainda tornada possível ao maior de trinta e cinco anos ou ao maior de vinte e cinco anos, se o adoptando for filho do seu cônjuge.

Estabelece-se também um limite de idade máximo para os adoptantes, que terão de ter menos de sessenta anos (artigo 1979.º).

Diferentemente do que sucedia até ao presente, a adopção é tornada possível aos adoptantes que tenham descendentes (o Código condicionava a adopção à inexistência de descendentes legítimos dos adoptantes: cfr. n.º I do artigo 1961.º). Os filhos do adoptante deverão no entanto ser ouvidos, se maiores de catorze anos (artigo 1984.º).

O artigo 1980.º indica as pessoas que podem ser adoptadas plenamente: os menores filhos do cônjuge do adoptante ou de pais incógnitos ou falecidos, os menores judicialmente declarados abandonados e ainda os que há mais de um ano residam com o adoptante e estejam a seu cargo.

A declaração judicial de abandono em vista de futura adopção é objecto de disposição especial (artigo 1978.º).

O adoptando deve ter em regra menos de catorze anos: o n.º 2 do artigo 1980.º traça as excepções consentidas a este princípio.

43. Regula-se também pormenorizadamente a matéria do consentimento requerido para a adopção plena.

Esse consentimento é exigido do adoptando maior de catorze anos, dos seus pais, ainda que não exerçam o poder paternal, e de outros parentes que, na falta dos progenitores, tenham a seu cargo o adoptando e com ele vivam. É também exigido para a adopção plena o consentimento do cônjuge do adoptante (artigo 1980.º).

O novo texto proposto disciplina ainda a forma e o momento em que deve ser prestado o consentimento exigido para adopção (artigo 1982.º), os casos em que o tribunal poderá dispensá-lo (artigo 1981.º, n.os 3 e 4), bem como a revogação e caducidade do consentimento prestado (artigo 1983.º).

44. Mantém-se o princípio de que pela adopção plena o adoptado adquire a situação de filho do adoptante: mas prescreve-se agora a sua integração total, bem como a dos seus descendentes, na família do adoptante (artigo 1986.º).

45. A revisão da sentença que tiver decretado a adopção é pormenorizadamente regulada: por este meio se visa, nomeadamente, tutelar a exigência do consentimento esclarecido e livre daqueles de cuja vontade a lei faz depender a constituição do vínculo (artigo 1990.º).

46. No regime da adopção restrita são de muito menor monta as alterações introduzidas: de notar que ela passa a ser permitida a quem tiver mais de vinte e cinco anos, mas menos de sessenta (artigo 1992.º).

47. São três, fundamentalmente, as alterações introduzidas no regime dos alimentos.

Em primeiro lugar, prolonga-se durante toda a menoridade do alimentando a obrigação de alimentos dos tios em relação aos sobrinhos, e impõe-se ao padrasto e madrastra a obrigação de alimentarem o enteado menor, que esteja ou estivesse no momento da morte do cônjuge a cargo deste (artigo 2009.º, n.º I, alíneas e) e f)). Em segundo lugar, no caso de divórcio ou separação judicial de pessoas e bens, permite-se ao tribunal conceder alimentos, excepcionalmente e por motivos de equidade, ao cônjuge que a eles em princípio não teria direito (por ter sido declarado único ou principal culpado na sentença ou por ter pedido o divórcio ou separação com fundamento em alterações das faculdades mentais do outro), considerando, nomeadamente, a duração do casamento e a colaboração prestada por esse cônjuge à economia do casal (artigo 2016.º, n.º 2).

Finalmente, concede-se àquele que, no momento da morte de pessoa não casada ou separada judicialmente de pessoas e bens, vivia com ela há mais de dois anos em condições análogas às dos cônjuges (ou vivia há mais de seis anos, nas mesmas condições, com pessoa casada e não separada judicialmente de pessoas e bens), direito de exigir alimentos da herança do falecido, se os não puder obter do seu cônjuge ou ex-cônjuge, descendentes, ascendentes ou irmãos.

Não se foi além de um esboço de protecção, julgado ética e socialmente justificado, ao companheiro que resta de uma união de facto que tenha revelado um mínimo de durabilidade, estabi-

lidade e aparência conjugal. Embora correndo o risco de chocar o sentimento ético-jurídico de alguns portugueses, crê-se que a medida proposta será sufragada por uma confortável maioria. Foi-se intencionalmente pouco arrojado. Havia que não estimular as uniões de facto.

48. O direito das sucessões mereceu particular atenção da Comissão Revisora e a ele se referem várias e significativas propostas de alteração.

Neste domínio, para além da supressão de contradições existentes com a lei fundamental, procurou-se adaptar o regime contido no Código Civil às novas orientações sócio-jurídicas que animam e permeiam toda a Constituição, reflectindo uma nova visão da família e da sua inserção na sociedade.

49. Começando por referir os ajustamentos directamente impostos pela Constituição, e designadamente pelo seu artigo 36.º, apontar-se-á que se baniu do regime da sucessão legítima e da sucessão legitimária, bem como do regime da sucessão testamentária no que ao direito de representação se refere, toda a discriminação entre parentes legítimos e ilegítimos.

Também se cuidou de corrigir a discriminação em favor do sexo masculino, que persistia nas regras de atribuição do cabeçalato (artigo 2080.º).

50. Para além disto, propõe-se modificações de relevo no que respeita ao âmbito da sucessão legítima e à posição sucessória do cônjuge sobrevivente.

Pelo que toca ao primeiro ponto, pareceu não se justificar actualmente o chamamento à sucessão de todos os colaterais até ao sexto grau, a menos que se trate de descendentes de irmãos do falecido. A família tende hoje a concentrar-se no núcleo constituído pelos cônjuges e pelos filhos: para além deste núcleo, só os que conservam a possibilidade de efectivas relações pessoais com o de cujus devem ser chamados a suceder-lhes.

Entre eles se contam, por certo, os parentes em linha recta, bem como os irmãos e seus descendentes. Quanto aos restantes colaterais, afigura-se que para além do quarto grau, não existirão em regra aquelas efectivas relações familiares que justificam a atribuição de direitos sucessórios.

51. No domínio do direito das sucessões, a definição da posição do cônjuge sobrevivente foi seguramente o problema que me-

receu mais demorada atenção da Comissão Revisora.

A situação que o direito vigente atribui ao cônjuge sobrevivente na escala dos sucessíveis legítimos, bem como a sua exclusão da sucessão legitimária, estão longe de ajustar-se àquela concepção de família nuclear ou família conjugal, já referida, que é a concepção dominante no tipo de sociedade a que se reconduz a actual sociedade portuguesa.

Dessa concepção decorre que ao cônjuge, entrado na família pelo casamento, deve caber um título sucessório semelhante em dignidade ao dos descendentes, que na família entraram pela geração. Por isso se justifica, não só que ele prefira aos irmãos e restantes colaterais do de cujus, mas também que ele seja chamado a concorrer à herança com os descendentes e ascendentes.

Neste sentido, propõe-se agora que na sucessão legítima o cônjuge integre a primeira classe sucessória, se à herança vierem descendentes do falecido; que ele integre a segunda classe, se concorrer com ascendentes, na falta de descendentes; e, finalmente, que lhe caiba toda a herança, a não existirem descendentes nem ascendentes.

52. Altamente controvertida é todavia a questão de saber em que termos deve o cônjuge sobrevivente ser chamado a concorrer à herança com os parentes em linha recta do falecido, e designadamente com os descendentes.

Há quem sustente que lhes deverá ser atribuído apenas o usufruto da herança (ou de uma parte dela); há quem defenda que ele deverá concorrer com os herdeiros em linha recta na propriedade da herança.

A favor da primeira solução, alega-se fundamentalmente que ela assegura ao cônjuge sobrevivente a manutenção do ambiente e do nível de vida em que estava inserido, ao mesmo tempo que torna possível conservar os bens na família (entendida esta como família-linhagem, formada pela cadeia de gerações). Além de que a concessão do usufruto é susceptível de favorecer o cônjuge nas pequenas heranças, em que uma quota da propriedade pode não produzir o rendimento capaz de que carece para se manter.

Em defesa da segunda solução, observa-se que ela é a que melhor se adapta à moderna noção de família, em que o vínculo conjugal se equipara em dignidade ao do parentesco fundado no sangue.

Pondera-se, por outro lado, que a consagração de um legado de usufruto dificulta a gestão dos bens da herança, afecta a sua livre circulação e cria possibilidades de conflitos entre o beneficiário do usufruto e o beneficiário da raiz.

Alega-se também que o estabelecimento dos filhos pode ser mais afectado pela concessão de um longo usufruto ao cônjuge sobrevivente do que pela atribuição de uma quota em propriedade. E não deixa de notar-se que o usufruto pode levar os filhos, em dependência económica, a vender a sua quota de raiz, com a consequente saída dos bens da família-linhagem.

Pelo que toca à preocupação de assegurar ao cônjuge sobrevivente a possibilidade de continuar vivendo no ambiente que era o seu, observa-se que tal preocupação encontrará resposta adequada na atribuição preferencial de certos direitos sobre a residência da família e o seu recheio, conforme adiante se dirá.

Tudo ponderado, foi à segunda das teses em presença que o Governo deu a sua preferência, propondo que ao cônjuge sobrevivente, quando concorra com descendentes seja atribuída uma parte de filho, mas nunca inferior a um quarto da herança; e que em caso de concurso com ascendentes, ele seja chamado a recolher dois terços da herança, cabendo aos ascendentes o restante.

53. A revalorização da posição sucessória do cônjuge sobrevivente leva também a incluí-lo entre os herdeiros legítimos.

No caso de concorrerem à sucessão o cônjuge sobrevivente e um ou mais descendentes, e bem assim na hipótese de o cônjuge sobrevivente concorrer com um ou mais ascendentes, propõe-se que a legítima seja fixada em dois terços da herança.

Se o cônjuge sobrevivente vier à herança como único herdeiro legítimo, propõe-se que a legítima seja de metade da herança.

No caso de concorrerem apenas descendentes ou ascendentes, não se descobriu razão para alterar as regras actualmente em vigor.

54. Nos termos da presente proposta, a tutela sucessória do cônjuge sobrevivente projecta-se ainda de outro modo: é que se lhe reconhece o direito de exigir, em partilhas, que lhe seja atribuído o direito de habitação da casa de morada da família e bem assim o direito de uso do respectivo recheio (artigos 2103.º-A a 2103.º-C).

Se o valor destes direitos exceder o da sua parte sucessória, acrescida da meação, se a houver, terão os restantes herdeiros direito a tornas.

Por esta via se satisfaz aquela legítima preocupação, atrás referida, de garantir ao cônjuge sobrevivente a permanência no ambiente em que decorreu a sua vida conjugal.

55. Ficam deste modo sumariamente referidas as princi-

país alterações do Código Civil que a proposta encorpa e aponta-das, em breve síntese, as razões que as nortearam.

Um Código Civil é uma tapeçaria delicada, em que todos os fios se entrelaçam numa interdependência e complementaridade que são factor de equilíbrio. Como regra, é perigoso alterar um fio sem se encarar a consequente alteração dos que com ele se ligam. Deve, assim, resistir-se à tentação de trocar uma palavra ou de substituir um conceito por outros aparentemente equivalentes. Crê-se, no entanto, que não são esses os aspectos que vão interessar e preocupar a Assembleia da República.

De um modo geral - e isso sim, interessa-lhe - pode-se asseverar que as alterações introduzidas vão, todas elas, no sentido de impregnar o Código Civil de espírito da Constituição. O jogo de relações que dele dimana é agora mais livre, mais igualitário e mais justo, com o desaparecimento de algumas sujeições a mitos do passado.

Publicado no BMJ nº 268, Julho, 1977, p. 5-36

Discurso pronunciado por Sua Excelência o Ministro da Justiça, Dr. Almeida Santos, em 18 de Outubro de 1977, aquando da sessão inaugural do Congresso Internacional para a Problemática da Droga.

1. Considero um privilégio muito honroso este de poder assistir, na qualidade de delegado de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, à sessão inaugural deste Congresso, e de nela poder usar da palavra.

Antes de mais para vos saudar, Senhor Presidente e Senhores Congressistas, para vos dar, em nome do Governo Português, as boas-vindas a Portugal, e para vos desejar frutuoso trabalho.

E desde logo também para agradecer ao Senhor Presidente da Fundação Gulbenkian, Doutor Azeredo Perdigão, as facilidades concedidas para que este Congresso decorra no melhor lugar e nas mais eficientes condições. Em outras ocasiões tivera já a Fundação Gulbenkian oportunidade de manifestar a sua apreensão pela proliferação das politoxicomanias, nomeadamente ao subsidiar a construção e o equipamento do Pavilhão António Flores, destinado ao tratamento de alcoólicos e toxicómanos.

Que este Congresso tenha, neste momento, lugar em Portugal, reveste-se para nós de enorme significado. Vemos nisso o reconhecimento de que o nosso País entrou definitivamente no clube dos países que resolveram aceitar e desafio da droga, dispostos a vencê-la.

Há muito se reconheceu que a proliferação do tráfico e consumo ilícitos de drogas constitui um flagelo sem fronteiras, que só pode ser detido a partir de uma acção plurinacional concertada que passa pelo diálogo, pela comunhão de reflexões e experiências, pela acção conjugada de todos os Governos a partir de protocolos adrede firmados.

De tudo isto constituem instrumento fundamental congressos como este.

Cerca de sessenta e cinco anos volvidos sobre a primeira convenção outorgada, há-de reconhecer-se que as energias gastas se consumiram em polémicas tantas vezes estéreis, continuando por concertar as mais importantes acções construtivas.

São disso exemplo a diversidade das concepções e de medidas de prevenção e repressão por toda a parte experimentadas, para não dizer a existência de países onde a produção e exportação de estupefacientes é livre, quando não estimulada, por sobreposição do espírito de lucro às preocupações humanitárias.

Uma como que maldição fez cair sobre a nossa era a expiação de velhas culpas. Pois tempo houve em que o humanista ocidente, possesso de desumanidade, empreendeu guerras para defender e impor o seu direito de exportar estupefacientes, ou seja de vender, com lucro, a destruição e a morte.

E, por mal dos nossos pecados, a expiação viria reforçada pela mal-

dição bíblica da «Torre de Babel», que até hoje tem dificultado a nossa percepção do fenómeno e o nosso recíproco entendimento. Começamos por disputar acerca das causas da recente aceleração do tráfico e do consumo da droga, acentuando uns a sua génese política, outros a sua explicação sociológica, outros ainda a sua etiologia psicológica, numa gama de teses que vão de um extremo positivismo a um exaltado romantismo.

Consoante o ângulo de observação, propendem uns a ver no tóxico-dependente apenas um criminoso, a reclamar punição, outros apenas um doente, a exigir tratamento. Recusa-se o médico a ser polícia, tende o polícia a ver um empecilho na radicalização da posição do médico.

São frequentes as confusões entre o toxicómano e consumidor; entre o que experimenta a droga, o que a usa e o que dela depende; entre o consumidor e traficante; entre o delito consistente no consumo de droga e os delitos cometidos com vista à sua obtenção ou sob o seu efeito. Não tem sequer sido possível um grau razoável de unanimidade sobre o que seja e não seja droga, ou sobre a terminologia a usar na discussão da sua problemática. Em consequência desta dispersão terminológica, científica e conceitual, a penalogia do ilícito consistente no tráfico e no consumo ilícito de drogas, e o quadro das medidas tendentes à sua prevenção, diferem de país para país, como aliás diferem as concepções e as terapêuticas no plano da cura e recuperação dos tóxico-dependentes. Tudo isto para realçar que é este um dos muitos domínios em que os povos precisam de conversar em busca de uma cooperação efectiva e profícua. É isso o que congressistas vindos dos mais diversos países, representativos de diferentes realidades e experiências, vão fazer neste congresso. Tanto bastaria para justificá-lo e para que depositemos as melhores esperanças no resultado do seu trabalho.

2. Embora o flagelo da droga tenha em Portugal atingido expressão epidémica nos primeiros anos da década de sessenta, coube ao actual Governo tomar as primeiras medidas de acção programada de luta contra ela com significado digno de realce.

É hoje difícil compreender a quase apatia, para não dizer a aparente cumplicidade, com que, autoridades e opinião pública, durante mais de uma década, assistiram ao seu sensível alastramento.

Há-de no entanto reconhecer-se que o fim das guerras coloniais, a descolonização, a crise económica, e a descompressão psicológica e social possibilitada pela queda de uma ditadura semi-secular, podem de algum modo ter contribuído para a aceleração do fenó-

meno ocorrido nos últimos anos.

Tem de admitir-se que, em parte, o ter passado a haver em Portugal liberdade para noticiá-lo e discuti-lo, nos leve a exagerar a dimensão do aparente incremento verificado.

Mas debalde se tentaria desconhecer a ocorrência simultânea de factores conjunturais consabidamente favoráveis à disseminação do tráfico e consumo ilícitos de drogas.

O tema das guerras coloniais e o regresso maciço de jovens adultos que nelas viram destruídos alguns dos seus mais nobres sentimentos e ideais; o êxodo maciço de ex-colonos e suas famílias, justamente possuídos de ressentimento e amargura; o desemprego consequente desses dois factores e da crise económica que se abateu sobre a generalidade dos países, na sequência da chamada «crise do petróleo», são factores contribuintes - seguramente entre outros - da aparente explosão verificada.

É certo que, em regra, as preferências dos nossos jovens se têm orientado para o consumo das drogas menos tóxicas ou escravizantes, com alguma propriedade podendo classificar-se os últimos anos como ciclo da «cannabis», ou seja da liamba que ex-soldados e ex-colonos trouxeram das ex-colónias e aqui em breve conseguiram disseminar.

Infelizmente, todos sabemos que o consumo de drogas se desenvolve das menos geradoras para as mais geradoras de fármaco-dependência, pelo que a constatação de há pouco só transitoriamente nos pode confortar.

Atento ao fenómeno, o actual Governo procurou criar estruturas de prevenção e combate que, ao nosso nível, representam um empenhamento e um esforço dignos de realce.

Na sequência de um esquema concebido pelo VI Governo Provisório, o I.º Governo Constitucional estruturou, instalou e pôs em funcionamento, um Centro de Investigação e Controlo da Droga, incumbido da investigação criminal do tráfico e do consumo ilícitos de drogas, em termos de compreensão científica e integral do fenómeno, e não apenas dos seus aspectos estritamente judiciais.

Simultaneamente, foi criada, no âmbito da Polícia Judiciária, a primeira brigada de combate aos referidos tráfico e consumo, aliás com êxitos assinaláveis e não raro espectaculares, justamente compartilhados pela Guarda Nacional Republicana, pela Polícia de Segurança Pública e pela Guarda Fiscal.

As fronteiras de Portugal e o território português estão hoje muito longe de ser um campo de acção convidativo para os traficantes de drogas.

Bem consciente de que, ao lado do criminoso a demandar punição - e às vezes em sobreposição com ele - existe o doente a demandar tratamento, o Governo Português estruturou um Centro de Estudos da Profilaxia da Droga, este dirigido à prevenção do consumo e à recuperação do consumidor em situação de fármaco-dependência. A actividade deste Centro foi concebida em termos de gradual cobertura do País por Centros Regionais de Recuperação, três dos quais se encontram em fase de instalação, um deles já em incipiente funcionamento. Espero que, dentro de poucas semanas, possa completar-se a instalação dos Centros Regionais de Lisboa, Porto e Coimbra, em termos de poderem dar resposta adequada aos tóxico-dependentes que neles procurem a libertação e a cura.

Enfim convicto de que se impunha o lançamento de uma ponte entre o criminoso e o doente, com vista a uma perspectiva global do fenómeno, ou seja das suas componentes criminológicas, médicas e sociológicas, estruturou um Gabinete Coordenador do Combate à Droga, destinado, como o seu nome indica, a coordenar a actividade dos dois referidos centros numa perspectiva integrada.

Entretanto, cuidamos de rever a nossa legislação penal relativa ao ilícito conexo com o tráfico e o consumo de drogas. E ao fazê-lo damo-nos conta, uma vez mais, do binómio criminoso-doente, e das dificuldades que daí emergem.

Verificamos sem dificuldade, que com igual perplexidade se debate a generalidade dos países, a ajuizar pela diversidade das penas cominadas, e pela veemência posta no debate em torno da tese que defende a descriminalização, ou no mínimo a despenalização, do tóxico-dependente enquanto tal.

Temos acompanhado o debate com uma expectativa prudente, pouco propensos a aderir a teses radicais.

Que o tráfico ilícito deve passar a ser mais duramente punido, é um ponto que temos por assente, aliás na sequência de recente entendimento da Assembleia da República. Comerciar com a vontade, a saúde e a vida do semelhante é tentação que deve ser duramente desestimulada.

Que quanto ao consumidor, devem sobrepor-se as medidas curativas às repressivas, e o tratamento voluntário ao tratamento compulsivo, temos também como adquirido.

Onde nos parece que são legítimas algumas dúvidas é na dispensa da compulsão ao tratamento quando não voluntariamente procurado ou aceite.

Pessoalmente, propondo a que ao consumidor em situação de de-

pendência sejam dadas todas as oportunidades para voluntariamente se tratar: antes de contra ele ser instaurado processo (ou em vez disso) até à fase de julgamento, e mesmo depois de condenado na pena que lhe couber, neste caso por substituição dessa pena. Isto sem perder de vista que não raro o tráfico coexiste com o consumo, e que não pode a situação de dependência justificar os crimes cometidos para obter a droga ou sob a influência dela. Se assim não fora, estaríamos estimulando o consumo, convidando quem se propusesse delinquir a fazê-lo encharcado em drogas para poder beneficiar da consequente atenuação.

Reconheço, no entanto, que a questão não é fácil, que esta posição não é líquida, e que devemos pedir à experiência, sem excessiva valorização de apriorismos pretensamente científicos, as soluções definitivas.

E aqui têm Vossas Excelências, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a importância e a oportunidade de que para nós se reveste o debate por vós de temas como a «prevenção do abuso da droga», o «diagnóstico e o tratamento de toxicómanos» e «a droga e a lei», além de outros.

3. Tenho no entanto consciência de que bem pouco eficazes serão as medidas promovidas por via judicial, administrativa, ou médico-social, se nula ou pouco menos continuar a ser a resposta da população em geral.

Cada vez mais se torna evidente que, neste como em outros domínios, o Estado não pode fazer tudo. Não pode, nomeadamente, prescindir de uma saudável reacção social ao nível do indivíduo, da família, da escola, da fábrica, enfim das diversas células em que a comunidade se desdobra.

Com frequência têm sido denunciados a chamada «cumplicidade do meio» ou os riscos de um acentuado «desnível entre a tolerância oficial e a tolerância social».

Ao fim de cinquenta anos de impopular regime policial, o Povo Português ganhou justificada repugnância à delação.

No entanto, nada mais imprescindível à vida dos povos do que a denúncia individual dos crimes, desde que exista, como entre nós existe, a antecipada certeza de que serão investigados, julgados e punidos sem quebra das normais garantias de defesa, de julgamento leal e de justiça democrática.

Ao nosso fatalismo moçárabe, somou-se, durante décadas, a sensação fatalista da imutabilidade das situações de facto, e fomos ficando prisioneiros delas. Perante o adensar do tráfico e o generalizar do consumo da droga, o Povo Português propende a cruzar

os braços e a esperar que o Estado faça, sozinho, o milagre de debelar o flagelo.

Os próprios mass media, que de quando em vez sobre o fenómeno se debruçam - animados, não duvido, dos melhores intuitos - fazem-no o mais das vezes de forma sensacionalista, quando não romântica, carecidos das necessárias informação e preparação, em consequência agindo mais como indutores do que como dissuasores.

O fenómeno, aliás, parece repetir-se um pouco por toda a parte. As queixas, neste domínio, são generalizadas, como generalizado é o sentimento de que, em regra, prestavam melhor serviço ficando calados.

Não obstante, pressinto neles um aliado imprescindível, que não desistiremos de progressivamente mobilizar.

Um pouco por toda a parte, tem sido relevante o contributo das instituições privadas na prevenção do consumo da droga e da recuperação dos tóxico-dependentes. O exame desse contributo constitui, já hoje, todo um capítulo do estudo das estratégias que têm sido tentadas.

Infelizmente, também neste domínio tem sido desanimador o panorama português.

Aparte a Associação dos Pais, que mesmo assim não tem podido ir muito além de positivos gritos de alarme, os movimentos espontâneos não têm surgido em termos dignos de menção. E é forçoso que surjam. Qualquer que seja a sua raiz - política, religiosa, de mera solidariedade, tanto faz - a luta a travar não pode prescindir do seu combate.

Até porque cada vez mais sabemos que o fenómeno só é debelável ao nível das causas, tardia e antecipadamente perdida sendo a luta travada já ao nível dos efeitos, ou sequer dos sintomas. E as causas são tantas, tão diversificadas e complexas, que com mais propriedade se falará em consumidores do que em consumo, cada dependente sendo, ou constituindo, um fenómeno não teorizável. Mas, reconhecer isto, é reconhecer que o combate, ao nível individual, não prescinde do contributo informativo e reactivo dos que, por laços de família, de vizinhança, de camaradagem ou de corporação, acompanharam a queda do fármaco-dependente desde a fraqueza original, e antes desde os factores predisponentes à tentação de cair.

Isto nos dá a sensação frustrante de que continuaremos a travar uma batalha perdida - e eu não sei de lugar em que tenha sido ganha - enquanto não vencermos as batalhas do trabalho, do ensino, da saúde, das frustrações individuais e familiares, enquanto, en-

fim, não recriarmos o homem apto a viver sem resistência anímica na sociedade fria, desumana e alienante que é a nossa. E como se não muda num ápice a natureza humana, melhor é que tentemos adaptar a sociedade que temos ao homem que somos, e não o homem à sociedade que, a muitos títulos, a sua natureza repele. Isto dizendo, não estou a ser pessimista. Apenas a ser humilde perante um fenómeno que parece pôr em causa valores que ultrapassam a sua mera aparência.

Senhor Presidente e Senhores Congressistas: aqui me detenho, antes que me esqueça de que não viestes aqui para me ouvirdes. Estamos, aliás, ansiosos por aprender convosco.

Publicado no BMJ nº 270, Novembro, 1977, p. 5-13

**Relatório relativo ao primeiro ano da acção governativa
do Ministério da Justiça no I Governo Constitucional.**

1. O programa do Governo, no âmbito do Ministério da justiça, foi particularmente ambicioso, ao arrepio do que tradicionalmente acontecia: o Ministério da Justiça foi sempre um Ministério pouco inovador, em reflexo, aliás, da feição conservadora do nosso sistema jurídico.

O Governo Constitucional apercebeu-se, porém, de que havia que saltar o fosso cavado entre uma sociedade nova, saída da revolução de Abril, e um sistema de leis anquilosado, feito à imagem e semelhança do regime deposto.

Os diversos governos provisórios, em parte à espera da nova Constituição, e em parte enredados na solução de emergências pontuais, foram deixando manter, e até agravar, esse distanciamento que ameaçava destruir o mínimo de assentimento colectivo sem o qual as leis não adregam ser acatadas, isto é, ser leis.

Essa tarefa de adequação das leis aos novos valores político-sociais - nomeadamente o valor liberdade, o valor igualdade e o valor democracia - está longe de cumprida, sendo trabalho para anos. Mas não se dirá que não foi denodadamente encetada pelo Governo Constitucional, que dificilmente poderia, sem o risco do imprevisto, ter feito mais no ano que leva de mandato.

É o que se passa a evidenciar de seguida.

2. Constavam do programa do Governo, no concernente ao Ministério da Justiça, as seguintes tarefas essenciais:

- a) A reforma sistemática do direito português por forma a adequá-lo à filosofia político-social da Constituição da República, a começar pelos Códigos Civil, de Processo Civil, Penal, de Processo Penal e Comercial;
- b) A reforma judiciária e a dignificação e dinamização da magistratura;
- c) A reestruturação da Polícia Judiciária;
- d) A reestruturação dos serviços dos registos e notariado;
- e) A reestruturação dos tribunais do trabalho e a sua integração no Ministério da Justiça;
- f) A reestruturação dos serviços tutelares de menores e dos tribunais de menores;
- g) A reforma dos serviços prisionais;
- h) A reforma dos tribunais de execução das penas;
- i) A crescente utilização dos serviços de informática.

Este programa, ambicioso mesmo na perspectiva de quatro anos de Governo em função da qual foi elaborado, foi, no decurso do primeiro ano de governação, em grande parte já cumprido.

E cumprido sob a angústia de apertados prazos constitucionais, que felizmente puderem ser respeitados.

3. Assim, a Constituição previa que, até 31 de Dezembro, se estruturassem o Conselho Superior da Magistratura e a Procuradoria-Geral da República, de acordo com o texto constitucional. Matéria da exclusiva competência da Assembleia da República, mas que o Governo entendeu dever chamar a si, incluindo no seu programa a elaboração das correspondentes propostas de lei.

Outrotanto aconteceu em relação a outros diplomas fundamentais. Foi o caso da Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, da Lei Orgânica do Ministério Público, do Estatuto dos Magistrados Judiciais e dos diplomas de revisão dos Códigos Civil, de Processo Civil, Penal, de Processo Penal e Comercial, que por imperativo constitucional deveriam estar acabados - ou seja aprovados - até ao fim da primeira sessão legislativa.

Também o Governo chamou a si essa tarefa, apesar de ser, igualmente, da competência reservada da Assembleia da República. Tarefa ingrata pela vastidão e complexidade das matérias e pelo pouco tempo dispensado à sua execução.

Mas que foi atempadamente cumprida. Até 31 de Dezembro foram publicados, após aprovação pelo Governo, no uso de autorização legislativa, o diploma que estruturou "ab novo" o Conselho Superior de Magistratura e o diploma que reestruturou a Procuradoria-Geral da República. Diplomas extensos, com delicadas opções políticas, mas que parece terem justificado um confortável acolhimento pelos sectores directamente interessados.

Logo após, o Governo publicou os correspondentes regulamentos.

Por outro lado, o Governo, apoiado por competentes e operosas Comissões especializadas, para as quais foram nomeados os mais destacados juristas de cada ramo da ciência jurídica, ponde aprontar a tempo de serem presentes à Assembleia da República, mais de um mês antes do termo da primeira sessão legislativa, as propostas de lei de revisão dos mencionados códigos.

4. Justifica-se uma breve referência a cada uma delas:

a) Código Civil:

Trata-se de uma extensa proposta de lei, que envolve a alteração de algumas centenas de disposições do código civil em vigor, na generalidade, mas nem sempre, imposta pelo novo texto constitucional.

Prevê este a plena igualdade, em matéria de direitos e deveres, do homem e da mulher, do marido e da esposa, e a abolição de qualquer distinção entre filhos nascidos do casamento ou fora dele, ou em geral entre parentes legítimos e ilegítimos.

Tão só o respeito por estes princípios implicou uma quase total revisão do direito da família, nomeadamente nos capítulos do casamento e seus

efeitos, da filiação e da adopção.

Mas não apenas: o princípio da liberdade de associação impôs profundas alterações na regulamentação das pessoas colectivas. E, de um modo geral, soluções adoptadas na Constituição, ou valores por ela prosseguidos, aconselharam, mesmo quando as não impuseram, inovações compatibilizantes com o seu espírito.

Foi, nomeadamente, o caso da fixação do início da maioridade aos 18 anos, em consonância com a atribuição da capacidade eleitoral activa e passiva aos que tenham atingido essa idade.

Foi, também, o caso da melhoria da posição sucessória do cônjuge, e de um modo geral a sobrevalorização da família resultante da relação matrimonial.

Tudo matéria que diz respeito e vai influenciar a vida de todos nós, e que pôs à Comissão Revisora, ao Ministro da Justiça e ao Governo, opções delicadas e responsabilizantes.

Bastará, para não ultrapassar um propósito de amostragem, mencionar as inovações seguintes:

- I - Maioridade aos 18 anos.
- II - Emancipação apenas pelo casamento de maiores de 16 anos.
- III - Fixação da idade mínima para casamento nos 16 anos para ambos os sexos.
- IV - Substituição do actual sistema de tipicidade das causas de erro-vício da vontade no casamento por cláusula geral.
- V - Reconhecimento de que o casamento assenta na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges, com reflexo no domicílio, no direito ao uso do apelido do outro cônjuge, na administração e disposição dos bens do casal, no exercício do poder paternal, na escolha de profissão, etc.
- VI - Atribuição da orientação da vida familiar a ambos os cônjuges.
- VII - Supressão do regime dotal.
- VIII - Eliminação do requisito da idade mínima dos cônjuges para efeitos de divórcio por mútuo consentimento, em contraponto da exigência de uma duração mínima do casamento: 3 anos.
- IX - Exigência de um período de reflexão de três meses, e de renovação do pedido após esse período, para efeitos de divórcio por mútuo consentimento.
- X - Estabelecimento da filiação, em relação à mãe, a partir do facto do nascimento, independentemente de ser ou não casada.
- XI - Estabelecimento da filiação, relativamente ao pai, a partir da presunção de que o filho é do marido da mãe, e da perfilhação ou do reconhecimento judicial nos demais casos.
- XII - Desaparecimento, na investigação judicial de paternidade, de pressupostos taxativos de admissibilidade.

- XIII – Desaparecimento da categoria legal de filhos incestuosos.
- XIV – Consagração de deveres recíprocos de respeito, auxílio e assistência entre pais e filhos.
- XV – Possibilidade de atribuição ao filho menor, cuja paternidade se não encontre estabelecida, dos apelidos do marido da mãe.
- XVI – No exercício do poder paternal os pais passam a dever ter em conta a opinião dos filhos de acordo com a maturidade destes.
- XVII – Desaparecimento do usufruto legal dos pais relativamente aos bens dos filhos, podendo aqueles, no entanto, utilizar os rendimentos dos bens destes para satisfação das despesas com o seu sustento, segurança, saúde, educação e outras necessidades da vida familiar.
- XVIII – Alargamento do âmbito de ampliação da adopção plena e facultação da adopção a adoptantes com descendentes.
- XIX – Integração total do adoptado – por adopção plena – bem como dos seus descendentes, na família do adoptante.
- XX – Permissão da concessão de alimentos, em certos casos (duração do casamento, colaboração prestada à economia do casal, etc.) ao cônjuge culpado do divórcio ou da separação.
- XXI – Concessão de alimentos, pela herança, ao que, no momento da morte do “de cujus”, com ele cohabita “more uxoris”, há mais de seis anos (sendo aquele casado e não separado de pessoas e bens) ou há mais de dois anos (sendo solteiro ou separado de pessoas e bens)
- XXII – Banimento, quer na sucessão legítima, quer na legitimária, quer na testamentária, de qualquer distinção entre parentes legítimos e ilegítimos.
- XXIII – Redução ao quarto grau do chamamento à herança dos parentes colaterais, a menos que se trate de descendentes de irmãos do “de cujus”.
- XXIV – Chamamento do cônjuge sobrevivente à herança em concorrência com os descendentes, os ascendentes e no lugar hoje ocupado na escala sucessória pelos irmãos e seus descendentes.
- XXV – Atribuição preferencial ao cônjuge sobrevivente, em partilhas, do direito à residência da família e ao seu recheio, com obrigação de pagar tornas, se houver lugar a elas.
- XXVI – Inclusão do cônjuge sobrevivente entre os herdeiros legítimos.

Eis um conjunto de medidas que dão bem a ideia da importância das alterações propostas.

Foram, aliás, a sua vastidão e importância que ditaram a impossibilidade – dado o já referido limite temporal – de se proceder desde já à actualização que igualmente se impunha (embora sem prazo fixo) da parte

geral e dos direitos das obrigações e das coisas.

Não só por falta de tempo, reconheça-se. Pelo menos em relação ao direito das coisas (nomeadamente o regime da propriedade) entendeu-se que seria prudente a recolha de mais alguns dados de experiência. A matéria é delicada, rica de implicações políticas e sociais e a Constituição, quanto a ela, inovou muito e clarificou pouco. Há que ser prudente.

b) Código de Processo Civil:

A circunstância de o direito processual civil ter de aguardar a fixação do direito civil substantivo, determinou que se não tivesse curado, nesta primeira fase, de uma reforma em profundidade do Código de Processo em vigor.

Ainda assim, não se limitou o Governo, pelo Ministério da Justiça, a propor à Assembleia da República apenas a sua revisão em matéria de direitos, liberdades e garantias (que a mais não ia, de momento, a exigência constitucional) tendo procedido à sua total adaptação ao texto da Constituição.

A correspondente proposta de lei foi atempadamente apresentada à Assembleia da República.

c) Código Penal:

O Código Penal em vigor está desactualizado, mas não é inconstitucional, excepção feita da disposição que prevê a conversão da pena de multa em pena de prisão.

Em vez de se preocupar com introduzir-lhe alterações pontuais (além da exigida pela referida e inconstitucional conversão) que não tornariam minimamente actualizado e aceitável o código em vigor, encarou o Governo a sua substituição integral, a partir do projecto do Prof. Doutor Eduardo Correia, rejeitado há anos pelo regime deposto com fundamento no seu alegado progressismo.

O que então era defeito passou a ser virtude. E o projecto foi revisto, à luz da nova filosofia político-social, tendo já sido aprovada pelo Governo a proposta de lei correspondente à sua parte geral.

Até Novembro estará pronta, em princípio, a parte especial, que naturalmente dependia da prévia fixação da escala penal aprovada com a parte especial.

É então sim. No conjunto, estaremos em face de um diploma verdadeiramente revolucionário, que consagra as mais modernas aquisições da ciência criminal.

Bastará realçar que introduzirá em Portugal uma escala maleável de novas penas, de entre as quais se destacam:

I - O regime de semi-detenção.

II - A pena relativamente indeterminada.

- III - O regime de prestação de trabalho a favor da comunidade.
- IV - A prisão por dias úteis ou em fins de semana.
- V - A pena condicional, a liberdade condicional, a pena de simples censura e até, em certos casos, a exclusão da pena.
O propósito é o de reduzir os casos de penas detentivas e os de prisão preventiva, consabidamente criminogêneas e encaradas como um mal necessário. As novas penas dirigem-se, frontalmente, à cura e recuperação do delinquente, acentuado a sua função preventiva.

d) Código de Processo Penal:

Nesta matéria, a constituição foi fortemente inovadora. Houve assim que introduzir desde já, no Código de Processo Penal em vigor, algumas inovações de largo alcance. Houve que encarar desde já delicados problemas conexos com a inconvertibilidade da pena de multa em pena de prisão, com a inconstitucionalidade de algumas penas detentivas e das medidas de vigilância pré-delitual, com o aproveitamento do inquérito policial na fase instrutória, com a separação da investigação, da instrução e da acusação penal, etc.

Isto sem prejuízo de se reconhecer que também este código terá de aguardar, globalmente considerado, a prévia aprovação do novo Código Penal. O contrário seria pôr o carro adiante dos bois.

De tudo isto resultou uma proposta de lei, atempadamente como as demais, enviadas à Assembleia da República, que sem constituir uma revisão em extensão e profundidade do código em vigor, ainda assim introduz neste alterações de muito significado e relevo.

e) Código Comercial:

Nesta fase, e quanto a este código, o Governo não foi além do cumprimento do imperativo constitucional.

A proposta de lei apresentada à Assembleia da República corrige as disposições inconstitucionais e pouco mais.

Assim por se ter entendido que, para além disso, representariam sempre pouco, possíveis alterações pontuais. O velho código carece de reforma global. E a mesma está a ser preparada, a começar pelo direito das sociedades.

Pronta para aprovação em Conselho de Ministros encontra-se, desde já, a nova lei das sociedades por quotas, um extenso diploma que virá preencher uma lacuna fundamental do nosso direito societário. A regulamentação em vigor de há muito deixou de satisfazer.

f) Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais:

Trata-se de uma extensa proposta de lei, que estrutura em novos moldes os tribunais judiciais. Extingue os tribunais judiciais inconstitucio-

nais, integra os Tribunais do Trabalho nos tribunais judiciais, reestrutura os julgados de paz em competência limitada e juízes eleitos pelas assembleias ou pelos plenários de freguesia, prevê a intervenção de juízes assessores no julgamento de determinadas matérias, prevê a extinção e classificação das comarcas por classes, altera as alçadas, regula a composição e define a competência e o funcionamento do S.T.J., das Relações e dos tribunais de comarca, determina os tribunais que podem ser de competências especializadas, prevê a existência de tribunais de competência específica, etc.

Este diploma exigirá, nos próximos seis meses, um extenuante trabalho de regulamentação.

Deste trabalho se destacam, de entre outras, as seguintes tarefas:

- I - O reordenamento judicial do território, incluindo o número, a demarcação, a sede e o âmbito de jurisdição das circunscrições e tribunais.
- II - A regulamentação do recrutamento e do funcionamento dos assessores populares nos tribunais cíveis, do trabalho e de menores.
- III - A reformulação do sistema de recrutamento e selecção dos jurados.
- IV - A revisão do estatuto dos funcionários de justiça.
- V - A regulamentação da integração dos funcionários em serviço nos tribunais extintos ou integrados.
- VI - A alteração do processo relativo a feitos que se inscrevem actualmente na competência dos tribunais marítimos, cuja extinção se propôs.
- VII - A revisão do Código de Processo do Trabalho.
- VIII - A revisão do Código de Processo Civil em matéria de jurisdição voluntária, acessoria técnica, falência e julgados de paz.
- IX - Alteração do Código de Processo Penal relativamente a processos da competência dos julgados de paz.
- X - Normas transitórias sobre o destino dos processos pendentes nos tribunais extintos ou integrados.

Como se vê, uma enorme tarefa a cumprir só no âmbito da regulamentação da reforma judiciária agora proposta.

g) Lei Orgânica do Ministério Público:

Sob esta rubrica foi aprovada pelo Governo, sobre proposta do Ministério da Justiça, uma extensa proposta de lei, constante de 220 artigos, que reestrutura em novos moldes, no respeito pela Constituição, o Ministério Público.

Surge este definido, de acordo com o melhor entendimento do texto constitucional, como uma magistratura em tudo paralela, mas autónoma, da magistratura judicial. As duas magistraturas apenas passarão a encontrar-se no acesso dos juízes de ambas, em certos termos, ao Su-

premo Tribunal de Justiça.

O Ministério Público vê fortemente mitigado o grau da sua dependência do Executivo, e por isso reforçada a sua independência.

O diploma define a competência do Ministério Público, estrutura os seus órgãos e agentes, determina as incompatibilidades, os direitos, os deveres e as classificações dos seus magistrados, o regime do seu provimento, movimento e transferência, bem como o regime disciplinar que lhes é aplicável.

h) Estatuto dos Magistrados Judiciais:

Da trilogia dos diplomas que completam a reforma judiciária proposta pelo Governo à Assembleia da República faz ainda parte uma outra e importante proposta de lei, constituída por 197 artigos, destinada a constituir o novo **estatuto único** dos magistrados judiciais previsto na Constituição.

Proposta do maior relevo, consagra a completa independência, irresponsabilidade e inamovibilidade da magistratura judicial, regula as garantias da sua imparcialidade, as suas incompatibilidades, os seus direitos e os seus deveres, naqueles incluído um novo e mais justo regime de vencimentos que pela primeira vez faz jus à dignidade da respetiva função.

A proposta regulamenta ainda o regime de classificação dos magistrados judiciais, a forma do seu provimento, a sua antiguidade, o regime disciplinar a que ficam sujeitos.

Tão só estes breves apontamentos sobre o conteúdo dos três diplomas que constituem a chamada “reforma judiciária”, dão uma ideia da importância e vastidão da matéria, e legitimam a esperança de uma máquina judiciária toda outra, mais operante, mais eficaz e mais justa.

5. Legislação avulsa

Mas não ficou por aqui a actividade legislativa do Ministério da Justiça. No total, foram aprovados em Conselho de Ministros e publicados 37 decretos-leis, além de 18 propostas de lei, todas da maior importância, apresentadas à Assembleia da República.

Se a esta **excepcional** produção legislativa – sempre a principal função de um Ministério da Justiça – juntarmos as iniciativas conjuntas com outros ministérios, e o apoio legislativo – pela primeira vez quase sistemático – prestado às mais importantes iniciativas dos outros ministérios em matéria de criação legislativa, poderemos com verdade e com justiça concluir que nunca, no âmbito deste Ministério, se terá legislado tanto, e em matérias de tanto relevo, em tão pouco tempo.

Vale a pena tentar uma breve alusão aos principais diplomas avulsos da iniciativa do Ministério da Justiça.

a) Diploma de reestruturação da Polícia Judiciária:

Trata-se de um extenso diploma que funde num só as dezenas de diplomas que estruturavam a Polícia Judiciária, reestruturando esta em termos de ampla novidade, e que adiante melhor se referem.

b) Diploma que altera o Regulamento do Supremo Tribunal Administrativo:

Diploma da maior oportunidade, não obstante consagrar medidas pontuais, que mal disfarçam a necessidade de uma reforma em profundidade, também neste domínio.

c) Diploma que reforça os direitos e as garantias dos administrados em face da Administração:

Este diploma, cujo projecto acompanhou o correspondente pedido de autorização legislativa à Assembleia da República foi justamente saudado por esta pela isenção revelada pelo Executivo ao ampliar as garantias de revisão dos seus próprios actos, e em geral os direitos dos administrados em face da Administração.

É um diploma cuja assumpção define a democraticidade de um regime e de um Governo.

d) Diploma que introduziu profundas alterações no regime de recrutamento e estágio dos magistrados judiciais e do Ministério Público:

A principal novidade, a par de muitas outras, consistiu na exigência de uma prova vestibular de averiguação de conhecimentos.

e) O diploma, retomado de um projecto do VI Governo, que se propunha reestruturar os centros de observação anexos aos Tribunais Centrais de Menores e criava, em sua substituição, Centros de Observação e Acção Social:

Este diploma, em que se depositavam justificadas esperanças, viria a ser julgado inconstitucional quanto a algumas das suas disposições, sem dúvida as mais necessárias e inovadoras.

Foi recentemente retomado por proposta do grupo parlamentar do PSD.

f) Diploma que reestrutura os tribunais de execução das penas:

Conquanto a verdadeira reforma dos tribunais só seja viável após publicação dos novos Código Penal e de Processo Penal, o diploma em causa introduziu no regime em vigor importantes alterações pontuais, nomeadamente a que cria o juiz de execução das penas, com a função de visitar os detidos nas cadeias e de ouvir e resolver "in loco" as respetivas reclamações.

g) Diploma que regulamenta, com larga margem de novidade, o processo de despejo.

Este diploma, dirigido à atenuação da gravidade social do problema dos despejos de prédios habitados (em regime de inquilinato ou sem título) por famílias sem casa para onde mudar, ou sem meios para a

obter, prevê que, verificados certos condicionalismos, possa o juiz autorizar um diferimento da desocupação da casa por um período até 12 meses, pagando o ocupante, ou o Estado de conta dele, em certos casos e termos, a respectiva renda.

h) Diploma que regulamenta formas e casos de regularização de casas ocupadas sem título bastante, verificados que sejam certos condicionalismos.

Este diploma, complementar do primeiro, destina-se a retomar, em moldes totalmente jurisdicionalizados e mais justos, o esquema de regularização de alguns casos de ocupação de casas sem título bastante constante do decreto-lei 198-A/75, e que falhou por depender da iniciativa dos proprietários ou das câmaras, aliás necessariamente localizada dentro do prazo mínimo.

i) Diploma que decretou a amnistia de alguns crimes políticos comuns: Esta amnistia destinou-se a sublinhar a eleição do Presidente da República, a posse do Primeiro Governo Constitucional e, consequentemente, a plena consumação e o início de funcionamento das estruturas democráticas previstas na Constituição.

j) Diploma que introduziu importantes alterações no código das Expropriações (iniciativa conjunta com o Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção)

Este diploma satisfaz a velha aspiração de ver resumido num só texto sistematizado a matéria dispersa relativa a expropriações. Acentua a relevância social do direito de propriedade, faculta instrumentos expeditos de prevalência do interesse público sobre o privado (que no entanto acautela) e compatibiliza o direito das expropriações com a lei de solos pouco antes publicada.

1) Merece menção uma proposta de lei, enviada à Assembleia da República, que introduz alterações pontuais a alguns dispositivos do Código Penal em vigor.

Essas alterações visam fundamentalmente combater eficazmente formas de terrorismo, (nomeadamente com recursos a engenhos explosivos) de separatismo, ofensas ao hino e à bandeira, e ainda a punir adequadamente a destruição pelo fogo de veículos automóveis, o que presentemente não acontece.

m) Muitos outros diplomas poderiam arrolar-se aqui, todos da iniciativa do Ministério da Justiça. Junta-se, a final, uma breve referência a alguns outros, sem a preocupação de uma menção exaustiva. O que fica referido, chega para documentar a afirmação **de que nunca se legislara tanto em tão pouco tempo. Não cabe ao Ministério da Justiça ajuizar sobre o mérito qualitativo do seu trabalho. Mas de balde se lhe recusaria um esforço honesto de **recuperar o tempo perdido** na tarefa de **atualizar, democratizar e ajustar as leis que nos regem**.**

Tarefa que, de resto, continua sem detença, pois que longa seria a lista de projectos em preparação e das iniciativas em curso. A seu tempo irão aparecendo, qual folhetim da revolução, na primeira série do Diário da República.

6. Reestruturação da Polícia Judiciária:

Cedo se apercebeu o Governo Constitucional de que alguns progressos imediatos no domínio do combate à criminalidade passavam pela reestruturação da Polícia Judiciária e pelo reforço e moralização dos quadros da P.S.P. e da G.N.R.

Demais sabe o Governo que a criminalidade - que recebeu como um dado - só se combate eficazmente debelando as suas causas.

Demais sabe também que sendo algumas dessas causas inerentes a todas as sociedades humanas, só pode realisticamente projectar-se a contenção do aumento ou a redução da criminalidade, nunca a sua extinção.

Não desconhece, por outra via, que as principais causas do aumento de certos tipos de criminalidade (crise económica, desemprego, fim da guerra e regresso de soldados em idade criminogénea, droga, desenraizamento social dos refugiados das ex-colónias, crise geral de valores, etc.) não são, infelizmente, susceptíveis de neutralização a curto prazo.

Daí que tenha, momentaneamente, posto o acento tónico no reforço, na crescente especialização e na moralização dos organismos policiais, agora despidos, porque democraticamente enquadrados, de qualquer espírito repressivo.

Daí que o Ministério da Justiça se tenha lançado num esforço sério de reestruturação da Polícia Judiciária, a começar pelo reforço dos seus efetivos, a melhoria das suas instalações e os seus meios de acção, o afinamento da coordenação da sua actividade com as demais polícias internas e externas (Interpol) enfim pela total remodelação do seu estatuto.

O diploma que o reestrutura reveste-se do maior relevo. Aponta ele para uma Polícia Judiciária concebida em moldes científicos, dedicada em exclusivo à prevenção e investigação da criminalidade mais grave ou organizada, com competência alargada a partir da publicação do novo Código de Justiça Militar, e projectada para a **progressiva cobertura de todo o território**.

Os quadros do seu pessoal duplicam, o sistema das suas carreiras é estruturado em moldes mais justos e passam a ser-lhe asseguradas regalias de que não disfrutavam.

Ao mesmo tempo prevê-se a criação de novos serviços e a progressiva utilização da informática no seu trabalho de recolha e tratamento de material de investigação.

Em resumo: uma Polícia Judiciária nova, de métodos limpos e progressivamente eficazes, moralizada para a responsabilizante tarefa que lhe cabe, e cujos êxitos começam a ser visíveis através da simples leitura de jornais.

Em consequência da sua acção, coordenada com a acção da P.S.P. e da G.N.R., os índices da criminalidade mostram tendência para descer a partir do início do ano corrente.

7. A escassez de magistrados:

Herdou o Primeiro Governo Constitucional, como aliás os governos provisórios, uma dramática falta de magistrados.

Essa falta foi agravada pela separação – aliás justa – da instrução criminal. Esta passou a competir a juízes de instrução criminal que o país não tinha.

Resultado: um relativo bloqueamento da justiça penal, que veio somar-se ao crónico atraso do serviço judicial.

Procurou o Governo Constitucional enfrentar esta situação de carência. Para o efeito, reduziu a seis meses os estágios em curso para a magistratura judicial e do Ministério Público, e promoveu a abertura imediata de novos estágios com igual duração.

Foi assim possível reduzir o déficit de juízes de 56 em Julho de 1976, para 13 em Maio de 1977, e o de delegados do Ministério Público, nas mesmas datas, de 33 para 21. Os estágios que vão iniciar-se contribuirão para a normalização dos tribunais, mas dificilmente preencherão totalmente o vazio que se deixou criar.

Entretanto, o estímulo das novas remunerações, chamará às magistraturas mais e mais qualificados candidatos.

Também ao nível dos Supremos Tribunais (de Justiça e Administrativo) o Governo ampliou o número de magistrados, por forma a dotá-los de elementos bastantes para que o serviço tenda a ser cumprido dentro dos prazos legais.

8. Sistema prisional:

Impõe-se, a todas as luzes, uma reforma do sistema prisional em vigor.

Mas, uma sua reforma em profundidade terá de ser precedida, como atrás se disse, pela publicação dos Códigos Penal e de Processo Penal.

Entretanto, algo foi já feito e se está preparando.

Foram tomadas diversas medidas pontuais: aumento de mais 250 unidades ao quadro de vigilantes e de mais 100 unidades ao quadro dos trabalhadores sociais; melhoria da alimentação e do vestuário dos detidos; visita das prisões pelos juízes de execução das penas, “ut supra”; determinação da intensificação da recuperação pelo trabalho; constituição de núcleos de segurança prisional de intervenção imediata em

ligação com a P.S.P. e a G.N.R.; montagem de um novo sistema de informações da periferia para os serviços centrais; apoio da G.N.R. e da P.S.P. às deslocações dos delinquentes perigosos; montagem de um novo sistema de classificação de reclusos; reuniões periódicas de dirigentes e técnicos penitenciários; abertura de cursos de alfabetização e formação profissional acelerada; mais adequada selecção dos quadros de vigilantes e trabalhadores sociais; realização de seminários sob a orientação de técnicos do Conselho da Europa (dois já tiveram lugar); projecto de reforma dos Institutos de Medicina Legal e dos Institutos de Criminologia (temas tratados, por antecipação, pelo grupo parlamentar do P.S.D. em projectos recentemente apresentados na Assembleia da República; ultimação de uma mini-reforma prisional em preparação, limitada aos quadros do respectivo pessoal, ou seja na parte em que tal reforma não depende necessariamente da prévia publicação dos Códigos Penal e de Processo Penal.

9. Serviços tutelares de Menores:

O Ministério da Justiça tem plena consciência de que, neste domínio, até 25 de abril, se agiu com a exclusiva preocupação de construir obra de fachada.

Resultado: uma organização tão cara como ineficaz. Em globo, e com raras excepções (seria injusto não destacar algumas dedicações e competências, a começar pelo Director-Geral dos Serviços) um serviço a demandar reforma de alto a baixo.

Reforma para a qual o actual Ministro, monopolizado por outras tarefas urgentes, ainda não encontrou disponibilidade de tempo. Não se pode fazer tudo ao mesmo tempo, se se pretende fazer minimamente bem.

Neste domínio, limitou-se a visitar alguns centros de recuperação e a estimular a concretização de um Centro Piloto Polivalente na Ilha da Madeira, concebido em novos moldes, e de cujo funcionamento espera poder colher ensinamentos úteis.

Entretanto, vão-se recolhendo dados estatísticos, na base da função custo-resultado, na antecipada certeza de que as conclusões serão frustrantes. Há que inovar, se possível a partir de positivas experiências alheias. Até porque a disseminação da droga veio emprestar uma nova dimensão à criminalidade juvenil.

10. Centro de Informática do Ministério da Justiça:

A política do Governo Constitucional tem sido a de "jogar na informática". A informática é o caminho para a Europa, é o futuro.

Essa tem sido também a orientação do Ministério da Justiça, dando ao Centro de Informática dele dependente os meios de acção necessários para a progressiva melhoria dos seus serviços. A começar por novas ins-

talações, mais equipamento e a reestruturação – em estudo – dos respectivos serviços.

O Centro vai dar apoio à “nova” Polícia Judiciária, e uma comissão presidida pelo seu Director reestrutura, neste momento o Gabinete de Registo Nacional, por forma a compatibilizá-lo com a Constituição.

Um tanto à margem da sua acção normal, poudes o Centro de Informática do Ministério da Justiça prestar relevantes serviços ao país, no apoio dado aos actos eleitorais para a eleição da Assembleia Constituinte, a Assembleia da República e o Presidente da República. Já no domínio do actual Governo, chamou a si o trabalho mecanográfico relacionado com o recenseamento dos refugiados das ex-colónias, tarefa importantíssima que o Ministério da Justiça, um tanto à margem das suas funções específicas, chamou a si e liderou.

11. Melhoria das instalações dos serviços dependentes do Ministério da Justiça:

Uma das tarefas que o Governo se propôs de imediato, no âmbito do Ministério da Justiça, foi a melhoria das instalações dos serviços dependentes deste Ministério, a partir da segura convicção de que, sem instalações capazes, não poderá cogitar-se de um mínimo de funcionalidade. Essa tarefa está longe de cumprida, até porque depende de visitas do Ministro aos locais onde os serviços funcionam, e essas visitas, que começaram por ser frequentes (deslocações ao Porto, a Coimbra, à Guarda, a Viseu, a Ílhavo e outros locais) tiveram de ser interrompidas quando se deu início à “maratona” legislativa da reforma judiciária e da revisão dos Códigos.

Recomeçaram agora com uma deslocação ao Alto Minho e vão prosseguir.

É desde já possível anotar as seguintes medidas:

- I – Aquisição de um edifício para instalação do Centro de Informática, que assim deixará livre para a Polícia Judiciária, a parte das actuais instalações desta que ocupa.
- II – Aquisição de um edifício para instalação da Polícia Judiciária em Coimbra. Já se encontra instalada nele.
- III – Aquisição no Porto de um edifício para instalação da Polícia Judiciária (vai ser assinada dentro de dois dias a correspondente escritura de aquisição).
- IV – Aquisição de um edifício, em Lisboa, para instalação da Procuradoria-Geral da República, que se “acotovela” nas actuais instalações com o Supremo Tribunal de Justiça, este também (e o novo Conselho Superior da Magistratura) a precisar de espaço vital.
- V – Recuperação do edifício da Cadeia do Limoeiro para nele instalar o novo Centro de Direito Comparado.

- VI - Recuperação de outros edifícios pertencentes ao Ministério, tais como: o palacete de Santa Catarina, as instalações da Cadeia de Aljube, o edifício das Escadas de S. Crispim, o edifício da antiga Relação do Porto, etc.
- VII - Autorização de construção de novos edifícios para instalação dos serviços judiciais (tribunal, conservatórias e notariado) nas comarcas de Braga, Vila Nova de Gaia, Fundão, Paredes de Coura,...
- VIII - Autorização de obras de reparação e aumento de instalações já existentes, com destaque para o aumento de mais um piso no edifício do tribunal de Viseu.

12. Trabalhos em curso:

O inventário da actividade do Ministério da Justiça no decurso do Primeiro Governo Constitucional ficaria incompleto sem uma alusão aos inúmeros trabalhos em preparação, alguns deles próximos do acabamento.

Merecem destaque os seguintes, pelo seu significado e importância:

I - Montagem de um Centro de Direito Comparado:

Este Centro, em fase final de estruturação, funcionará na antiga Cadeia do Limoeiro, e destina-se, como o seu nome indica, ao estudo do direito comparado, nomeadamente do direito dos países da Comunidade Europeia, de que em breve Portugal há de fazer parte.

Além de uma biblioteca própria, dirigida para a comparatística, edita rá o Boletim do Ministério da Justiça, livros de doutrina e um ficheiro de legislação, jurisprudência e doutrina, nacionais e estrangeiras.

II - Criação de um Centro de Estudos Judiciários:

Este Centro, em fase de estruturação, e que entrará em funcionamento em 1978, destina-se à preparação especializada de magistrados (judiciais e do Ministério Público) e eventualmente de advogados. Funcionará como uma escola post-graduação substitutiva dos actuais estágios, contra os quais têm sido dirigidos os mais justificados reparos.

A frequência do curso terá, em princípio, a duração de dois anos, seguidos de um ano de prática junto de qualquer tribunal.

Assim se assegurará uma preparação especializada mínima dos nossos magistrados e se evitarão os inconvenientes resultantes da futura independência das magistraturas judicial e do Ministério Público. Na verdade, essa separação impedirá que o Ministério Público continue a funcionar como carreira vestibular da magistratura judicial. Há que suprir a experiência que tradicionalmente os magistrados adquiriam no decurso da sua passagem obrigatória pelo

Ministério Público.

III – Criação e instalação de uma Escola de Polícia:

Em cumprimento do programa do Governo está o Ministério da Justiça a estruturar uma escola de polícia, destinada a preparar os futuros agentes da Polícia Judiciária, da P.S.P., da G.N.R., da Guarda Fiscal e outros organismos policiais e para-policiais.

Essa escola é fundamental para que a prevenção criminal possa passar a fazer-se em moldes de avançada tecnologia, sem ressaibos de repressão.

IV – Continuação da acção legislativa do Ministério:

O Ministério terá, como se disse, nos próximos seis meses, de proceder à regulamentação das leis da Reforma Judiciária, tarefa da maior amplitude e do maior significado.

Continua, sem solução de continuidade, o trabalho de revisão dos principais Códigos, agora do ponto de vista das alterações necessárias para a sua total compatibilização com o espírito da Constituição e com os valores por que se rege a nova sociedade dela resultante. Estão na forja – alguns em fase de aprontamento – diversos projectos de novos diplomas, com destaque para a actualização da lei da nacionalidade, a alteração do regime das rendas do inquilinato urbano, a revisão da legislação penal relativa ao tráfico e consumo de drogas, a alteração pontual do regime das sociedades anónimas, etc.

13 – Conclusão:

Do Governo Constitucional se não poderá dizer com verdade que o seu Ministério da Justiça não trabalhou. Apesar de, desde o início, só ter contado com o apoio de uma Secretaria de Estado (contra as duas do VI Governo Provisório) e de, desde a última remodelação ministerial, a secretaria única se não encontrar preenchida, foi possível realizar uma vasta tarefa, talvez sem antecedentes no âmbito do Ministério, dado o pouco tempo decorrido.

Com a presente publicação pretende-se trazer à memória uma das mais importantes vertentes do percurso profissional do Dr. *António de Almeida Santos*, a de Ministro da Justiça do I Governo Constitucional, entre Julho de 1976 e Janeiro de 1978. Integram a obra, para além de intervenções que haviam sido já publicadas, entre 1976 e 1978, no Boletim do Ministério da Justiça, o relatório - inédito e cujo original escrito pelo próprio punho se conserva no Arquivo Histórico do Ministério da Justiça - respeitante ao balanço do primeiro ano da ação do I Governo Constitucional na área da Justiça. Todos esses textos, para além de permitirem a revisitação da história recente do País, em reconstrução perante a nova experiência democrática pós 25 de Abril, com inelutáveis reflexos no ordenamento jurídico nacional e, naturalmente, na história do próprio Ministério da Justiça, revelam o vulto de *Almeida Santos* como Homem do Direito, Homem de Estado e, por vocação inata, Homem da Justiça.